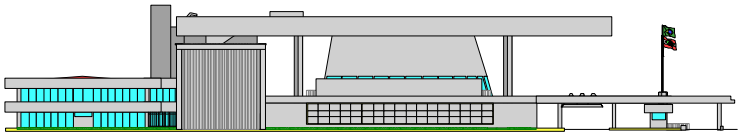
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII | FLORIANÓPOLIS, 02 DE MAIO DE 2007 | NÚMERO 5.717

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Cesar Souza Júnior.
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - **NÚMERO 1735**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 029ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 18/04/2007.....2
Ata da 010ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 18/04/2007 13
Ata da 005ª Sessão Solene da 16ª realizada em 18/04/2007 às 20h 21

Atos da Mesa
Atos da Mesa 26

Publicações Diversas
Extrato.....27
Ofícios.....27
Portarias 28
Projetos de Lei.....29
Proposta de Sustação de Ato do Poder Executivo 32

P L E N Á R I O

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Anuncia a presença do Clube de Mães Unidas do Bandeirantes, de Blumenau.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Comunica o falecimento do presidente da comissão de emancipação de Bela Vista do Toldo, Oscar Ferreira; registra a presença do prefeito de Curitibanos e sua comitiva.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença de quatro bombeiros militares de Santa Catarina, vindos de Lages.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Ademir Yunes Rosa, de Barra do Sul, acompanhado de comitiva, e do jornalista Antônio Neves, de Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Saúda a comitiva de Barra do Sul e o jornalista Antônio Neves.

Breves Comunicações

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Comenta a importância de obras nas rodovias dos vales dos rios Itajaí-Mirim e Tijucas para o desenvolvimento da região.

DEPUTADO JANDIR BELLINI (aparte) - Alude à resposta à indicação que encaminhou ao Deinfra acerca de sinalização no trecho da BR-101 até a estação de pesquisa da Epagri.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à importância da agricultura familiar no estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença de dois pequenos empresários de Caçador: Moacir de Borba e Johny de Lima Wisloski.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Faz o registro da presença do prefeito Ivo Scheidt Filho, de Leoberto Leal, e de Sandro Luiz Favero e de Domingos Santo Santin, prefeito e vice-prefeito de Ponte Serrada.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pronuncia-se sobre projeto de sua autoria que versa sobre a destinação dos recursos previstos nos arts. 170 e 171 da Constituição Estadual.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Adriana Maria, de Jardinópolis, e de dirigentes da executiva estadual da Fetraf/Sul.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Registra a presença de Clodomir Ribeiro Alves, vice-presidente do PMDB de Videira e vice-presidente da Fetrancesc.

Partidos Políticos

DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Registra a presença do vereador Nelson Borges Rodrigues, de Treze de Maio, e do secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, Ademir Matos; convida todos para confraternização em Tubarão, em reconhecimento a Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Elogia a atitude do deputado Genésio Goulart e revela sua boa posição na corrida à prefeitura de Tubarão.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Reporta-se ao Dia Nacional do Livro Infantil e comenta a *Série Cidadania* editada pela comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Elogia o trabalho desenvolvido pela deputada Ada de Luca à frente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Parabeniza a deputada Ada De Luca pela condução que vem dando à comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Enfatiza o excelente trabalho da deputada Ada de Luca e o orgulho em tê-la como integrante da bancada.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Agradece ao governador por ter acatado emenda de sua autoria que cria a Coordenadoria Estadual da Juventude; manifesta-se contra o destaque que aprovou a alienação de área no bairro Itacorubi.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Solidariza-se à posição do deputado Cesar Souza Júnior quanto à não-alienação de área no bairro Itacorubi e convida para um debate que abordará políticas públicas para a juventude e a redução da maioridade penal.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra sua satisfação em receber o pastor Lourival, dirigente maior da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Tece críticas à reforma administrativa e à condução da crise no IEE, no que se refere à nomeação do diretor.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Expressa sua contrariedade com os rumos da nomeação da direção do IEE.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Coloca a posição do secretário Paulo Bauer com relação à questão do IEE.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discorre sobre a necessidade de melhorar a qualidade da educação catarinense e tece elogios a Egon João da Silva.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Flor do Sertão, Euclides de Borba, do vereador Victor Dal Mago e do presidente do PSDB, Anderson Wagner.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Agradece ao presidente Julio Garcia e à TVAL por disponibilizarem na TV e no *site* da Alesc um *link* direto com o Portal da Esperança, entidade que divulga fotos de crianças desaparecidas.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do prefeito Sandro Luiz Favero e do presidente da Câmara Municipal, Jacó Ribeiro, de Ponte Serrada.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Retoma a discussão a respeito da ajuda de custo para os policiais e bombeiros realizarem cursos necessários à progressão funcional; comenta a importância da formatura de 139 novos agentes prisionais; expressa sua posição quanto ao impasse estabelecido no IEE.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Informa sobre o encaminhamento dado pela comissão de Educação aos problemas do Colégio Dom Joaquim, de Braço do Norte.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha votação do parecer ao PL n. 0044/2007, de sua autoria, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha votação do parecer de sua autoria ao PL n. 0044/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Encaminha votação do parecer ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Sugere a devolução do PL n. 0044/2007 à CCJ para baixar em diligência à secretaria da Fazenda.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se pela derrubada do parecer em plenário e volta da matéria à CCJ para debate da constitucionalidade de forma mais aprofundada, diligenciando à secretaria da Fazenda.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Opina pela votação em plenário do parecer ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Posiciona-se acerca do procedimento do plenário com relação ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Informa o voto da bancada do PT pela derrubada do parecer da CCJ ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Coloca-se a favor da derrubada do parecer da CCJ ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha o voto da bancada do PFL pela derrubada do parecer da CCJ ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Manifesta o seu voto pessoal pela manutenção do parecer da CCJ ao PL n. 0044/2007, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Primeiramente, eu gostaria de anunciar ao Parlamento catarinense que está presente, nesta Casa, o Clube de Mães Unidas do Bandeirantes, da cidade de Blumenau, sob a coordenação da sra. Nadir e da sra. Karen, que veio visitar a capital do estado de Santa Catarina e também a Assembléia Legislativa.

Quero dar boas-vindas a essas guerreiras, a essas mulheres maravilhosas que fazem a história da nossa cidade, através do Clube de Mães Unidas do Bandeirantes.

Muito obrigada a todas vocês pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam bem-vindas à Assembléia Legislativa!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu tenho duas notícias, sr. presidente: uma boa e uma ruim. Vou começar pela ruim. Infelizmente, tenho que registrar, com tristeza, o falecimento do presidente da comissão de emancipação do município de Bela Vista do Toldo, nosso amigo Oscar Ferreira. Esse município só existe graças a essa pessoa, um homem simples que foi um baluarte na emancipação da cidade.

A notícia boa é que eu quero registrar a presença, nesta Casa, do grande prefeito Vanderley Teodoro Agostini, do município de Curitibanos, de seu secretário Álvaro Moreno e também de Roque Stanguerlin, que estão aqui para participar de uma audiência com o sr. governador, às 16h.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Sejam todos bem-vindos à Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu quero registrar a presença, nesta Casa, de quatro bombeiros militares do estado de Santa Catarina, vindos da cidade de Lages, da serra catarinense: o subtenente Moacir, o subtenente Rudimar, o sargento Laudemir e o sargento Rosinei. Eles estão na Assembléia Legislativa para participar de uma reunião com o comandante do Corpo de Bombeiros, juntamente com outras dezenas de bombeiros, sargentos e subtenentes de todo o estado.

Eu quero aproveitar a oportunidade, também, para saudar a iniciativa do comando do Corpo de Bombeiros de chamar os praças para discutirem outros direitos. Estamos discutindo outros direitos para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente. Também desejo, neste momento, saudar e registrar a presença, neste Parlamento, do prefeito Ademir Yunes Rosa, acompanhado de sua esposa, a primeira-dama Ester, do município de Barra do Sul, um balneário belíssimo. Estão também na comitiva o vereador Edivam Jobert Rosa, ex-presidente da Câmara Municipal, o secretário de Obras, Ed Geraldo da Cunha, e o chefe-de-gabinete Cristiano Paim e demais acompanhantes.

Quero registrar também a presença do jornalista e amigo de todos nós de Joinville, Antônio Neves.

Sejam bem-vindos!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaríamos também de saudar a comitiva de Barra do Sul, pois somos vizinhos de balneário. Seja bem-vinda à nossa terra e sinta-se bem nesta Casa. Quero saudar também o jornalista Antônio Neves, que é nosso conhecido. Seja bem-vindo à nossa Casa também!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra ainda a visita do vice-prefeito Jair de Souza Cândido, de Sombrio, acompanhado do empresário Jânio Margutti, também daquele município.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, o estado de Santa Catarina, nos últimos quatro anos - as pesquisas têm demonstrado isso -, apresenta um desenvolvimento mais acentuado nos municípios do interior, se comparado com épocas, com períodos anteriores, quando havia um desenvolvimento mais acelerado nos municípios litorâneos.

Isso tem acontecido pela interação que tem havido entre o governo do estado, através do governador Luiz Henrique da Silveira, do vice-governador Leonel Pavan e do secretariado, e as lideranças dos 293 municípios. Lideranças que levam as suas prioridades, em várias ocasiões, ao governo, que em atendendo essas prioridades, atende pedido político, mas principalmente atende necessidades que visam a melhorar o desenvolvimento da cidade.

No vale do rio Itajaí-Mirim - que compreende as cidades de Brusque, Botuverá e Guabiruba - e no vale do rio Tijucas - compreendido pelos municípios de Nova Trento, Canelinha, São João, Major Gercino e Tijucas, perfazendo os oito municípios da regional de Brusque -, no último dia 2, houve um encontro com o governador para apresentar diversas reivindicações que irão favorecer o desenvolvimento daquela região. Entre essas reivindicações, quero destacar a SC-486, entre Brusque e Itajaí, que hoje escoa toda a economia da cidade de Brusque, que cresceu vertiginosamente nos últimos 30 anos. Hoje essa é a única rodovia que facilita a comunicação entre Brusque, Itajaí e Balneário Camboriú e precisa ser melhorada, e mais do que melhorada.

Apresentamos - eu, o deputado Dagomar Carneiro, os vereadores dos oito municípios e os prefeitos, com destaque especial para o prefeito de Brusque - uma reivindicação para que seja feita uma via na margem esquerda do rio, seguramente a melhor maneira é duplicar a rodovia, que talvez, dentro de um programa com participação público-privada, possa vir a oferecer um serviço de transporte de alta eficiência entre as cidades do vale do rio Itajaí-Mirim com os portos de Itajaí e de Navegantes.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Nobre deputado Serafim Venzon, muito obrigado pelo aparte.

Quero associar-me ao pronunciamento de v.exa., se assim me permitir, e dizer que nada mais justo do que v.exa., o deputado Dagomar Carneiro e este deputado fazermos essa reivindicação, vocês dois porque moram em Brusque e este deputado porque mora às margens da rodovia Antônio Heil.

Gostaria de lembrar que dias atrás encaminhamos a Indicação n. 0057/2007 ao Deinfra, para que melhorasse principalmente o trecho da BR-101 até a estação de pesquisa da Epagri com sinalização vertical e horizontal e também com instalação de lombadas eletrônicas. V.Exa. sabe muito bem do tráfego de pedestres e de veículos naquele trecho, uma vez que ali estão instaladas muitas empresas frigoríficas.

Acabamos de receber a resposta a essa indicação enviada à secretaria de Infra-Estrutura, na qual o sr. secretário informa que o Deinfra, através da sua superintendência no Planalto já está tomando providências quanto à sinalização solicitada. Eu não sabia disso da existência dessa superintendência, o que eu sei é que é uma rodovia estadual e que nós temos a secretaria regional e a secretaria de Infra-Estrutura do governo. Mas agora me surpreendo porque essas providências estão sendo tomadas através da superintendência do Planalto e eu entendo Planalto como Brasília, a não ser que haja outro endereço aqui com esse nome.

Eu espero que a resposta não tenha sido um simples equívoco do sr. secretário e que realmente, até em função dessa nossa indicação, que v.exa., inclusive, subscreveu, essas obras tenham início. Primeiramente as obras de sinalização, pois se trata de uma questão de segurança, e depois, com um projeto mais estudado, possamos duplicar a rodovia porque ela é uma rodovia economicamente viável.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Jandir Bellini. V.Exa. foi prefeito do município que nos próximos 20 ou 30 anos talvez seja o maior polarizador de desenvolvimento de Santa Catarina, justamente por ter ali o porto de Itajaí, que já vinha operando no tempo da sua administração, melhorando em muito a eficiência. E agora, somado ao porto de Itajaí, o porto de Navegantes vai permitir o embarque e o desembarque de carga marítima, talvez até numa quantidade maior do que atualmente já é feito em Itajaí.

Mas esse é um fator de grande desenvolvimento às margens da BR-101 e às margens da SC-486, que é a rodovia que vai de Itajaí a Brusque; ou da Jorge Lacerda, que liga Itajaí/Ilhota/Gaspar/Blumenau à margem direita do rio Itajaí-Açú, ou, ainda, da margem esquerda do rio Itajaí-Açú à BR-470. Seguramente, serão três grandes corredores e teremos um grande potencial de desenvolvimento.

Esse trajeto, ao qual v.exa. se refere, a SC-486, rodovia que liga Itajaí a Brusque, já é, na verdade, um corredor de um grande condomínio industrial no município de Itajaí e nós, que vamos constantemente a Brusque, vemos ali esse grande desenvolvimento.

Então, é evidente que esse trecho ao qual que v.exa. se refere, que vai da BR-101 até a Epagri, deverá ter, em breve, obras para permitir, inclusive, um serviço de duplicação. Se não for duplicada por completo, mas que ao menos permita fazer a elevação das áreas de acostamento para permitir maior fluxo.

Além disso, deputado Jandir Bellini e srs. deputados, essa rodovia, a SC-486, é aquela que eu batizei em 1985, juntamente com lideranças de todo o vale, com os prefeitos e vereadores de Vidal Ramos, Botuverá, Guabiruba, Brusque e Itajaí, de rodovia do cimento. Aliás, o governador já assegurou apoio a uma das maiores empresas fabricantes de cimento do Brasil, a Votoran, a partir do ano que vem, e o deputado Peninha é testemunha do esforço do governador. Ele mesmo tem feito esse esforço, além de nós, para que se construa, em Vidal Ramos, essa fábrica de cimento. E seguramente, simultaneamente, ou a seguir, será construída a nossa rodovia do cimento, que vai ligar a BR-282 desde Alfredo Wagner ou Petrolândia, passando por Vidal Ramos e de Vidal Ramos interligando com Presidente Nereu; de Presidente Nereu ligando com a BR-470 e de Vidal Ramos diretamente com Brusque e Brusque/Itajaí. Seguramente, este será um grande corredor de desenvolvimento por isso, peço apoio a v.exas. ...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon.

(O deputado Romildo Titon desiste.)

Com a desistência do deputado Romildo Titon, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje é um dia especial nesta Casa porque estaremos discutindo a questão da agricultura familiar no estado de Santa Catarina e também no Brasil. Falaremos da sua importância, dos seus desafios, dos seus problemas e certamente muitas deputadas e deputados, sr. presidente, têm a sua raiz, a sua história, ou a de sua família, ligada a esse setor tão importante da economia catarinense, que é a agricultura familiar. São 203 mil famílias de agricultores que tiram o seu sustento da terra e que têm o seu trabalho e a sua história ligados à agricultura.

Sr. presidente, essas famílias têm passado por grandes momentos de crise, de intempéries, porque dependem muito do tempo, do clima, da chuva, do sol, e Santa Catarina - graças ao bom Deus, este ano não - teve quatro ou cinco anos de grandes estiagens, em que os agricultores perderam grande parte da sua produção.

Sempre que acontece esse tipo de problema os agricultores recorrem ao estado, à política pública, à intervenção da política pública nesse setor tão importante. E nós, parlamentares, temos a grande tarefa de discutir políticas, de discutir projetos, de discutir leis que possam dar mais segurança a esse setor tão importante.

Dias atrás fiz aqui um pronunciamento dizendo que as regiões com grande população - a região de Florianópolis e as cidades grandes de Santa Catarina - estão recebendo, todo ano, milhares e milhares de pessoas que vêm do meio rural do estado, principalmente dos pequenos municípios. Temos visto pessoas saindo dos pequenos municípios e grande parte deles está perdendo sua população, enquanto as grandes cidades estão inchando, o que está causando impactos muito fortes.

Por isso entendemos que a agricultura familiar continua exercendo um papel estratégico na produção de alimentos em nosso país. Pode-se até pensar que a agricultura familiar tenha outros papéis, como a produção de energia de biocombustíveis, mas nós não podemos dar-lhe uma tarefa que não lhe pertence. Na nossa avaliação, a agricultura familiar tem que continuar construindo estrategicamente o seu papel, que é o de produzir de alimentos, produzir comida para o povo brasileiro, para a sua subsistência, mas também para exportar, como é o caso das carnes, das frutas e de outros produtos.

Fundamentalmente, grande parte dessa população - hoje ainda temos mais de 800 mil pessoas que vivem no meio rural em nosso estado - vive de produtos estratégicos, como o leite, as carnes, as frutas, as verduras, além de outros produtos que são consumidos dentro e fora do nosso estado.

É preciso combinar um processo de organização dessa categoria tão importante com a organização sindical e temos a Fetraf/Sul, que hoje é coordenada, em Santa Catarina, pelo nosso companheiro Valdir Zembruski; temos cooperativas de crédito, de produção, associações, movimentos sociais que lutam e constroem, no meio rural, uma política diferente daquela que historicamente era implantada no estado.

A agricultura familiar tem um papel importante na questão da preservação do meio ambiente, e um tema central hoje tratado em nível internacional é a preservação da água e do meio ambiente. Mas o agricultor não pode pagar sozinho essa conta, a sociedade precisa contribuir, caso contrário muitas propriedades vão tornar-se inviáveis porque existem várias nascentes de água, riachos, existem rios que passam por essas propriedades. Por isso a sociedade como um todo precisa fazer-se presente nesse assunto tão importante.

Há o papel econômico que essa atividade representa no PIB de Santa Catarina; há a importância social pela convivência das comunidades, dos pequenos municípios; há também o papel cultural, advindo do jeito de viver, do modo de trabalhar a terra, do respeito ao meio ambiente, da maneira de tratar os animais e, inclusive, do jeito de viver com a sua família. Sendo assim, a questão cultural precisa ser preservada e ampliada, por exemplo, nas comunidades do interior. Muito pouco se fala em cultura, lazer e esporte. Muitas vezes a máxima opção que há é uma bodega que as pessoas freqüentam e que as leva, freqüentemente, deputado Sargento Amauri Soares, ao consumo exagerado de álcool e a outras questões.

Então, nós temos o grande papel, como parlamentares, de discutir uma estratégia para esse setor tão importante da economia catarinense; para deixar as pessoas lá no meio rural; para não tirá-las de lá, se não for para dar-lhes a oportunidade de cursarem uma escola, uma universidade; se não for para dar-lhes uma condição de saúde pública gratuita e de qualidade; se não for para dar-lhes um conjunto de políticas de habitação e tantas outras políticas que o estado tem o dever e o compromisso de fornecer.

Nós temos, aqui em Santa Catarina, um conjunto de municípios que ainda não têm um técnico agrícola, um agrônomo da Epagri para ajudar a discutir a estratégia de desenvolvimento desses municípios e, conseqüentemente, dessas famílias. Temos um grande número de famílias que ainda não tem o seu pedaço de chão. Mesmo Santa Catarina sendo um estado de minifúndios, de pequenas propriedades, nós temos um grande número de famílias que ainda não tem a sua terra; há também uma concentração de terra com pessoas que não vivem dela ou não a ocupam. Então, essas famílias que produzem toda essa riqueza econômica, social, política, cultural e ambiental para Santa Catarina precisam ser valorizadas.

Nós estamos aqui, neste dia de hoje, trazendo este debate porque no final deste mês de abril e, principalmente, no mês de maio está-se discutindo no país todo - e nós queremos que isso também seja pauta em Santa Catarina - o plano de safra para os próximos anos. E os agricultores esperam muito desse plano de safra e esperam que o estado de Santa Catarina também construa não só políticas de troca-troca, mas que pense políticas estratégicas a médio e a longo prazos para que possamos construir uma vida melhor para essas famílias que vivem da terra, que vivem lá no meio rural do nosso estado.

Então, esse é o nosso desafio, essa é a luta das organizações e a luta aqui, hoje. Inclusive, vamos pedir um espaço aqui para a Fetraf/Sul entregar ao presidente a pauta de reivindicações, para que de fato esta Casa contribua com esse setor tão importante do nosso estado, que é a nossa agricultura familiar.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, senhores e senhoras, sr. presidente, eu vivo, desde a minha infância, no setor da agricultura familiar e sei da importância que ele representa para nós. Também sei que o sr. presidente é de uma região de pequenos municípios, onde há uma fumicultura muito forte, e estamos, hoje, buscando alternativas. Foi criado agora o imposto sobre cigarros, e nós vamos ter uma política de incentivo para aquelas famílias que quiserem mudar de atividade, por exemplo, migrar da fumicultura para uma outra atividade, ter um incentivo técnico, financeiro, um suporte para que elas possam de fato mudar o seu ramo de atividade na propriedade. É nisso que nós precisamos avançar para o futuro.

Então, com certeza, vamos ter muitas oportunidades para discutir esse tema. Estamos propondo uma audiência pública sobre um tema importante, que é a lei de inspeção sanitária das pequenas agroindústrias familiares, que estão surgindo a cada dia mais e mais neste nosso estado e que precisam de um espaço na questão da participação no mercado e das políticas de incentivo para a agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, gostaríamos de registrar a presença de dois pequenos empresários lá de Caçador, que vieram à capital a serviço das suas empresas: Moacir de Borba e Johny de Lima Wisloski, que estão visitando esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos, srs. empresários de Caçador.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É só para fazer o registro da presença do prefeito Ivinho, Ivo Scheidt Filho, de Leoberto Leal, que veio a esta Casa para nos fazer uma visita. Trata-se de uma liderança jovem do nosso partido, que tem feito uma administração excelente.

Também quero registrar a presença de Sandro Luiz Favero e de Domingos Santo Santin, que são prefeito e vice-prefeito de Ponte Serrada, respectivamente, que vieram trazer os convites - e os deputados também devem estar recebendo - para a Festa Catarinense do Chimarrão, que vai acontecer naquele município. Eles estão aqui na Casa e que sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O prefeito Ivinho é da minha região, do Alto Vale do Itajaí, e é uma alegria tê-lo aqui conosco!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o legislador constituinte, ao elaborar a Constituição de nosso estado, previu dois dispositivos que garantem fontes de financiamento ao ensino superior: uma no art. 170 e outra no art. 171. O art. 170, depois de regulamentado, possibilita, nos dias de hoje, em torno de R$ 30 milhões, divididos em bolsas de estudo para os alunos que freqüentam cursos de graduação nas universidades comunitárias e também nas particulares.

Constatei que no presente momento o art. 171, que foi regulamentado pela Lei Complementar n. 375, sofre várias propostas de alteração. Inúmeros deputados procuram dar a sua contribuição para melhorar a referida lei e o objetivo que ela pretende alcançar. Resta também constatado que os percentuais que foram objeto do veto governamental mantido por esta Assembléia procuram ser distribuídos pelos autores dos projetos da melhor maneira possível para atender o público estudantil do nosso estado.

Junto com todas essas iniciativas, também fiz a propositura de um projeto que quem sabe necessite de aprimoramento e com certeza de muita discussão antes de ser levado à deliberação aqui neste Parlamento. E o projeto tem como objetivo revogar a Lei Complementar n. 375, para distribuir a totalidade dos recursos para alunos carentes para viabilizar o acesso, a inclusão universitária.

Em suma e de forma resumida, com os recursos arrecadados pelo Tesouro do Estado das operações realizadas com empresas e também com concessão de incentivos fiscais, e mais os percentuais da pesquisa, quando se estabelece uma relação entre a Fapesc, através da estrutura que tem para fornecer pesquisa para algum segmento, nós temos aí os recursos arrecadados, deputado Pedro Uczai - e v.exa. é um professor universitário licenciado. E através desses recursos nós temos o objetivo de gerar oportunidades.

Com certeza, o projeto vai gerar grande polêmica, até porque estamos fazendo alterações substanciais, revogando uma lei e propondo uma outra com um único objetivo. Mas é evidente que para financiar, dentro da estrutura acadêmica, outras iniciativas na área da pós-graduação, do mestrado, do doutorado, quem sabe busquemos fontes da própria Fapesc para que nós possamos atender essas necessidades. O importante é fazer com que possamos viabilizar a inclusão, dentro da universidade, dos alunos que não têm condições de pagar a mensalidade, para que possamos contemplar aqueles que têm uma carência maior, através de um cadastro socioeconômico.

Esta é uma iniciativa parlamentar. Nós sabemos que o projeto de lei que resultou na Lei Complementar n. 375 foi objeto de várias discussões. No entanto, o veto governamental oposto ao autógrafo da lei aprovada aqui por este Parlamento fez-nos ver que o entendimento, o acordo não conseguiu alcançar a plenitude, visto que recebeu dois vetos, restando 30% dos recursos aqui referidos, objeto do art. 171, a serem destinados.

Dentre as proposições que tramitam nesta Casa, temos agora a proposição deste modesto parlamentar que também se encontra à disposição para avaliação dos seus nobres pares para que possa ser melhorado, para que possa ser aperfeiçoado, para que possa ser alterado, para que receba as mudanças para que, quando da eficácia, para que quando a lei produzir os efeitos concretos junto ao nosso cidadão, possa atender às necessidades daqueles que buscam uma vaga no ensino superior, num curso de graduação.

É este o nosso objetivo. E junto com este objetivo, nós vamos continuar com o trabalho do fórum parlamentar para buscar a parceria de segmentos importantes e também dos entes públicos, para que possamos disponibilizar os recursos suficientes para atender a demanda.

Srs. deputados, 40 mil é o número de vagas existentes, vagas que não são preenchidas porque os alunos não têm condições de pagar a mensalidade. Por isso procuramos apoio nos mecanismos estaduais e vamos buscar apoio também, junto com os deputados, no governo federal, cuja atribuição está expressa no art. 211 da Carta Maior deste país, que lhe impõe a responsabilidade da manutenção dos cursos de nível superior em nosso estado e país. Mas sempre evitando partidarizar as nossas manifestações e também o trabalho realizado, de forma brilhante, por todos os integrantes do fórum, para que possamos viabilizar o atendimento de um projeto que é extremamente importante para o desenvolvimento socioeconômico do nosso estado e que vai dar mais oportunidade aos nossos filhos, aos jovens deste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli.

(Pausa)

Na ausência do deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin e não havendo mais oradores inscritos...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de registrar, sr. presidente, a presença da vereadora Adriana Maria, de Jardinópolis, que também assume a executiva estadual da CUT-Santa Catarina; e de Valdir Zembruski, Alexandre Bergamin e Jair Niero, dirigentes da executiva estadual da Fetraf/Sul.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Gostaria de registrar a presença do sr. Clodomir Ribeiro Alves, vice-presidente do nosso partido, suplente de vereador do município de Videira e vice- presidente da Fetrancesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Genésio Goulart, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. presidente, srs. membros da Mesa, sras. deputadas e srs. deputados, quero dizer da minha satisfação e alegria por estar usando esta tribuna, mais uma vez, aqui junto com meus companheiros.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar a presença nesta Casa do nosso grande vereador Nelson Borges Rodrigues, o Bigo, do município de Treze de Maio, e do nosso secretário da SDR de Tubarão, Ademir Matos, que é um orgulho para o nosso partido e para o governo do estado, pelo trabalho desenvolvido naquela secretaria.

Hoje, gostaria de tratar de dois assuntos, até porque tenho que dividir o horário do partido com o deputado Edson Piriquito ou com a deputada Ada De Luca.

Aproveito a oportunidade para convidar todos os colegas para, no dia 21, sábado, a partir do meio-dia, lá em Tubarão, participarem de uma confraternização para o nosso governador e para o nosso ex-governador, respectivamente Luiz Henrique e Eduardo Pinho Moreira. Na ocasião, eles serão homenageados pelo reconhecimento e pela atenção dada à nossa região e pelos trabalhos feitos pela região da Amurel. E nós ficamos muito felizes de ser deputado e ter como governador Luiz Henrique da Silveira, nosso querido amigo, nosso parceiro, que tem atendido muito a nossa região.

Então, estamos fazendo essa confraternização de agradecimento, de reconhecimento pelo trabalho feito pelo nosso governo em todo o estado de Santa Catarina. Mas esse reconhecimento que nós, da região da Amurel, estamos demonstrando pelo nosso governador e por Eduardo Pinho Moreira é o reconhecimento pelo trabalho feito na nossa região, porque praticamente 100% dos projetos encaminhados foram atendidos.

Claro que nós sabemos que alguns ainda estão em andamento, mas temos certeza, deputado Manoel Mota, de que com a convivência, com o conhecimento que temos com o governador, sabendo da sua lealdade, da sua capacidade e honradez, essas obras vão ser concluídas.

Portanto, gostaria de fazer esse convite a todos os nossos eleitores da região, a todos os telespectadores que nos acompanham, neste momento, pela TVAL, para participarem desse evento de confraternização, que vai acontecer no próximo dia 2l de abril, sábado, no Cecomtur, na cidade de Tubarão, onde vai ser feita uma homenagem de reconhecimento ao nosso governador Luiz Henrique da Silveira e ao ex-governador Eduardo Pinho Moreira. E às 14h os empresários da região irão fazer também uma homenagem ao nosso governador, na Acic, Associação Comercial e Industrial de Tubarão, como forma de reconhecimento e de agradecimento pelos trabalhos feitos na região da Amurel.

Então, estamos fazendo isso, que é uma iniciativa nossa, como forma de reconhecimento da história do nosso governador, pelo que ele tem feito por Santa Catarina e, principalmente, pela região da Amurel, que nós representamos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo, eminente deputado Genésio Goulart, e dizer da alegria de receber esse convite para ir ao sul do nosso estado, à cidade de Tubarão, sua terra, que o prestigiou por várias vezes, principalmente neste último mandato, quando recebeu uma votação expressiva. Terra que o colocou, há poucos dias, e constatado por uma pesquisa - a bússola foi no vermelho -, como o candidato a prefeito mais bem posicionado disparado.

Então, quero cumprimentar v.exa. e dizer que é uma honra poder participar e retribuir o carinho, a garra, a vontade, a determinação e a responsabilidade do governador Luiz Henrique da Silveira e do nosso grande líder Eduardo Pinho Moreira, do sul do estado. E eu vou fazer de tudo para ir a essa confraternização, a fim de prestigiar o nosso governador e o nosso ex-governador. E como v.exa. merece também ser prestigiado, com certeza estarei lá para demonstrar todo o carinho por tê-lo em nossa bancada.

Muito obrigado e parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Obrigado, deputado Manoel Mota, pelas suas palavras. Como eu disse, é um orgulho muito grande para nós, que sempre trabalhamos e lutamos por uma melhor qualidade de vida para a nossa população.

Graças a Deus, nunca decepcionamos ninguém, porque sempre assumimos os nossos compromissos com responsabilidade. Por onde passei, eu deixei o meu registro de trabalho como voluntário, como vereador de Tubarão, como presidente de cooperativa, como prefeito e hoje como deputado.

Por isso estou fazendo esta homenagem, hoje, ao nosso governador e ao ex-governador, devido à atenção que deram à nossa região. Devemos ter gratidão com os companheiros que nos acompanham, que nos dão cobertura para que possamos fazer o melhor pela nossa população.

Então, isso é muito gratificante, deputado Manoel Mota, porque trabalhamos e esforçamo-nos em busca de uma melhor qualidade de vida. E, graças a Deus, fico feliz por ter encontrado essas parcerias para nos dar apoio, porque o que nós, deputados, mais queremos na vida é ver o povo feliz. E o governador Luiz Henrique da Silveira e o ex-governador Eduardo Pinho Moreira têm dado essa contribuição para o nosso estado.

Digo isso porque na região da Amurel, a região que represento, as secretarias de Desenvolvimento Regional são muito importantes, porque a atenção que está sendo dada pelos nossos secretários é o que está fazendo com que as coisas realmente evoluam em nossos municípios. Este governador é um governador que realmente trabalha com criatividade.

Eu, que já fui prefeito, sei perfeitamente como deve ser um administrador. Um administrador não é aquele que simplesmente assume a prefeitura, assume o estado e fica no gabinete fazendo um feijão com arroz. O administrador é aquele que tem visão, é aquele que tem noção, que tem criatividade, que tem interesse e vontade de lutar, de buscar uma alternativa para uma qualidade de vida melhor à população.

E o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan estão fazendo a mesma coisa. Eles nos estão dando essa confiabilidade de representarmos a nossa população, a nossa região. E isso me deixa muito feliz, deputado Manoel Mota, porque tenho feito o meu trabalho indo e voltando de Tubarão todos os dias.

Eu sou um deputado que nunca faltou a uma sessão na Assembléia Legislativa, sempre cumpriu com os seus compromissos. Mas a minha felicidade maior é com a parceria que tenho com os deputados, pois são os companheiros que nos dão força para que possamos contribuir com a nossa população. É isso que o povo espera de nós. O povo que nos elegeu não quer ouvir fofocas, não nos quer ver ocupar a tribuna e fazer teatro; o povo quer ver como nós estamos representando, nesta Casa, a nossa base. E é isso que temos feito.

Então, eu estou muito gratificado por ser um representante da nossa região. E eu, como já falei aqui, tenho uma história na política, graças a Deus, e por onde passei deixei o meu registro de trabalho, procurando dar exatamente para a nossa população uma qualidade de vida melhor. Tanto é verdade que quando fui prefeito, Tubarão chegou a ser a vigésima cidade em qualidade de vida do país. A secretaria da Saúde tinha até o apelido de cesta básica de medicamentos de tanto atenção que dava ao município. E hoje, com o nosso governador sendo um grande parceiro nosso, é claro que isso facilita bastante.

Por isso, deputado Manoel Mota, que as suas colocações são verdadeiras e o povo de Tubarão sempre reconheceu isso. Toda eleição de que eu participei, a minha votação sempre aumentou na cidade de Tubarão. Então, isso é gratificante porque o povo da minha terra, o povo da minha cidade, reconhece o meu trabalho, sabe da minha transparência, da minha lealdade, da minha boa vontade de construir uma alternativa melhor para a nossa população.

Graças a Deus, esse trabalho eu sempre fiz. E todos sabem perfeitamente que eu sou empresário, administro uma cooperativa de eletrificação rural, sou presidente da SC-Geracoop, uma hidrelétrica que estamos construindo em Santa Rosa de Lima. Como não tenho tempo de fazer agora a apresentação dessa hidrelétrica, vou deixar para amanhã.

Sr. presidente, cedo o restante do tempo do meu partido, conforme o que foi combinado, para a deputada Ada De Luca.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Os próximos oito minutos e quarenta e três segundos são destinados à deputada Ada de Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, colegas parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público e imprensa que nos acompanham, boa-tarde!

Hoje, 18 de abril, é o Dia Nacional do Livro Infantil. Nessa data, no ano de 1882, nascia o criador da literatura infantil no Brasil, Monteiro Lobato. Quem não cresceu lendo ou, em tempos mais recentes, vendo na televisão as histórias incríveis que acontecem no Sítio do Pica-Pau Amarelo?

Ler é como fazer uma viagem à terra das aventuras, à terra da ciência, à terra dos sonhos, à nossa terra. E os leitores do futuro são formados e estimulados na infância. É importante que as bibliotecas tenham em seu acervo livros que tratem de temas atuais para contribuir com a formação das crianças, dos jovens e dos cidadãos.

Aproveito, então, a data de hoje para lançar a *Série Cidadania*, elaborada pela comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, a qual presido, que os srs. parlamentares receberão daqui a pouco.

A série é composta por cinco livros. Cada um traz, em suas páginas, o texto integral de leis que asseguram direitos fundamentais à população.

O exemplar n. 1 da série traz a Legislação de Direitos Humanos. Os direitos humanos são definidos por sociólogos como as reivindicações morais e políticas que todo ser humano tem perante a sociedade ou governo. São reivindicações reconhecidas como de 'direito' e não como caridade ou benevolência.

O exemplar n. 2 traz o Estatuto da Criança e do Adolescente, que se refere aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente na criação e orientação de políticas públicas.

O exemplar n. 3 contempla o Estatuto do Idoso, que vem implementar a participação da parcela da população brasileira com mais de 65 anos de idade, através de entidades representativas, com o objetivo de controlar ações de atendimento, sugerir políticas públicas e zelar pelo cumprimento dessa legislação.

O exemplar n. 4 da *Série Cidadania* reproduz a Lei Maria da Penha, considerada um dos maiores avanços no Código Penal. A lei aumenta o rigor das punições para as agressões contra a mulher.

O exemplar n. 5 traz o Código de Defesa do Consumidor, que é um conjunto de normas de proteção aos direitos do consumidor e disciplinamento nas relações entre produtor, comerciante e consumidor final, estabelecendo padrões de conduta, prazos e penalidades.

Apresento estas publicações, no dia de hoje, porque, em primeiro lugar, cidadania é o conjunto de direitos que permitem ao indivíduo participar e intervir na vida política do município, do estado e do país."

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Quero parabenizá-la pelo material que nos está disponibilizando agora.

Que bom se nós tivéssemos, com relação ao que v.exa. falou sobre a importância da leitura, a possibilidade de pedir a um filho ou a um neto que lesse para as nossas mães a Lei Maria da Penha, que ela fosse divulgada por todo este país; e que bom seria se os nossos netos e os nossos filhos pudessem também ler o Estatuto do Idoso, que eles pouco conhecem, e dissessem assim: meu avô, eu vou ler para o senhor o que a lei traz em seu benefício.

Neste sentido, neste diapasão é que eu parabenizo a nobre deputada pela iniciativa. E se cada deputado desta Casa puder, no espaço destinado ao seu partido ou no espaço do Pequeno Expediente, ler, todo dia, quem sabe, um artigo desses seria muito bom para que a população que nos acompanha através da TVAL tivesse conhecimento das leis que existem em seu benefício, que muitos não sabem, já que não têm a possibilidade da leitura.

Muito obrigado e parabéns!

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigado, deputado José Natal, pelo seu aparte que engrandece e enriquece o meu discurso.

(Continua lendo.)

"Em segundo lugar, porque além de formar leitores temos o compromisso de formar cidadãos conscientes e atuantes. Pergunto se é possível sermos verdadeiramente cidadãos se não temos conhecimento dos nossos direitos e deveres como tal.

O meu objetivo é disponibilizar as publicações nas bibliotecas das escolas públicas do estado de Santa Catarina, para que a *Série Cidadania* seja um material indispensável para o desenvolvimento da sociedade e um estímulo na busca de informações desta natureza.

Concluo minha manifestação, nesta tribuna, usando ainda as palavras do pai da literatura infantil, Monteiro Lobato: 'Um país se faz com homens e livros'.

Entrego, simbolicamente, à Presidência desta Casa um *kit* com a *Série Cidadania*."

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Quero parabenizar v.exa., nobre deputada, que está à frente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, pois está mostrando que tem muita competência. Como deputada de primeiro mandato já está demonstrando que tem um potencial para desenvolver com as famílias.

Eu a cumprimento por todos esses exemplares que v.exa. está distribuindo aos parlamentares e tenho certeza de que também já está disponibilizando para todo o estado de Santa Catarina o Estatuto do Idoso, para que todos saibam quais são os seus direitos; a Lei Maria da Penha, para que as mulheres saibam quais são os seus direitos e denunciem; o Código de Defesa do Consumidor; o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Legislação dos Direitos Humanos.

Parabéns, deputada Ada De Luca, e eu me orgulho muito por tê-la como presidente desta tão importante comissão da qual faço parte.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Obrigada, deputada Odete de Jesus, pelo seu aparte, pois com certeza enriquece muito o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O SR. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-la, deputada, pois v.exa., em tão pouco tempo, já desempenha um grande papel nesta importante comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Eu acho que o Brasil e o mundo estão muito distantes da realidade que estamos vivendo, mas tenho certeza e convicção de que este trabalho gigantesco que v.exa. está fazendo à frente desta comissão já está dando resultado, no sentido de incutir na cabeça das crianças, dos adolescentes e até dos idosos o tema da cidadania. Por isso quero parabenizá-la em nome da bancada e dizer que estamos orgulhosos pelo trabalho que está desempenhando.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Obrigada, deputado Manoel Mota, eminente líder da minha bancada, suas palavras realmente enriquecem o meu pronunciamento.

Então, como dizia, entrego, simbolicamente, à Presidência desta Casa o *kit* da *Série Cidadania*.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Parabéns, deputada Ada de Luca. É muito bom o *kit* da *Série Cidadania* que v.exa. distribuiu aos parlamentares. Certamente o povo catarinense também terá acesso.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM - Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu gostaria de, neste pronunciamento, ressaltar, primeiramente, o espírito democrático e a compreensão do nosso líder do governo, deputado João Henrique Blasi, e também do sr. governador do estado, em relação à criação, mediante proposta de emenda de nossa autoria e de outros parlamentares, da estrutura, no gabinete do sr. governador, da Coordenadoria Estadual da Juventude.

Sei que o deputado Kennedy Nunes também é um batalhador pela juventude em Santa Catarina, assim como o deputado Pedro Uczai e outros parlamentares. Nós ficamos felizes de ver essa retribuição, esse gesto do governador em relação à juventude catarinense, criando uma coordenadoria para tratar, de maneira especial, das questões da nossa juventude, juventude que, hoje, talvez seja a faixa etária mais sem oportunidades na sociedade e que lida, sem dúvida também, com o problema da violência.

É importante, pois, que essa coordenadoria sirva para integrarmos as políticas em torno da juventude. Assim, meus parabéns ao governador do estado por ter acatado essa emenda deste parlamentar.

Outro tema que eu gostaria de tratar aqui, nesta sessão, é sobre um destaque ao projeto de reforma que esta Casa acabou por aprovar, por estreita margem, que a meu ver dependeria de uma análise mais detalhada por parte deste Poder. Trata-se do destaque que autorizou o governo do estado a alienar uma área de 22 hectares, pertencente à Epagri, no bairro de Itacorubi, na cidade de Florianópolis. A justificativa é a de alienar-se a área para investir em obras de infra-estrutura urbana na capital.

Nós sabemos que o espírito que norteou essa proposição certamente foi o de trazer conquistas para a sociedade catarinense, em especial, à sociedade florianopolitana. Mas, no entanto, nós acreditamos que é preciso aprofundar o debate. Trata-se de uma área de grande extensão territorial, no coração do bairro Itacorubi, uma área que já tem grandes impactos e na qual já há um projeto da Epagri para construção do Jardim Botânico de Florianópolis. Inclusive, eu quero, na seqüência, poder projetar aqui imagens, em outra sessão, para que os srs. deputados conheçam o maravilhoso projeto feito pela nossa Epagri.

Acredito que precisamos, nesse tocante, ouvir a cidade, saber o que a cidade quer, se quer mais espigões, mais prédios naquela área, que é uma área ambiental muito sensível até porque é contígua ao mangue. Aquela região tem, hoje, poucos espaços públicos e lá estão localizados os bairros Itacorubi, Santa Mônica, Parque São Jorge e todo o entorno. Assim, precisamos saber se a comunidade quer lá um equipamento turístico/ambiental/social, ou se quer mais imóveis.

Eu irei propor, deputado Pedro Uczai, nesta Casa, que nós façamos uma audiência pública para ouvir as associações de moradores, o Ministério Público Estadual e Federal, para ouvir também os órgãos da prefeitura municipal, a fim de analisar com cuidado essa questão.

Nós sabemos que há uma necessidade muito grande de recursos para obras viárias, para asfaltamento e para o saneamento básico na cidade de Florianópolis. Agora, sabemos também que é uma cidade - como todas de Santa Catarina - carente de espaços públicos.

O projeto que a Epagri desenvolveu, que tenho em mãos, é belíssimo e lembra-me o jardim de Luxemburgo, em Paris, com lagos, com conchas acústicas, com espaço para a exposição de produtos da agricultura familiar. Imagino também a possibilidade de contarmos ali, que é um corredor turístico, com um espaço para que nós, que temos hoje, em Florianópolis, o "Direto do Campo", possamos ter o "Direto do Mar", para que o nosso pescador artesanal possa ali levar, direto do mar, sem atravessador, e vender o seu pescado, o nosso pescador artesanal que hoje sofre tanto.

Quero, então, a partir deste pronunciamento, iniciar o debate. Penso que esta questão até serviu para que nós possamos, no âmbito deste Poder, instituir o debate sobre a criação do Jardim Botânico, que está denominado, pelo projeto da Epagri, como de Florianópolis, mas gostaria de desde já fazer uma sugestão: que o denominemos Jardim Botânico de Santa Catarina, de todos os catarinenses.

Se ouvida a sociedade florianopolitana e seus setores representativos compreenderem que é válido alienar a área para com o dinheiro investir em obras viárias, eu me darei por vencido e compreenderei. Mas acredito que primeiro é fundamental ouvir a sociedade. E faço aqui um apelo ao governador pelo veto desse destaque, para que possamos, primeiramente, debater. Se à frente o entendimento for o da alienação da área, do que pessoalmente discordo, que se reencaminhe o projeto à votação nesta Casa. Agora, que primeiro se ouça a sociedade florianopolitana, este Poder, a sociedade catarinense sobre essa intervenção que mexe muito com as características urbanas de Florianópolis.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Cesar Souza Júnior, os dois temas que v.exa. traz à tribuna têm uma relevância fundamental. Em relação ao último tema, 19 votos aqui já se manifestaram contra a alienação daquela área. Pedimos, então, em primeiro lugar, bom senso ao governador para vetar. Segundo, a Epagri já tem esse projeto extraordinário, que não seria só de Florianópolis, mas do estado. É uma área pública, não precisa ser comprada e viabiliza um debate para o turismo, para o meio ambiente, para a ciência e para a tecnologia.

Por isso, temos que nos empenhar nessa direção, nesse debate. Conversei com várias lideranças, inclusive com membros da Epagri, e muitos deles ficaram indignados, eticamente falando, quando souberam que serão alienados 60 mil metros daquela área.

Então, nessa direção sou solidário, como também com relação à juventude. Quanto à questão da audiência pública, quero subscrever a moção que v.exa. propõe, porque tenho o maior interesse.

Com relação à juventude, dia 25 de abril, aqui na Assembléia Legislativa - aproveito para fazer o convite a todos - haverá um debate sobre a redução da maioridade penal e sobre políticas públicas para a juventude.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Eu quero, por fim, agradecendo o seu aparte, deputado Pedro Uczai, dizer que já encaminhamos um pedido de audiência ao governador do estado para tratarmos dessa questão, que é uma questão urbanística fundamental.

Quero apenas, por fim, concluir dizendo que é o início de um debate. Intervenções urbanísticas dessa magnitude devem que ser debatidas com a cidade, para que saibamos que tipo de cidade queremos para agora e para o futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, ser presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para deixar registrada, aqui nesta Casa, a minha satisfação em receber, hoje, no meu gabinete, o pastor Lourival, que é o dirigente maior da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Santa Catarina. Eu tive a honra de recebê-lo e gostaria que ficasse registrada, em ata, essa presença tão nobre, tão ilustre aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e também quem nos dá a honra de sua presença aqui no Parlamento catarinense.

Sr. presidente, ocupo o horário de meu partido hoje, dia 18 de abril, para falar um pouco ainda dos resquícios da reforma administrativa. Todos os dias, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, encontramos nos jornais manchetes, que, acredito, deveriam ser positivas para o povo catarinense, no sentido de que fosse realmente uma reforma administrativa e não uma reforma política. Infelizmente, não é o que estamos lendo nas manchetes, todos os dias. Acho que a reforma administrativa, deputado Silvio Dreveck, não melhorou a vida do povo catarinense. Acho que piorou! Porque os cargos não foram preenchidos e o governo emperrou. Vejam só:

(Passa a ler)

"Reforma administrativa

Ânsia de deputados, prefeitos e líderes peemedebistas por regionais emperra escolhas de nomes"

"Disputa ocorre dentro de casa"

O que está acontecendo?

"O PMDB está dando mais trabalho ao governo do Estado nas indicações para as 36 secretarias regionais do que todos os outros partidos juntos (PSDB, DEM, PDT, PPS e PTB). Isto porque os deputados federais, estaduais, prefeitos e líderes estão levando em conta os seus interesses nas bases para emplacar mais indicações."[sic]

É isso que está acontecendo, srs. deputados e sras. deputadas, a reforma administrativa é uma reforma política. Por quê? Porque os cargos, deputada Odete de Jesus, não foram preenchidos pois há deputados do PMDB, do PSDB, do PFL e por aí vai. E o povo catarinense está esperando o quê? A reforma nas escolas, deputada Odete de Jesus, v.exa. é professora; a Saúde, que vai de mal a pior. Mais um hospital fechado, é hoje a manchete dos jornais. Dessa forma, acho que a reforma administrativa deveria melhorar a vida do povo catarinense, e não é o que acontece.

Eu pensei, senhoras e senhores, que a reforma administrativa viria resolver um problema que está aqui, dentro desta Casa, objeto de um projeto de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, acerca das eleições diretas para diretores de escola. Mas, infelizmente, o que está acontecendo nas escolas? Ontem, na reunião da bancada do Partido dos Trabalhadores, nós recebemos uma comissão do maior colégio do estado de Santa Catarina, que é o Instituto Estadual de Educação, que tem 5.850 alunos e 400 professores. Houve um processo de eleição direta, os alunos e os professores escolheram um diretor, mas a sua decisão não foi respeitada.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, nobre deputada! Eu comungo da sua preocupação nas questões diversas do estado. Agora, quero lembrar à nobre deputada e aos demais deputados que há menos de 15 dias é que esta Casa votou a reforma administrativa e organizacional do estado e ainda não deu tempo de implementá-la no todo.

Na questão do Instituto Estadual de Educação, é pertinente a sua preocupação, só que não existe uma lei, de autoria do governo do estado, quanto à eleição direta para diretores de escolas públicas em Santa Catarina. Por isso aquele impasse. Realmente, quem está sendo prejudicado são os jovens alunos, mas o suposto diretor eleito também não quer respeitar uma determinação maior.

Mas comungo com a preocupação de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado José Natal.

Nós recebemos essa comissão ontem, na reunião da bancada. E a preocupação nesse colégio, o maior colégio do estado de Santa Catarina, como eu frisei, com quase seis mil alunos e 400 professores, que realizou eleição direta, é que esta Casa levou quatro anos para resolver, para votar e aprovar o projeto de lei da eleição direta para diretores de escola. Havia uma comissão do governo, uma do Sinte, uma da Assembléia Legislativa e esse projeto está pronto. Por determinação do governador Luiz Henrique nós retiramos da pauta o projeto original e fizemos um consenso. Só falta o governo do estado mandar para esta Casa para que votemos com tranqüilidade e os nossos professores e alunos tenham eleição direta nas escolas. Nada mais justo do que isso! Do que fazer, desta forma, nas escolas, o espaço democrático.

Então, foram 3.650 votantes, havia duas chapas, como frisou o professor, foi feita a apresentação e o debate das chapas com os alunos e os professores. O diretor eleito teve 51,49% dos votos e não foi empossado. E o pior, srs. deputados, é que essa comissão não está sendo recebida pelo secretário da Educação, o que me causa estranheza. O deputado Paulo Bauer, muito democrático, que sempre recebeu todos muito bem, não está recebendo essa comissão. O deputado Paulo Bauer nomeou um interventor na escola, o sr. Luiz Antônio. Ele é de outra escola, está em estágio probatório, está no IEE com dez horas/aula e foi nomeado interventor. A escola está parada e os alunos não estão tendo aula. Isso é notícia de jornal todos os dias.

Por que o governador e o secretário da Educação, em vez de trazerem um professor de outra escola, se não querem empossar o eleito pelos alunos e pelos professores, não nomeiam um professor da escola? Lá existem 400 funcionários! Deputado Pedro Uczai, uma escola com 400 professores precisa trazer um professor em estágio probatório, com dez horas/aula, para ser o interventor numa escola que tem seis mil alunos? Uma escola centenária? Será que o Instituto Estadual de Educação não tem um professor que possa assumir a direção? Será que o governo não tem ninguém na escola, dentre esses 400 funcionários, para assumir a direção? Tem que ser um professor de fora? Com todo o respeito a esse professor, mas em estágio probatório, com dez horas/aula? Lá nós temos professores com 32 anos de carreira, que conhecem a escola como a palma da mão, srs. deputados!

Essa é a minha indignação! É essa a indignação da nossa bancada!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ana Paula Lima, ontem o deputado Pedro Baldissera e outros deputados solicitaram conversações com o deputado João Henrique Blasi e com a comissão do Instituto Estadual de Educação para saber o que é preciso ser feito para resolver o impasse. Acho que a relação da comissão diretamente com o governo está com dificuldades.

Então, os deputados da base aliada, da base do governo, precisam contribuir para abrir um canal de negociação para legitimar o processo democrático ou buscar o diálogo para construir uma alternativa para o IEE. São os alunos, os pais, a comunidade que estão sofrendo! Mas, mais do que isso: esse símbolo da escola pública de Santa Catarina, que é o Instituto Estadual de Educação, está sendo colocado em xeque, quando se deslegitima, desrespeita-se não só um processo democrático, mas desrespeitam-se 400 profissionais dizendo que entre eles, inclusive do PMDB, do PFL, do PSDB, nenhum tem competência para gerir uma escola pública! É preciso trazer um interventor de outra escola que os pais, os alunos e os professores não conhecem. Que escola é essa? Que educação é essa? Não respeita a democracia e não tem o mínimo bom senso porque são os profissionais que fazem essa escola. Um interventor ter que vir de fora!? Parece o tempo da ditadura militar, que punha prefeito e governador biônicos! Mas pelo menos o prefeito era da cidade e o governador era do estado! No caso da escola, nem é de lá o interventor. Isso é uma vergonha e é preciso urgentemente uma solução!

O SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É o que nós pedimos para os deputados da base governista. Já que não querem aceitar o diretor eleito pelos alunos e pelos professores, que pelo menos indiquem um dos 400 professores do Instituto Estadual de Educação, porque entre eles, certamente, haverá um professor que tenha capacidade para gerir aquela escola.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Presidente, eu não consegui um aparte devido ao horário que se esvaiu, mas gostaria de dizer que conversei, semana passada com o secretário Paulo Bauer e falamos muito sobre o Instituto Estadual de Educação. O que o secretário está tentando é colocar ordem naquela casa, colocar um pouco de discernimento naquele colégio! Aquela escola estava uma colcha de retalhos, falava-se mais de política do que de ensino. O que o secretário está tentando fazer é colocar ordem na casa, e quando se começa a colocar ordem na casa, ferem-se interesses, interesses políticos de toda a ordem. O que o secretário está fazendo ali é arrumar a casa, colocar ordem para que o aluno possa realmente estudar e aprender para o bem desta terra, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, na manhã de hoje recebemos, na comissão de Educação, presidida pelo deputado Darci de Matos, com a participação dos deputados Pedro Uczai e Professor Grando e também de convidados como a deputada Odete de Jesus e o deputado Joares Ponticelli, a visita da comissão de Braço do Norte, constituída pelo secretário Ademir Matos, pela presidente da APP e também pela diretora da escola lá da sua região, deputado Valmir Comin.

Essa reunião aconteceu em função de um pleito que, parece-me, deve ter tramitado em todos os gabinetes dos deputados da Casa. Mas o que mais me chamou a atenção é que essa situação está acontecendo lá em Braço do Norte pela falta de uma ação do governo do estado junto às nossas escolas. E isso não ocorre apenas em Braço do Norte; por toda Santa Catarina ouvimos a insatisfação, a reclamação por falta de mínimas condições de se dar aula.

Mas sobre esse tema, deputado Reno Caramori, nós temos outros deputados que poderão pronunciar-se, bem como a respeito desse documento.

Eu fiz essa introdução acerca desse problema que todos os dias nós estamos falando nesta Casa, do problema sério da educação em Santa Catarina, das estruturas físicas, dos equipamentos, que praticamente se torna repetitivo nós estarmos aqui falando, porque não podemos deixar de fazê-lo, já que ouvimos em todas as nossas manifestações, inclusive em reuniões, que esse é um problema do governador Esperidião Amin. Mas já faz quatro anos que ele não é mais governador! O que eu quero dizer com isso? Que está na hora de tomarmos uma decisão! E que se alguém não fez no passado, nós temos o dever de fazê-lo. E o que é mais grave e o que me deixa mais preocupado não são só as más condições físicas, é Santa Catarina ter uma avaliação, divulgada nos últimos dias, que a coloca entre os piores estados em qualidade de educação.

Então, esse é o tema que nós queremos debater não só na comissão, mas, em comum acordo com o presidente da comissão, deputado Darci de Matos, vamos elaborar seminários, deputados Joares Ponticelli e Jandir Bellini, para que a sociedade possa participar dos debates. Discutiremos o que nós podemos fazer e onde está a origem dos problemas. Por exemplo, por que Santa Catarina tem a maior evasão no ensino médio? Por que essa repetência dos nossos alunos? Por que essa dificuldade dos nossos alunos do ensino médio acessarem uma universidade, passarem num vestibular, num teste seletivo para uma escola técnica? Onde está a deficiência da nossa educação?

É por conta disso que nós queremos fazer seminários praticamente todos os meses, debatendo, buscando soluções ou apontando, pelo menos, as nossas idéias e as nossas metas para fazer com que o estado de Santa Catarina volte a ter uma educação de qualidade, diminuindo a evasão escolar, diminuindo a repetência, valorizando o nosso professor com capacitação contínua, dotando as nossas escolas de bibliotecas e de laboratórios que permitam que tenhamos uma educação de qualidade para, então, podermos falar num estado competitivo e que venha certamente contribuir para o nosso Brasil.

Na medida em que nós evoluirmos na educação, tivermos uma educação de qualidade, as nossas empresas, o nosso setor produtivo, seja da agricultura, do comércio ou da indústria, certamente vai ter um salto de produtividade, deputado Jandir Bellini. V.Exa., como empreendedor, sabe que uma pessoa qualificada, preparada, tem outra condição de produzir. E com essa produtividade, o nosso estado será mais competitivo diante do mercado globalizado que, sem dúvida, vem trazendo muitas dificuldades para competirmos com outros países em muitos produtos que nós temos. Não que esse seja apenas o único fator, mas poderá ser um diferencial, a exemplo de outros países que fizeram altos investimentos na educação e tornaram-se desenvolvidos e competitivos. Sempre cito como exemplo a Espanha, a Coréia do Sul, a Irlanda do Norte e outros países que apostaram na educação e que, na verdade, hoje, estão inseridos no rol dos países desenvolvidos.

Antes de encerrar, eu não poderia deixar, no dia de hoje, de fazer uma referência a um catarinense chamado Egon João da Silva, que deixa o conselho da Perdigão, mas que deu uma grande contribuição na recuperação desse empreendimento. Para nós, catarinenses, ver a marca dessa empresa é um orgulho. E esse cidadão jaraguaense, que deixou a marca do seu espírito empreendedor, da sua audácia, do seu bom exemplo, hoje tem os seus empreendimentos não só em Santa Catarina e no Brasil, mas também em outros países - na Europa, no continente asiático - e exporta os produtos de suas empresas para este planeta globalizado.

Quero aqui fazer este registro porque essa pessoa, certamente, apesar da sua idade e apesar das dificuldades que enfrentou quando iniciou as suas atividades, hoje é uma referência, deputado Reno Caramori, não só para Santa Catarina; é uma referência de homem com uma visão empreendedora e que serve de exemplo não só para o setor privado, mas para o setor público também. Uma pessoa como Egon João da Silva é para nós uma referência. E oxalá, mesmo com o seu afastamento do conselho, ainda possa contribuir para todos nós, catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença do prefeito de Flor do Sertão, Euclides de Borba, que está aqui acompanhado do vereador Victor Dal Mago e do nosso presidente do PSDB, Anderson Wagner. Estão fazendo uma visita à capital e prestigiando esta sessão da Assembléia!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZAR JÚNIOR - Sr. presidente, eu quero apenas agradecer ao presidente Julio Garcia e a todo o corpo técnico da TVAL, que estão, a nosso pedido, disponibilizando, tanto na TVAL como no *site* da Assembléia, um *link* direto com o Portal da Esperança, que é uma entidade que trata da divulgação de fotos de crianças desaparecidas.

Portanto, em função desse reconhecimento, a partir de agora há essa disponibilização tanto na TVAL, quanto no *site* da Assembléia.

Meus agradecimentos ao presidente e a todo o corpo técnico da TVAL!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, quero registrar a visita do nosso prefeito Sandro Luiz Favero, e o presidente da Câmara Municipal, vereador Jacó Ribeiro. Eles estão em contato com vários srs. deputados, pois trazem um convite para a festa do município de Ponte Serrada, nos dias 3, 4 e 5 de maio. Portanto, são os portadores da mensagem e do desejo de receber os parlamentares nesses três dias lá no município de Ponte Serrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Fica registrado, portanto, o convite do deputado Reno Caramori para participarem da festa no município de Ponte Serrada.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores desta Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, quero retomar, rapidamente, a discussão feita no dia de ontem a respeito da ajuda de custo para os policiais e bombeiros realizarem os cursos que são necessários para a progressão na carreira.

Quero dizer que estamos dispostos, deputado Manoel Mota, a discutir as formas de economizar recursos na área da segurança, e há várias formas de fazê-lo. A nossa manifestação é no sentido de que aqueles que nunca foram favorecidos em nada dentro da instituição possam agora ter o direito de vir freqüentar o curso aqui na cidade de Florianópolis, a capital, com dignidade.

V.Exa., lá em Araranguá, assim como vários outros colegas deputados que residem fora da Grande Florianópolis, pode perguntar para os policiais e bombeiros com vinte e poucos de anos de serviço, pais de famílias, se eles terão condições de fazer o curso na capital, se lhes for cortado esse direito. Conversei com o líder do governo e nós vamos debater para encontrar as formas de economizar recursos, sem precisar prejudicar principalmente os de baixo.

Mas, como disse ontem, também gostaria de falar de assuntos importantes, e mais uma vez, deputada Ada De Luca, para a segurança pública.

Tive a honra, na última sexta-feira, dia 13, de representar este Poder Legislativo na formatura de 139 novos agentes prisionais. E desde a última segunda-feira eles já estão trabalhando no sistema de segurança pública. Desejo registrar a importância do ato, pois no momento em que no mundo inteiro está-se combatendo o estado, está-se buscando criar cada vez mais um estado mínimo, aqui no nosso estado temos crescido, sim, na área de segurança em termos de efetivo, inclusive. E a inclusão desses 139 novos agentes prisionais com certeza vai melhorar um pouco as condições de serviço nos estabelecimentos prisionais do nosso estado, apesar de ainda precisarmos mais.

Quero parabenizar o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, o secretário da Segurança, o deputado João Henrique Blasi e as demais autoridades do governo por esse ato. Havia essa demanda, deputado Manoel Mota, desde a época da campanha, quando viajava pelo estado. E os futuros agentes prisionais, que tinham feito concurso, cobravam-nos sempre. Então, essa é mais uma importante vitória do governo e da segurança pública no nosso estado.

Mas como nem tudo são flores, quero retomar a questão do Instituto Estadual de Educação, como pai de uma estudante daquela escola, como um pai que participou do processo eleitoral e votou, e como um deputado que na tarde de ontem, quando estava neste plenário, foi chamado pela filha porque a Polícia Militar estava dentro do colégio.

Pode parecer estranho eu, um policial militar, falar isso, mas quero deixar bem claro que isso não é contra a polícia, pelo contrário, é a favor, porque entendemos que ela tem que fazer segurança pública para a população e não ser usada para resolver os problemas políticos que algumas autoridades não conseguem resolver ou até pioram o problema.

Na quarta-feira passada, o secretário Paulo Bauer, na frente do portão do Instituto Estadual de Educação, garantiu-nos que não usaria a polícia para resolver esse problema. Mas ontem fui chamado lá para mediar uma situação, já que seis viaturas estavam lá dentro.

Eu me somo aqui às outras falas, dizendo que essa situação não é possível, pois foram realizadas eleições diretas em 42 escolas e em todas, no Maciço do Morro da Cruz e nas outras escolas, os diretores eleitos foram nomeados, e no Instituto Estadual de Educação, que também faz parte do Maciço, não! É o maior colégio não só de Santa Catarina; é o maior colégio público estadual do Brasil e da América Latina, com uma massa enorme de estudantes e de professores!

Quero dizer que uma comissão veio aqui na Assembléia ontem, no final da tarde, e que eu participei da conversa, juntamente com os deputados Décio Góes e João Henrique Blasi. E quero dizer ao deputado João Henrique Blasi que as pessoas estão esperançosas de uma saída negociada.

O Instituto Estadual de Educação está sem aula, de forma irregular, desde o começo deste semestre. E havendo a primeira sinalização positiva por parte do governo, o Instituto volta à normalidade, porque aquelas pessoas querem trabalhar e estudar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PR.

Com a palavra a eminente líder do partido, deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, nosso amigo deputado Julio Garcia; demais integrantes da Mesa; srs. deputados, sras. deputadas, amigos que nos assistem, quero apenas complementar o pronunciamento do deputado Silvio Dreveck, que salientou que estivemos, hoje, na reunião da comissão de Educação.

Estive presente na reunião e agradeço ao presidente da comissão, deputado Darci de Matos, um brilhante parlamentar, e aos demais integrantes pelo espaço concedido a mim para que eu pudesse, juntamente com os demais integrantes da comissão e dos parlamentares da Casa, levar a solução para o Colégio Dom Joaquim, de Braço do Norte.

Como o deputado Silvio Dreveck salientou, todos os parlamentares receberam um ofício da APP, e na quarta-feira passada foi deliberado naquela comissão que comparecessem aqui os integrantes da APP, o secretário Ademir da Silva Mattos e a direção da escola, depois de muito debate, de muita polêmica, de muita conversa.

Para que v.exas. tomem conhecimento - e é claro que poderão ter acesso à ata da reunião -, gostaria de dizer que a direção salientou que naquele colégio - uma escola de 1.500 alunos, é a metade de uma quadra, uma escola de referência - não há nenhum laudo fornecido pelos bombeiros. O deputado Joares Ponticelli salientou que, em épocas passadas, os alunos atravessavam de um lado para o outro, furaram a parede! Parecia um túnel!

A diretora disse que há um ano existe a promessa da doação de computadores, deputada Ana Paula Lima, mas que, como isso não aconteceu, as aulas de informática tiveram que ser suspensas. Disse também que existe um computador de 1998. Também foi salientado que as aulas de educação física estão perdendo a sua qualidade porque não existe bola, já que as que foram licitadas são de péssima qualidade. Foi dito também que a APP para arrecadar fundos, terá que fazer bingos. E assim por diante.

Srs. deputados, comoveu-me muito a presença do secretário Ademir da Silva Mattos, que, tão prontamente, veio a esta Casa para resolver o problema e trazer soluções. O papel da comissão de Educação está sendo importante. Todas as comissões da Casa têm sido muito importantes para trazer as devidas soluções. Graças a Deus, srs. deputados, esse é mais um problema resolvido, deputado Joares Ponticelli.

Os deputados Pedro Baldissera e Silvio Dreveck também estiveram presentes na reunião. Todos os parlamentares da Casa têm se empenhado muito para trazer as devidas soluções, e essa é mais uma escola que teve seu problema resolvido, graças ao trabalho da Assembléia Legislativa.

E eu volto a agradecer ao deputado Darci de Matos pelo espaço que me concedeu para que eu pudesse também participar e juntamente com os demais integrantes da comissão resolver mais um problema.

Eu fico agradecida, sr. presidente, e volto a afirmar que nós, em breve, estaremos convocando os deputados membros da comissão de Ética e Decoro Parlamentar para participarem de uma reunião, a fim de deliberarmos sobre mais alguns assuntos importantes referente à referida comissão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0108/2007, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 3.993, de 20 de março de 2007, que dispõe sobre a consolidação das divisas intermunicipais do estado de Santa Catarina e adota outras providências correlatas.

O projeto tem a assinatura de todos os srs. líderes e foi aprovado por unanimidade na comissão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0009/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0025/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação do parecer ao Projeto de Lei n. 0044/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que institui o parcelamento do pagamento das multas de trânsito no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça.

Nós vamos votar o recurso do deputado Kennedy Nunes.

Os srs. deputados que aprovarem o recurso permanecerão como se encontram, caso contrário, manifestar-se-ão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu gostaria de chamar a atenção dos nobres pares com relação a este parecer contrário da comissão de Constituição e Justiça. Ele alega que o projeto é inconstitucional porque, segundo o parecer, somente quem poderia fazer esse tipo de trabalho seria o governo federal ou o Contran, Conselho Nacional de Trânsito. Eu, particularmente, discordo disso, até porque, como já falei, nós temos, hoje, deputada Ada De Luca, alguns estados, como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, que já possuem uma lei igual a essa que possibilita ao motorista infrator pagar em parcelas as multas de trânsito.

O nosso projeto, deputado Nilson Gonçalves, não isenta quem infringiu a lei, pois quem foi multado deve pagar pela infração que cometeu. Ele só possibilita ao infrator o parcelamento da multa, como acontece, hoje, com o IPVA, que nós podemos pagar em até três vezes.

Eu só gostaria de lembrar aos nobres pares e também ao deputado Marcos Vieira, que deu o parecer contrário, que esta Casa aprovou o Projeto de Lei n. 3.999/2000, de autoria do então deputado Adelor Vieira, do PMDB, que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência do IPVA e das multas de trânsito estadual.

Os nobres deputados que estavam aqui naquela legislatura, como João Henrique Blasi, Manoel Mota, Odete de Jesus e outros, aprovaram esse projeto, nesta Casa, mas o governo do estado, na época, entrou com uma Adin - Ação Direta de Inconstitucionalidade -, alegando o mesmo teor do parecer do deputado Marcos Vieira de que isso não é de competência nossa e sim do governo federal.

Eu tenho aqui em mãos, para os deputados que quiserem ver, a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2.474-4 de Santa Catarina, em que a Procuradoria-Geral do Estado entrou contra a Assembléia Legislativa pelo fato de ter sido promulgada a lei. E a ministra que deu o parecer contrário, deputado Manoel Mota, foi a ministra Ellen Gracie, hoje presidente do Supremo Tribunal Federal. No parecer e no relatório da ministra Ellen Gracie, ela deixa bem claro que não existe sequer dúvida alguma quanto à legalidade da lei aprovada por esta Casa.

Assim sendo, a lei à qual eu estou me referindo, de autoria do então deputado Adelor Vieira, sobreviveu a uma Adin por ser constitucional. Mas podem perguntar-me por que então a lei não vale mais agora. Não vale mais porque a lei tinha prazo de validade, a lei era somente para as multas até 31/12/1999. Portanto, hoje em dia ela não tem mais valor.

Então, com todo o respeito que tenho pelo deputado Marcos Vieira, autor do parecer, eu quero dizer que esta Adin que deu sobrevida à lei aprovada por esta Casa nos mostra que o nosso projeto não tem nenhuma inconstitucionalidade, só faculta ao motorista infrator poder parcelar, se quiser, a multa em até três vezes, e quando terminar de pagar a terceira parcela do IPVA, ele estará quite com o estado.

O que está nos acontecendo, hoje, deputado Reno Caramori, nos pátios da polícia de recolhimento de automóveis? Eles estão cada vez mais cheios! Em Joinville, deputado Nilson Gonçalves, na principal avenida, há um terreno de cemitérios de carros de cidadãos que cometeram a infração e não conseguiram pagá-la. Ou seja, por não conseguirem pagar a multa, não andam com o carro legalizado, e quando a polícia faz uma *blitz* ela apreende o carro desses motoristas, o que é certo!

Isso até beneficia, deputado João Henrique Blasi, com quem eu estava conversando, não só o motorista como também o governo do estado, porque ele poderá recolher as multas que estão pendentes. É muito mais barato para o governo do estado parcelar em três vezes do que acionar juridicamente para cobrar a multa em juízo. É muito mais barato!

Então, eu gostaria de pedir aos nobres pares para que derrubem, com todo o respeito, deputado Marcos Vieira, o parecer de sua autoria, para que esse projeto possa dar continuidade nesta Casa e possa assim beneficiar os catarinenses, sr. presidente.

O encaminhamento, como líder da nossa bancada, é pela derrubada do parecer.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a minha fala será dirigida em duas vertentes.

A primeira delas é de que eu não concordo com o recurso interposto, tendo em vista a inconstitucionalidade apresentada por mim na comissão de Constituição e Justiça, porque entendo haver postergamento de pagamento, bem como renúncia de receita, e é claro que a competência passa a ser do Poder Executivo.

Mas eu quero propor um acordo de líderes, sr. presidente, no sentido de suspender o recurso, para que esta Casa possa baixar em diligência à secretaria da Fazenda para manifestação quanto à proposta apresentada pelo deputado Kennedy Nunes, na comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Não seria exatamente para encaminhamento de votação, até porque....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Mas nós estamos em processo de encaminhamento, deputado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Apenas quero exteriorizar o meu entendimento em relação a essa matéria, até porque na primeira vez que o deputado Kennedy Nunes apresentou eu fui solidário, inclusive porque já apresentei matéria semelhante, em tempos passados, e não obtive sucesso.

Portanto, eu entendo que nós deveríamos votar esse recurso do deputado Kennedy Nunes, para que pudéssemos, então, ver essa matéria ser discutida no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, em relação à proposta do deputado Marcos Vieira, pondera o seguinte: se o parecer da CCJ for derrubado na votação de hoje, a matéria vai à comissão de Finanças, oportunizando a diligência sugerida. É uma ponderação, é um esclarecimento para facilitar o entendimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, que o projeto possa voltar à CCJ, para que ela, depois, em sessão deliberada pelos seus membros, já que o projeto teve o seu início, a sua primeira fase discutida na CCJ, baixe em diligência à secretaria da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A oportunidade existe no segundo momento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, na linha da manifestação de v.exa., nós poderíamos aqui conciliar a sua proposta com a do deputado Marcos Vieira, pois eu entendo que é uma matéria extremamente meritória.

Há essa dúvida, agora, quanto à constitucionalidade ou não da matéria. Se derrubarmos o parecer, nós teremos a oportunidade de discutir, à exaustão, essa matéria. Então, voltaria para a CCJ, até para debater essa questão da constitucionalidade de forma mais aprofundada, diligenciando à secretaria da Fazenda para manifestação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Mas sem votação do recurso?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não, mas aí tem que....

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Simplesmente retiramos de pauta, sr. presidente, o recurso e faz-se voltar, por acordo de líderes, à CCJ?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Tem de haver entendimento entre as lideranças. A matéria só poderá sair de votação com o acordo das lideranças.

(O autor da matéria não aquiesce.)

Não há concordância por parte do autor para que a matéria seja retirada da pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, a proposta do deputado Kennedy Nunes é muito importante para o nosso estado, para as pessoas poderem saldar as suas dívidas, as suas multas. Eu também, como líder, não concordo com a proposta de v.exa.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Nós somos favoráveis ao mérito do projeto. A idéia do projeto é útil, é boa para o cidadão catarinense, para o estado de Santa Catarina.

Eu entendo e compreendo o problema do deputado Marcos Vieira, porque ele não é da comissão de Finanças. Então, nós poderíamos abrir essa discussão na comissão de Finanças, indo depois para apreciação do secretário da Fazenda, contanto que nós, hoje, possamos derrubar o parecer da comissão de Justiça. Eu acho que seria uma boa negociação e a idéia contemplaria todos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu entendo que não somente o povo, como também o governo do estado de Santa Catarina, só tem a ganhar com isso. Eu acho que há verdadeiros cemitérios de veículos em todos os municípios do nosso estado. Eu entendo que é uma oportunidade para o cidadão pagar as suas dívidas com o estado e uma oportunidade, também, para o governo recebê-las. É melhor ele receber parcelado do que não receber nunca, sr. presidente!

Então, a bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, é uma matéria sobre a qual existe jurisprudência. Nós já votamos aqui um projeto do deputado Adelor Vieira, que foi aprovado - v.exa. era também deputado na época e lembra disso.

Eu entendo que não há nada que possa desmerecer o parlamentar se nós derrubarmos o parecer do deputado Marcos Vieira, para que esse projeto possa tramitar normalmente nesta Casa. Porque senão ele poderá ir à comissão de Finanças, que é a comissão de mérito, e lá nós não poderemos discutir isso com toda a liberdade e com esse espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para que não haja nenhuma dúvida, srs. deputados, vamos à votação.

O Regimento Interno determina que se vote o relatório da CCJ. Então, vamos colocar em votação o parecer da CCJ.

Os srs. deputados que votarem "não" rejeitam o parecer da CCJ e os que votarem "sim" mantêm a matéria rejeitada pela CCJ.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu concordo com o nobre deputado Marcos Vieira e também com o nobre deputado João Henrique Blasi quanto à questão da diligência na secretaria da Fazenda. Mas isso pode ser feito à hora em que chegar lá. Então, eu peço aos nobres pares que dêem oportunidade para que possamos votar "não", a fim de que o projeto possa ser melhorado por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para que não fique nenhuma dúvida, a Presidência determina que a votação seja feita no painel.

Os srs. deputados que votarem "não" derrubam o parecer da CCJ e os que votarem "sim" mantêm o parecer da CCJ.

Em votação.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, o encaminhamento de votação da bancada do PFL é de que votemos pelo parcelamento, porque entendemos que ele tem fundamentação jurídica e mérito, portanto, vai dar possibilidade ao estado de resgatar esse volume de recursos de que hoje o estado não dispõe.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, são ponderáveis os novos argumentos trazidos pelo deputado Kennedy Nunes, como também o foram os argumentos do deputado Marcos Vieira, que fizeram com que houvesse uma decisão diferente no âmbito da comissão de Constituição e Justiça.

A proposta feita pelo deputado Marcos Vieira propiciava um amplo entendimento sobre a matéria sem precisar desconstituir uma decisão fundamentada de uma das comissões desta Casa. Por isso a minha posição pessoal é pela manifestação de reiterar o voto proferido no âmbito da comissão de Justiça. Voto, portanto, pessoalmente, pelo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos em processo de votação.

Os srs. deputados que votarem "não" derrubam o parecer da CCJ e os que votarem "sim" mantêm o parecer da CCJ.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	não
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos cinco votos "sim", 20 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o parecer da CCJ.

A matéria vai para a comissão de Finanças.

Consulto os srs. deputados se podemos votar a redação final do Projeto de Lei n. 0108/2007. Parta tanto, há necessidade do encerramento da sessão, convocando outra, extraordinária, logo em seguida.

A matéria foi votada em turno único na sessão que está em curso.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo concordância dos srs. líderes, a Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h22min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 010ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h22min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada de Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra presença do prefeito de Caçador.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Registra presença do prefeito de Sul Brasil.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita aquiescência do deputado Jandir Bellini para sua bancada e o PT subscreverem seu requerimento cumprimentando o prefeito e o presidente da Câmara de Itapema pelo aniversário do município.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede para subscrever requerimento do deputado Kennedy Nunes cumprimentando o corpo funcional da Maternidade Darcy Vargas pelos 60 anos de fundação.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solidariza-se com o requerimento do deputado Kennedy Nunes em homenagem à Maternidade Darcy Vargas pelos 60 anos de fundação.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Pede para subscrever o requerimento do deputado Kennedy Nunes em homenagem à Maternidade Darcy Vargas pelos 60 anos de fundação.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever requerimento do deputado Silvio Dreveck cumprimentando os municípios de Matos Costa, Timbó Grande e Rio Negrinho pela passagem do aniversário.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Justifica sua moção solicitando a instalação de agência do Besc no bairro Itinga.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Solidariza-se com a moção do deputado Kennedy Nunes solicitando a instalação de uma agência do Besc no bairro Itinga.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Justifica moção de sua autoria solicitando agilização da votação da PEC n. 13/2003.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Diz não estar recebendo respostas aos seus pedidos de informação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Fala que os pedidos de informação estão sendo respondidos dentro do prazo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Diz que nunca houve, de sua parte, manifestação no sentido de encaminhar votação contrário a pedido de informação.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Discute pedido de informação de sua autoria pedindo informações sobre lotação de policiais civis na Central de Polícia de Itajaí.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra presença do prefeito de Rio Rufino.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Pede permissão ao deputado Darci de Matos para co-assinar seu requerimento em comemoração aos 96 anos de fundação do Lar Abdon Batista.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever requerimento do deputado Darci de Matos em comemoração aos 96 anos de fundação do Lar Abdon Batista.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Aborda a questão das eleições diretas nas escolas.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Fala que em algumas escolas legitima-se o processo de eleição de diretores e em outras não.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Diz que tem que ser proposta uma lei para eleições diretas nas escolas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Faz referência para o fato de que, mesmo não havendo lei que regulamente, não há lei que proíba eleição de diretores.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra presença do secretário Regional de Canoinhas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda situação da educação em Santa Catarina.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Fala sobre educação no estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Edson Piriquito por trazer dados reais sobre o governo.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Fala em evasão escolar no ensino médio.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Faz referência de que pesquisa abordada foi de estudantes de zero a 17 anos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Tece considerações sobre a Maternidade Darcy Vargas; refere-se às ações do governador no município de Joinville; faz alusão ao Lar Abdon Batista.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Faz elogios à cidade de Joinville.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Refere-se à Maternidade Darcy Vargas; faz referência ao escritório do governo em Joinville.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Refere-se à vitória do governo no primeiro e segundo turnos no primeiro mandato.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Parabeniza o deputado Darci de Matos pelo pronunciamento, registrando que o trabalho voluntário é uma característica catarinense.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Aborda ações do governo com relação a políticas públicas (agenda positiva).

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Procede à análise sociológica do comportamento da Oposição diante da política da descentralização do governo do estado.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Refere-se ao discurso fácil, muito usado pela Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passamos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0108/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, gostaria de anunciar a presença, nesta Casa, do nosso amigo e correligionário, o prefeito da bela e querida cidade de Caçador, companheiro Saulo Sperotto.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, com a compreensão de v.exa. e mesmo que o Regimento Interno tenha manifestação contrária, peço vênia para registrar a presença do prefeito de Sul Brasil, Delci Antônio Valentini, que, prazerosamente, está aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0206/2007, de autoria do deputado Renato Hining; 0207/2007, 0208/2007, 0209/2007 e 0210/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0211/2007, 0212/2007 e 0213/2007, de autoria da deputada Ana Paula Lima; e 0214/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Rotary Club Florianópolis Ilha, transmitindo cumprimentos pela passagem do 10º aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Paulo Cézar Maciel da Silva, cumprimentando-o pela inauguração do *shopping* Iguatemi de Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Roque Pellizzário Júnior, cumprimentando-o pela recondução no cargo de presidente da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica a sra. Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, presidente do Lar Abdon Batista, de Joinville, cumprimentando-a pela comemoração dos 96 anos de fundação daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Samuel Gonçalves da Silva, bem como a toda diretoria e ao conselho, cumprimentando-os pela posse na Associação dos Confeccionistas de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Itapema, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Com relação ao requerimento do deputado Jandir Bellini, que envia cumprimentos ao prefeito municipal e presidente da Câmara de Itapema, nós gostaríamos subscrever, com a anuência do nobre deputado, em nome da bancada e também do Partido dos Trabalhadores.

Como o deputado Jandir Bellini já sinalizou dando seu consentimento, a nossa bancada e também o Partido dos Trabalhadores subscreverão esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, deputado Jandir Bellini, subscreve também o Requerimento n. 0265/2007 a bancada e o Partido dos Trabalhadores.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao professor Antônio Diomário de Queiroz, cumprimentando-o pela posse na presidência da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Serra Alta, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Xaxim, cumprimentando-o pela realização da Feira da Indústria, Comércio e Agronegócios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores, médicos, técnicos, enfermeiros e aos demais funcionários da Maternidade Darcy Vargas, de Joinville, cumprimentando-os pelos 60 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, gostaria de subscrever, junto com o deputado Kennedy Nunes, esse requerimento. Tive a grata satisfação de conhecer uma das servidoras da Maternidade Darcy Vargas, em função da eleição para o Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, e conheci, nesta semana, uma das servidoras, que foi homenageada.

Portanto, gostaria de subscrever o requerimento do deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, estive, anteontem, participando das festividades da Maternidade Darcy Vargas, que nesses 60 anos trouxe ao mundo mais de 200 mil pessoas legitimamente joinvilenses. É um trabalho belíssimo que ela desenvolve, e eu não poderia, de forma alguma, deixar de me solidarizar com o deputado Kennedy Nunes, com o intuito de deixar gravada nesta Casa essa homenagem muito merecida à Maternidade Darcy Vargas.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a exemplo dos deputados Sargento Amauri Soares e Nilson Gonçalves, com a anuência do proponente, deputado Kennedy Nunes, desejo subscrever o requerimento.

Quero dizer que também estive, juntamente com o deputado Nilson Gonçalves, participando da comemoração dos 60 anos daquela instituição que se constitui, sr. presidente, num orgulho para Joinville, para Santa Catarina e para o Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento n. 269/2007, com a aquiescência do deputado Kennedy Nunes, vai também subscrito pelos deputados Nilson Gonçalves, Sargento Amauri Soares e Darci de Matos.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Matos Costa, Timbó Grande e Rio Negrinho, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria, com a aquiescência do deputado Silvio Dreveck, de subscrever este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Silvio Dreveck, o deputado Antônio Aguiar também subscreve o requerimento aprovado.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a manutenção do veto ao art. 9º do Projeto de Lei n. 6.272/2005, que cria a Receita Federal do Brasil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao diretor de Administração do Besc, solicitando a instalação de uma agência no bairro Itinga, no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, para quem não conhece, aquela é uma região que faz divisa com o município de Araquari e tem crescido muito, não só no número de habitantes, mas de empresas localizadas lá. Eles estão com uma dificuldade muito grande, e os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos sabem disso, para efetuar pagamentos, pois lá não há nenhuma agência bancária nem casa lotérica.

É uma região que faz limite entre Joinville e Araquari. Temos lá o São Domingos, o São José e vários loteamentos, e o prefeito de Araquari, o Beto, mora na região da Olaria, ou seja, naquela região onde há várias empresas.

Penso que a função do Besc é exatamente esta: oportunizar uma agência nesses locais. Aquela região, deputada Ana Paula Lima, tem muito mais habitantes do que muitos municípios de Santa Catarina - muitos têm menor índice de habitantes do que aquela região. Por isso que penso que o Besc poderia muito bem abrir uma agência.

O sr. Lopes, todos o conhecem, é uma grande liderança, tem sido um batalhador em nome dos empresários e da comunidade, que precisa de um local. Se não for uma agência do Besc, que, pelo menos, haja ali uma casa lotérica para aquele povo ter condições de pagar as suas contas.

Vejam, srs. deputados e sras. deputadas, estamos pedindo uma porta para que o povo pague as suas contas! É algo incrível isso! Mas a região de Itinga precisa mesmo!

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero apenas corroborar as palavras do deputado Kennedy Nunes. Eu conheço também muito bem aquela região e é muito emblemático, inclusive, aquilo que o deputado falou: abrir uma porta para que o povo possa pagar as suas contas. Essa é a grande realidade!

O bairro Itinga, para quem não conhece Joinville, mistura-se com Araquari, praticamente. Ali não se sabe direito qual é a divisa de um município para outro porque está misturado, e lá realmente não há uma agência bancária que possa atender àquela região.

Eu me solidarizo com o deputado Kennedy Nunes, corroboro as suas palavras e entendo que é realmente necessária uma agência naquela localidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao superintendente da Caixa Econômica Federal, solicitando a instalação de uma agência lotérica no bairro Itinga, município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada ao prefeito municipal de Florianópolis, solicitando que seja incluída a Servidão Rosa Cherem Mendes na Operação Tapete Preto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada ao prefeito municipal de Florianópolis, solicitando que seja incluída a Servidão Joaquim Francisco da Silva na Operação Tapete Preto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Marcos Vieira, a ser enviada a sra. Alice Kuerten, presidente do Instituto Guga Kuerten, cumprimentando-a pelas articulações para a construção da Unidade Hospitalar Sarah-Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Romildo Titon, a ser enviada à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio no sentido de agilizar a votação da PEC n. 0013/2003, referente à emancipação de municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, gostaria de fazer uma justificativa com relação a essa nossa moção.

Todos nós sabemos que desde 1996, quando foi aprovada a PEC n. 15, estamos impossibilitados de votar qualquer processo de emancipação. Nós vínhamos votando os pedidos de anexações que entravam nesta Casa, baseados em uma lei complementar que nós temos aqui na Assembléia Legislativa.

Recentemente, dois anos atrás, fomos surpreendidos com uma ação de inconstitucionalidade, e tivemos que retroceder em uma lei que transferia o distrito de Barra do Leão do município de Campos Novos para Capinzal. Se não forem falhas as informações que tenho, são de três a quatro processos, novamente, que tramitam no Supremo, tentando fazer com que voltemos atrás nas decisões que foram tomadas e aprovadas por lei aqui na Assembléia Legislativa.

Agora, a PEC n. 13, que tramita desde o ano 2003 no Congresso Nacional, no Senado, começou a caminhar devido a um acordo de líderes, e parece-me que, se houver uma pressão, nós poderemos ter votada a PEC n. 13 que dá aos municípios a autonomia de legislar sobre emancipações e anexações. Este é o objetivo da nossa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando cópia do relatório final referente ao Ato n. 1.823, que designa uma comissão para investigar fatos relativos ao eventual envolvimento de servidor da secretaria da Fazenda em possíveis irregularidades.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao presidente da Celesc, solicitando cópia do processo que deu origem ao contrato firmado com a Companhia Técnica de Engenharia Elétrica, Grupo Alusa, para atender o Projeto Luz para Todos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre as casas a serem construídas na cidade de Apiúna, bem como informações sobre a realização da Conferência Estadual da Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes a recursos do Fundo Social, liberados para a cidade de Apiúna.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao projeto ou à licitação para as melhorias na Escola de Educação Básica Marina Vieira Leal, do município de Gaspar.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, gostaria de dizer que, sempre que fazemos um pedido de informação, temos a melhor das intenções, mas nunca obtivemos respostas. Nunca! Eu ainda não obtive uma resposta aos meus pedidos de informação. Perguntamos a v.exa. o que nós podemos fazer para de fato obtermos essas respostas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputada Odete de Jesus, o governo tem a obrigação constitucional e legal de responder a todos os pedidos de informação, inclusive com prazo previsto na lei. De modo que há toda a possibilidade de cobrança por parte do autor e, em último caso, da Assembléia. Existem, inclusive, critérios para encaminhamento, na ausência de respostas a pedidos de informação.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu ainda, sr. presidente, não obtive nenhuma resposta aos meus pedidos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Nós estamos discutindo o Pedido de Informação n. 0059/2007.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, quero dar uma satisfação à deputada Odete de Jesus. Como bem colocou v.exa., há uma obrigação constitucional, sob pena até de a autoridade incorrer em crime de responsabilidade, se não responder atempadamente aos pedidos de informação.

Os pedidos de informação têm sido respondidos dentro do prazo. Por isso estranho a manifestação da deputada Odete de Jesus, que diz aqui, peremptoriamente, não ter recebido resposta aos pedidos que fez. Até dou um exemplo, sr. presidente: no expediente do dia de hoje, o Ofício n. 302/2007, do sr. governador do estado, referente ao Pedido de Informação n. 028/2007.

Então, antes do Pedido de Informação n. 028, foram respondidos outros 27, e os demais estão sendo, ou serão, respondidos no prazo. Portanto, deve estar havendo alguma desinformação ou algum desencaminhamento, mas, com certeza, o governo cumpre rigorosamente, como é de sua obrigação, aliás, a resposta aos pedidos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A assessoria informa que os pedidos de informação, salvo raríssimas exceções de necessidade de reiteração por parte da Assembléia Legislativa, têm sido respondidos normalmente.

De qualquer forma, deputada Odete de Jesus, v.exa. tem todo acesso à assessoria para prestar informações e cobrar a resposta aos pedidos de informação, dentro do que prevê a legislação.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito bem, sr. presidente, tenho a maior credibilidade pela pessoa do deputado João Henrique Blasi, líder do governo, e acredito no que s.exa. está afirmando. Mas, então, esses pedidos de informação devem estar indo para lugares errados. Eu ainda não recebi nenhuma resposta e por isso que estou questionando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência, na sessão de amanhã, vai prestar todos os esclarecimentos necessários.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, ainda para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, a despeito do volume considerável dos pedidos de informação, do trabalho que demanda no serviço público para coligir todas as informações e respondê-las, e do fato de esses pedidos de informação serem aqui votados, e, portanto, poderiam ser eventualmente derrotados, de minha parte nunca houve, diferentemente do que aconteceu em governos anteriores, nenhuma manifestação no sentido de encaminhar aqui votação contrária a pedido de informação. E desta forma pretendo continuar agindo, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão o pedido de informação.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre a lotação de policias civis na Central de Polícia de Itajaí, bem como a reforma do prédio daquela Central.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jandir Bellini - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Jandir Bellini.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, é apenas para justificar o pedido de informação e, inclusive, solicitar ao governo e à secretaria da Segurança uma resposta, o mais breve possível, até porque eu acabo de receber um dossiê da própria Polícia Civil de Itajaí e da Câmara de Vereadores, mostrando, através de fotografias, a precariedade da situação daquela instituição.

Só para se tenha uma idéia, gostaríamos de dizer que no passado nós tínhamos 43 servidores da Polícia Civil atendendo a área de segurança de Itajaí, e hoje esse número está reduzido a 23. Nós tínhamos 11 viaturas e hoje, nove viaturas. Isso demonstra o crescimento populacional e econômico de Itajaí, e com isso o crescimento da criminalidade. E nós estamos diminuindo a área da segurança.

Então, nós queremos justificar esse pedido de informação e chamar a atenção do governo para que olhe para Itajaí com maior carinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o pedido de informação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero registrar a presença também, nesta Casa, do nosso prefeito da cidade de Rio Rufino, Sebastião Neri Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está registrada a presença, deputado Marcos Vieira.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o ressarcimento dos investimentos feitos em rodovias federais com recursos do Tesouro catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, se v.exa. me permitir, gostaria de retroceder ao Requerimento n. 0263/2007, de autoria do deputado Darci de Matos. Eu não poderia deixar de pedir a devida aquiescência do deputado para co-assinar com ele esse requerimento, até porque estive ainda essa semana no Lar Abdon Batista, em Joinville, e a sra. Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves me levou para conhecer todos os aposentos e informou-me sobre tudo que acontece naquele Lar. E a constatação que fiz é de que se trata de uma das melhores entidades assistenciais de Santa Catarina, quiçá do Brasil, pela organização, pelo esmero, pela dedicação.

Portanto, eu não poderia, de forma alguma, deixar passar em branco esse requerimento. E não quero apenas deixar registrada essa citação; eu gostaria de me fazer presente nesse requerimento, se o deputado Darci de Matos me permitir, porque também entendo, assim como ele, ser justa a homenagem aos 96 anos de fundação daquela entidade, sr. presidente.

(O autor, deputado Darci de Matos, aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. já está presente no requerimento, com a aquiescência do deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É apenas para dizer sobre a importância do Lar Abdon Batista e que, conversando com o pessoal do Lar, constatamos a falta, aqui no estado de Santa Catarina, de um lugar para as crianças, porque, ao completarem 18 anos, elas devem sair de lá. Muitas delas não têm para onde ir, principalmente as crianças com problemas mentais. Isso é uma questão grave em nosso estado, e eu gostaria também, com aquiescência do deputado Darci de Matos, de poder me fazer presente neste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Determinamos à assessoria, uma vez que o requerimento é deferido pela Presidência, que o deputado Kennedy Nunes também subscreva o requerimento do deputado Darci de Matos.

Requerimento de autoria de diversos srs. líderes, solicitando que seja suspensa a presente sessão pelo prazo de 15 minutos para a manifestação dos representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul.

Está deferido, portanto, o requerimento, uma vez que foi assinado por todos os srs. líderes, e a Presidência suspenderá a presente sessão por até 15 minutos.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu estava ouvindo anteriormente uma discussão importante sobre a eleição direta nas escolas. Eu acho que foi uma irresponsabilidade tomarem essa medida, já que não há sequer uma lei que dê amparo a essa questão de eleição nas escolas. Então, eu acho que foi uma irresponsabilidade a toda prova o fato de, por conta própria, sem autorização, sem uma lei que determine, fazerem lá uma eleição e depois dizerem que o governo tinha que nomear.

Eu estava ouvindo anteriormente essa discussão e não poderia deixar passar isso em branco. Quero dizer o seguinte: a democracia faz parte da minha vida. Só que a democracia tem limite, a democracia não é como o vento, como um furacão que carrega e destrói. A democracia serve para nós buscarmos cada vez mais o direito, a qualidade, mas, evidentemente, o respeito. Nós não podemos concordar com o pensamento de alguns: "Eu vou encaminhar, vou fazer uma eleição aqui e depois o governo que dê um jeito"! Eu acho que isso é irresponsabilidade!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Manoel Mota, não há uma lei regulamentando as eleições diretas no estado de Santa Catarina. Lamentavelmente! Desde a minha primeira legislatura, o Sistema Estadual de Educação, nos capítulos 28, 29 e 30, propunha toda a regulamentação e a democratização da educação no estado, mas essa parte específica foi excluída do texto. Porém, na gestão democrática, no princípio geral da Constituição, e no próprio Sistema Estadual e nas leis menores, está claro que a gestão deve ser democrática nas escolas.

Em segundo lugar, em todo processo de mobilização no ano passado, o governo do estado assumiu, publicamente e por escrito - acordado por escrito, dando a palavra por escrito e falando verbalmente -, que faria eleições diretas para as escolas. E deu um prazo, inclusive. Portanto, as escolas se mobilizaram acreditando, confiando na palavra do governo do estado. Então, não está fora daquele ambiente construído no ano passado. Inclusive, o próprio Sinte encaminhou, nas várias escolas do estado, e fizeram eleições. Tanto é, deputado Manoel Mota, que em várias escolas houve a legitimidade do governo do estado com o processo democrático, que ele nomeou os diretores eleitos.

Portanto, em algumas escolas o governo legitimou o processo democrático, com a regulamentação interna na escola, acompanhada do regulamento interno e não por uma lei geral, porque a lei não impede a eleição direta - ela tinha que ter uma lei que proibisse, mas não há nenhuma lei impedindo a eleição. Mas houve a regulamentação interna, e acabou-se cumprindo a lei geral da gestão democrática.

Então, o que está ocorrendo, deputado Manoel Mota? Em algumas escolas legitima-se e em outras escolas não se legitima. Está havendo, portanto, uma contradição na postura do governo do estado. E quando solicitamos que no Instituto Estadual de Educação fosse legitimado por 51% dos votos, foi porque isso daria tranqüilidade para a continuidade da educação na escola. E foi uma escolha democrática. Eu não conheço o diretor eleito, mas tem que haver a legitimidade.

Portanto, não é que tenha discurso aqui da Oposição; há um ambiente favorável para que o governo legitime de um lado e deslegitime de outro!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, veio aqui para esta Casa um projeto de lei abrindo concurso público para secretária de escola. E evidentemente que essa lei deu condições de se fazer o concurso e as secretárias, hoje, são concursadas, não são mais nomeadas.

Agora, mesmo que houvesse um compromisso, se não está no papel, se não está em lei, evidentemente que v.exa. sabe que seria um ato de livre e espontânea vontade, queira ou não. As pressões políticas não servem para a educação. A educação deve ser tratada com transparência, com determinação, com garra, com vontade e com um programa. Por isso que essas decisões não contribuíram em nada e trouxeram cada vez mais problemas. Quando nós definirmos que vamos aprovar aqui uma lei para que haja eleições diretas, tranqüilamente trabalharemos. Enquanto não houver, acho que qualquer decisão foi precipitada e não contribuiu em nada com o processo democrático das escolas do nosso estado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nós vamos propor uma lei aqui para eleições diretas. Se o problema é lei, embora tenhamos apresentado, há poucos dias, emendas para a reforma administrativa e a base do governo votou contra, então vamos apresentar a revisão do Sistema Estadual aqui, e vamos reapresentar os capítulos da gestão democrática na escola. E quero que v.exa. nos ajude para que a base do governo vote a favor da democracia, se o problema é a ausência de lei!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu vou ser bem objetivo: enquanto eu viver como homem público, serei contra a eleição para diretoras de escola porque isso é dividir a sociedade, é dividir as escolas pelo meio! Na minha região, já aconteceu isso e eu vi muitas brigas e muitas decisões não serem acatadas pela diretora. Enfim, ocorrem muitos problemas.

Então, quando se coloca uma diretora nomeada e acontece alguma coisa, nada se pode fazer e tudo fica emperrado durante os quatro anos de mandato; enquanto que quando ela é nomeada, ela é afastada e outra diretora assume.

Eu entendo que a democracia é importante, mas tem de haver um parâmetro. Às vezes, não podemos concordar com tudo que o outro está dizendo. Eu nasci da democracia, não conheço outro partido, busco a democracia, mas há um limite para o governo. Se houve discussão ou não, eu não estou entrando no mérito da questão. Conhecemos o que estamos vivendo. Não há lei, e se não há lei, qualquer decisão que for tomada é precipitada e não contribuiu com nada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Nobre deputado, tenho um imenso respeito por v.exa. e por isso não vou entrar na discussão, no mérito, para não repetir coisas a respeito deste assunto que já estou dizendo desde o início da legislatura. Mas quero fazer somente uma pequena e uma grande pergunta: o que seria da sociedade humana, se homens e mulheres não lutassem para mudar o *status quo* e a situação atual? Nós estaríamos ainda queimando bruxa na inquisição da Idade Média.

Então, são as pessoas, os movimentos, as forças políticas da sociedade que transformam a lei e fazem a sociedade progredir. Neste sentido, mesmo não havendo lei que regulamente, não há também lei que proíba. Pelo contrário, a lei indica, só falta regulamentar. Então, há toda a legitimidade.

No ano passado, no dia 15 de maio - portanto vai fazer um ano -, a secretária da Educação assinou um compromisso com o sindicato de que até julho daquele ano, de 2006, seria encaminhado à Assembléia Legislativa o projeto regulamentando a eleição, mas isso não ocorreu. Então, no segundo semestre os professores fizeram a eleição em 42 escolas e vários diretores foram empossados, mas no Instituto Estadual de Educação, infelizmente, não foi.

Eu nem conheço o professor que está lá no Instituto e que estão chamando de interventor. Ninguém conhece! Este é um problema central e político! V.Exa. falou em responsabilidade. São professores com dezenas de anos de serviço naquela escola. Então, seria importante que nós, deputados, fôssemos até lá para visitá-los.

Acho que é uma irresponsabilidade, deputado, com todo o respeito que tenho por v.exa., o secretário da Educação dizer que vai processar, expulsar, demitir e exonerar um professor com 32 anos de serviço no Instituto Estadual de Educação, porque ele é o diretor eleito. Só por isso.

Então, temos que pesar as duas coisas: reconhecer a legitimidade e abrir a negociação com os professores do Instituto.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu só quero dizer aos nobres parlamentares que tudo é importante. Educação é uma coisa sagrada, que eu sempre defendi na minha vida, mas é importante que ela seja de qualidade. Para isso, é preciso que haja um programa de governo. E para que haja um programa de governo, tem de haver nomeação, senão não há programa de governo e aí é um para lá e outro para cá. Por isso que eu sou contra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós queremos registrar, com muita honra, a presença nesta Casa do secretário Regional de Canoinhas, Vilson Pereira, e parabenizá-lo pelo grande trabalho que está realizando no planalto norte.

Parabéns, secretário Vilson Pereira. Sinta-se à vontade na Assembléia!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, público aqui presente.

(Passa a ler.)

"Daqui a pouco, algum deputado da base do governo estará aqui dizendo que não é bem assim, que é um caso isolado, que as eleições aprovaram esse jeito de governar e, portanto, teriam procuração para fazer o que bem entender.

A Oposição foi eleita (não foi derrotada, ao contrário do que diz o líder do governo) para cumprir um importante papel, que cumprimos com muito orgulho: ajudar o governo, fiscalizando-o, evitando os excessos que, pela ampla maioria, o governo é constantemente tentado a cometer. Além do mais, a eleição foi em 2006, agora, como diz o presidente Lula aos prefeitos: 'A partir do momento em que se abrem as urnas, nós, eleitos, temos o compromisso de tratar, com a melhor qualidade possível, aqueles que num belo dia do ano acreditaram que o nosso nome poderia resolver problemas que eles vivem há décadas e há séculos'.

O fato é que o caso do Instituto Estadual de Educação, por ser uma instituição que tem tradição, de respeito de todo o povo catarinense, chama a atenção para a crise da educação em Santa Catarina.

Há falta de sensibilidade do governo em perceber que a sociedade, graças às lutas históricas, nas quais muitos companheiros pagaram com a própria vida, evoluiu e quer democracia. O governo que se reivindica dessa luta - lembro, inclusive, do discurso do governador Luiz Henrique da Silveira na posse do procurador-geral da Justiça de Santa Catarina, dr. Gercino Gerson Gomes Netto, na última segunda-feira -, orgulhando-se de escolher o mais votado, disse que na prática estava instituída a eleição direta no Ministério Público. Por que não fazer o mesmo na educação? Por conta de indicar 1.500 cargos de diretores de escola, não enxerga, ou esqueceu, o valor educador das eleições diretas nas escolas, se não fosse o fato de ter negociado com o sindicato no ano passado.

A educação em nosso estado não está com problemas isolados." Ela está com vários problemas, e nós podemos relatar porque recebemos, diariamente, um conjunto de reclamações da sociedade, via carta ou pela imprensa.

(Continua lendo.)

"Colégio Miguel Giacca, do distrito de Rio Maina: os representantes de pais, alunos, professores e lideranças do distrito, conforme mostram os jornais de Criciúma, estiveram reunidos com o comando da Gerência Regional de Educação para pedir uma reforma urgente na estrutura física do colégio. O objetivo, segundo a vice-presidente da Associação de Pais e Professores, foi mostrar à comunidade em geral a situação de abandono em que se encontra a escola.

Em 2005, a APP fez a mesma reunião e houve um comprometimento do então secretário do Desenvolvimento Regional de que a reforma da escola seria uma prioridade do distrito, mas isso não saiu do papel.

Ele exemplificou alguns problemas como: cupins, que danificaram a estrutura da ala das séries iniciais; goteiras, que tomaram conta das salas; infiltrações e rachaduras nas paredes; falta de quadros e de salas de aula; ginásio com problemas. Segundo informações dos professores, quando chove, divide-se o espaço com as bacias de água dentro da sala.

O gerente regional de Educação disse que precisa ver quanto de recursos possui a Regional, mas adiantou que das 63 escolas, somente as Escolas Salete Scotti, José Hülse Peixoto e a Miguel Giacca terão prioridade na vinda de recursos."

Eu recebi uma correspondência da Associação de Moradores do Jardim Montevidéu, de Criciúma, uma comunidade distante cinco quilômetros, informando que um grupo de 30 alunos estava fazendo a manutenção da telesala.

Como a matrícula caiu para 23 alunos, o estado cancelou as aulas da telesala. Quer dizer, motivamos um grupo de trabalhadores para fazer o curso de alfabetização e quando ele ficou motivado, não conseguiu fazê-lo porque não havia 30 alunos na sala, e sim 23, como se eles não fossem igualmente importantes.

Diz na correspondência que esse grupo de 23 alunos é composto por pedreiros, mineiros, mecânicos, vendedores, comerciários, etc., não tendo essas pessoas tempo suficiente que comporte ir para casa, tomar banho, jantar e voltar para a escola, porque moram cinco quilômetros distantes da escola.

E diz mais:

(Continua lendo.)

"Acuados pela insensibilidade do que constatamos até aqui, e na iminência da frustração do alento destes trabalhadores e estudantes em superarem a ignorância e despertarem para uma vida mais ampla, pedimos sua boa vontade na reabertura imediata da nossa 'tele-sala' pois já perdemos 15 dias e tempo é coisa que trabalhadores e estudantes não dispõem."[sic]

Essa correspondência foi dirigida ao secretário de Educação de estado de Santa Catarina porque lá não conseguem mais resolver a questão.

O estado ainda não assinou, neste semestre, o convênio com as universidades do Sistema Acafe, referente ao art. 170, e deve uma parcela do ano passado.

A Escola de Educação Básica Dom Joaquim, de Braço do Norte, está na mesma situação. A escola atende, diariamente, uma clientela de 1.500 alunos, e também não tem as mínimas condições. Já estamos no mês de abril e até agora não se recebeu nem o básico: gás para o preparo da merenda e giz para os professores trabalharem em sala de aula.

Então, eles estão fazendo, através de ofício, um apelo aos deputados no sentido de tentarem uma solução junto ao secretário da Educação.

A escola do Balneário Rincão foi reformada em 2005 e está totalmente quebrada, há até gente morando no ginásio de esportes. E a comunidade está apelando para poder resolver essa questão.

Então, casos como esses mostram, claramente, que a educação em Santa Catarina está em crise. Todos os dias, os jornais de Santa Catarina nos apresentam situações semelhantes como essas relatadas aqui. E nós, então, viemos aqui cumprir a obrigação da Oposição de chamar a atenção do governo do estado no sentido de pedir providências para que as nossas crianças tenham realmente a oportunidade de ter uma educação de qualidade, e de fazer da escola um lugar de democracia, instituindo eleição direta.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Elizeu Mattos, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, voltou à pauta o assunto educação. Esse assunto foi discutido pelo nobre deputado Silvio Dreveck e por diversos deputados, cada qual com o seu fundo de razão, com o seu entendimento, o que nós compreendemos.

Confesso a v.exas. que não concordo com a formatação apresentada no todo, mas acredito que a intenção do governo do estado é fazer uma educação mais forte, mais presente, mais atuante e que respeite mais o profissional da educação, deputado Silvio Dreveck, como também o aluno da rede de ensino.

Inicialmente, eu quero ler a v.exa., deputado Silvio Dreveck, uma nota do clicRBS, da Rádio Gaúcha *e do* jornal *Zero Hora*, porque v.exa. falou da evasão escolar. Vou ler rapidamente, mas de uma forma que todos entendam. É uma matéria veiculada no clicRBS, no tema Notícias da Educação, de 04/04/2007. Quer dizer, trata-se de uma matéria recente.

(Passa a ler.)

'Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela que um em cada quatro brasileiros até 17 anos está fora da sala de aula. Segundo o levantamento, a maioria abandona os estudos por não gostar da escola e não por necessidade de trabalhar como se pensava. Em média, os estudantes brasileiros de zero a 17 anos ficam somente 3,9 horas por dia na escola, menos do que as quatro horas mínimas recomendadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O estudo, feito a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) do IBGE, mostra que em apenas seis unidades da federação a média de horas de aula diárias é maior do que o mínimo estipulado pela LDB: Distrito Federal, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. O dado diverge do registro pelo Ministério da Educação (MEC) no Censo Escolar porque o MEC coleta as informações nas escolas, enquanto a Pnad é uma pesquisa em domicílios. Pelo Censo Escolar, a média de horas de estudo por dia no Brasil é de 4,4 horas e quase todos os Estados cumprem ao menos o mínimo." Agora peço a v.exas. que se atentem. "O Rio Grande do Sul, segundo a pesquisa, apresenta o quinto melhor índice (97,9%) de crianças entre sete e 14 anos que vão à escola." Agora vem o nosso caso. "Nesse quesito, Santa Catarina está em primeiro lugar, com 98,69% de jovens no colégio. Para mapear o problema e orientar políticas públicas, a FGV criou também um índice inédito que avalia a permanência dos alunos por meio de três indicadores: taxa de matrícula, horas de aula por dia e número de faltas. O resultado apontou" [...].[sic]

Então, a informação que v.exa. trouxe a este plenário diverge totalmente da informação oficial da Fundação Getúlio Vargas. Esses dados não são da secretaria estadual da Segurança. Mas não há de se falar de evasão escolar, se no índice de permanência Santa Catarina está em primeiro lugar. Quer dizer que são problemas pertinentes não à política da educação. Aqui próprio eles dizem, vejam bem, o seguinte:

(Continua lendo.)

"Segundo o levantamento, a maioria abandona os estudos por não gostar da escola e não por necessidade, para trabalhar, como se pensava."[sic]

Quer dizer, é por motivos pessoais que estão abandonando a escola. Não sou eu e não é o governo do estado que estão dizendo isso. Trata-se de matéria do jornal *O Estado,* do clicRBS, da Rádio Gaúcha, da *Zero Hora*, com dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e com informações coletadas também do IBGE.

Então, volto a falar que Santa Catarina está em primeiro lugar, com 98,69% de jovens no colégio.

Mas daí eu me solidarizo, por outro lado, com os nobres deputados, quando trazem a esta Casa algumas situações que são claras e incontestáveis quanto à estrutura de algumas escolas. Concordo plenamente que temos, sim, que priorizar a recuperação dessas unidades escolares, e quero me somar, quando for um movimento positivo, para que alcancemos um índice de qualidade nessas unidades.

Agora, não concordo apenas quando é feito o sensacionalismo em cima das estruturas deficientes. Elas se arrastam por diversos anos. Nós já falamos aqui repetidas vezes que quando assumimos o governo, no primeiro mandato, das 1.324 escolas da nossa rede estadual de educação, quase 80% estavam sucateadas. E as que não estavam sucateadas, estavam no processo de sucateamento. De que maneira? Porque quando executadas, não foram construídas com material de primeira linha, com material de primeira qualidade. Inclusive, muito pelo contrário, foram construídas de forma irresponsável. E não herdamos só de um governo. Quando assumimos em 2003, herdamos de outros governos que vieram se arrastando ao longo dos anos.

O deputado Manoel Mota, com muita propriedade, qualidade e conhecimento, tem dito que uma escola não se corrói em quatro anos. Quando trouxe o caso das escolas de Joinville aqui, mostrei uma coluna de sustentação de uma sala de aula com apenas um ferrinho dentro, por incrível que pareça. E bem no meio, colocaram caprichosamente aquele ferrinho. O que aquilo vai sustentar?

Então o problema de interdição de escolas está todo relacionado à questão da estrutura dessas escolas, à forma de construção, se ela oferece risco ou não.

Nós deliberamos, na bancada do PMDB, partido do governo do estado, que vamos, sim, cobrar do nosso secretário da Educação, do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, a prioridade na educação para que sejam recuperadas as escolas. Quero aqui ter o prazer de ter dado essa contribuição para o estado de Santa Catarina.

No governo passado, foi dada prioridade a essa questão? Foram aplicados corretamente os recursos? Sim, aplicamos acima da média, a média pede 25% e aplicamos em torno de 29% na Educação. Só que as ações podem ser efetuadas dentro do entendimento do ordenador primário, do responsável pela pasta. E foi dada prioridade aos equipamentos esportivos nas escolas. Construímos muitos ginásios, reformamos muitas escolas, como também reformamos as quadras esportivas, porque também existe a cobrança da comunidade. Então, naquela escola que estava com uma estrutura, naquele momento, aceitável dentro dos parâmetros de segurança, o diretor, os professores, a comunidade pediu que fosse construído o ginásio.

Agora, neste governo, queremos envidar todos os esforços para que priorizemos a sala de aula. Vamos priorizar a sala de aula, pois temos certeza de que esse é o entendimento da nossa bancada e também será o entendimento do corpo de aliados que dão sustentação à base do governo.

É claro que sabemos que não vamos conseguir, srs. deputados, infelizmente, consertar ou construir tantas escolas quanto imaginamos, até porque sonhamos bastante e queremos trazer a qualidade ao máximo ao estado catarinense. Mas podem ter certeza de que vamos aplicar isso.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu iria falar sobre o pronunciamento que fez o nobre deputado Sargento Amauri Soares, mas vou deixar para o dia de amanhã porque não posso deixar de conceder um aparte ao deputado Manoel Mota, meu líder. Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu gostaria de cumprimentar v.exa., deputado Edson Piriquito.

Quero saber quando é que uma escola, que foi inaugurada em 2001 ou 2002, cai? Só se ela foi construída não com material de segunda, mas de terceira, de quarta e de quinta categoria, evidentemente! Então, a recuperação é uma missão muito forte do governo.

Mas quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento, por trazer dados reais que mostram o que o governo de Santa Catarina está fazendo. E quero dizer aos telespectadores da TVAL de Itajaí, Balneário Camboriú e outros municípios que a nossa bancada tem orgulho em ter v.exa. aqui neste Parlamento, fazendo um trabalho responsável, sério, coerente e em defesa daquela região.

Por isso quero cumprimentar v.exa. e dizer, como líder da bancada, que me sinto orgulhoso de ter v.exa. nesse nosso quadro, como vice-líder, mostrando o que o nosso governo está fazendo.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não! Só lamento o pouco tempo que resta.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - É só para registrar que, como se fala em números, não vou contestar porque não li essa reportagem. Agora o que temos que observar é no ensino médio, ao qual eu me referi. E v.exa. pode verificar que no ensino médio nós vamos ter evasão.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Só para complementar, quero dizer ao nobre deputado Silvio Dreveck que o estudo traz a idade. Em média, estudantes brasileiros de zero a 17 anos. Acho que compreende aí a categoria a qual v.exa. quer se referir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL e ouvintes da Rádio Digital, uso este espaço para fazer algumas colocações que julgo ser pertinentes e importantes para esta Casa e, sobretudo, para Joinville e região norte e nordeste de Santa Catarina.

Reforçando aquilo que foi dito pelos deputados Nilson Gonçalves e Kennedy Nunes, anteontem tive a oportunidade de participar das comemorações dos 60 anos da Maternidade Darcy Vargas. Uma instituição pública, deputado Manoel Mota, estadual - e aí também precisamos falar das coisas boas que Santa Catarina tem -, uma instituição 100% SUS e, mais do que isso, uma instituição que, pela qualidade e pela excelência da prestação dos seus serviços na produção de saúde, constitui-se num orgulho para Joinville, para o estado e para o Brasil, através de um trabalho sério, de um trabalho inteligente e, sobretudo, de um trabalho de coração dos seus servidores, sejam eles zeladores, serviços-gerais, médicos, enfermeiras, fonoaudiólogas, psicólogas, enfim, toda aquela equipe motivada e organizada que faz as coisas acontecer na Maternidade Darcy Vargas, no município de Joinville.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero, eminente deputado Darci de Matos, acompanhar o seu pronunciamento. Eu estava saindo, mas voltei porque tive convicção e certeza de que v.exa. faria elogios à nossa querida Joinville, cidade que é um orgulho para Santa Catarina.

Fico triste quando o eminente deputado Kennedy Nunes vem aqui mostrar coisas erradas, equivocadas, de Joinville. V.Exa., ao contrário, vem trazer coisas positivas de Joinville. Penso que nós podemos criticar aquele município, mas também temos que encontrar algumas coisas boas. Sei que Joinville é uma cidade modelo na área da saúde, não perde para nenhuma cidade de Santa Catarina.

Por isso quero parabenizá-lo e dizer que este é o caminho: contribuir com a sua cidade, com o povo que o elegeu, para poder ter resposta. E o povo, quando elege, precisa de respostas, de resultados, e v.exa. tem feito isso aqui, buscando resultados e respostas para a sua terra e para a sua região.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não! Ouço v.exa., deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darci de Matos, quero dizer que a Maternidade Darcy Vargas é o meu berço. Nasci lá, no dia 16 de janeiro de 1970, às 15h15min. E a Maternidade Darcy Vargas tem feito um papel, como v.exa. disse, extraordinário.

Mas quero deixar claro aqui que houve um antes e um depois na Maternidade Darcy Vargas, quando recebeu o título de Hospital da Criança, época em que a doutora Raquel foi a grande diretora e fez com que aquela maternidade pudesse ter esse reconhecimento.

Quero apenas dizer ao deputado Manoel Mota que uma das coisas boas que temos em Joinville é a Maternidade Darcy Vargas. Lá nasce uma sala de aula por dia. Imagine que o seu governo ficou quatro anos sem construir uma escola em Joinville. É por isso que nós estamos reivindicando aqui mais escolas.

Deputados Darcy de Matos e Manoel Mota, vou dizer uma coisa agora que muitos deputados aqui vão ficar com inveja, inclusive o deputado Manoel Mota: agora o governador Luiz Henrique tem um escritório dele, do governo, em Joinville. Essa é a única cidade que tem um escritório do governador que não é na secretaria Regional, e sim num prédio pelo qual foi pago R$ 1 milhão. Joinville é Joinville! Joinville é coisa boa! Lá em Araranguá não tem, e também em nenhuma outra cidade. Agora, lá em Joinville o governador disse "não" para atender na secretaria Regional e fez um escritório dele lá. Por isso que Joinville é bom, deputado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não! Mas seja rápido, para eu poder concluir.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero dizer ao eminente deputado Kennedy Nunes que a resposta a tudo isso - claro que o escritório é o carinho que ele tem por Joinville - foi ganhar a eleição, no primeiro mandato, em primeiro e segundo turnos, com mais de 70% dos votos.

Então, o governo está no caminho certo. O deputado Kennedy Nunes é que não está enxergando. Ele está igual ao deputado Joares Ponticelli, que enxerga, mas não vê!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Não poderia deixar de utilizar o espaço que me resta, sr. presidente, para fazer alusão às ações do governador Luiz Henrique, nos últimos dias, no município de Joinville.

O governador Luiz Henrique - e já foi dito aqui nesta Casa - repassou, recentemente, um valor de R$ 18.270 milhões para reforma de escolas, para a construção de três escolas, para bolsa de estudos e para o transporte escolar.

Na mesma semana, o governo repassou recursos da ordem de R$ 6 milhões para a execução de duas obras de fundamental importância. Uma é a rotatória que dá acesso às nossas duas universidades: a Univille e a Udesc. Trata-se de uma obra fundamental, reclamada há muito tempo. Quando se aproxima o início das aulas, podemos presenciar um congestionamento muito grande, criando muitas dificuldades para os nossos estudantes. E com essa rotatória, certamente iremos eliminar esse problema.

E a outra é a questão da revitalização, deputado Kennedy Nunes, do acesso a São Francisco do Sul, mais precisamente atendendo aos bairros do Itinga, Benevalti e as adjacências com Araquari, uma obra também muito importante.

Para encerrar a minha falação, não poderia deixar de fazer uma alusão, sr. presidente, ao Lar Abdon Batista, que completa 96 anos, deputado Kennedy Nunes, de serviços prestados à nossa comunidade. A sra. presidente, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, com toda a sua equipe motivada e organizada, transformou aquela instituição não-governamental, servindo de modelo para o Brasil.

Essa é a característica do município de Joinville: deputado Cesar Souza Júnior, aquela cidade se constitui, proporcionalmente, no município do Brasil que tem o maior número de instituições que detêm o título de utilidade pública - são aproximadamente 500 instituições. Temos instituições seculares, como é o caso do Corpo de Bombeiros, da Ajos e da Fundação Pró-Rim. Enfim, Joinville tem uma veia forte voltada para o voluntariado. E o voluntariado, esse terceiro setor que cresce, que é incrementado, que se apresenta de maneira consistente no desenvolvimento da nossa sociedade, mais precisamente na prestação de serviços sociais, é uma área muito importante.

Joinville tem essa vocação, além de ter um povo com espírito empreendedor, educado, elegante, alegre e, mais do que isso, que respeita as instituições e que empreende na nossa cidade. Por isso transformou Joinville numa cidade que detém a 13ª posição no Índice do Desenvolvimento Humano.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Darci de Matos, gostaria de registrar essa questão do trabalho voluntário, do trabalho comunitário, que é uma característica muito catarinense e que é um diferencial nosso em relação ao Brasil. E Joinville representa muito bem esse trabalho voluntário, que é o cidadão se organizando, vivendo em comunidade para resolver os problemas que o cercam e, principalmente, doando um pouco do seu tempo, dos seus recursos, em prol do outro, em prol da comunidade.

Essa é uma característica nossa, catarinense, e muito particularmente forte em Joinville, que tem que ser sempre apoiada. E é algo fundamental e que garante que tenhamos, hoje, em nosso estado, a beleza natural, fundamentalmente a beleza do nosso povo trabalhador, ordeiro e que também dedica um pouco de seu tempo às causas sociais e comunitárias.

Parabéns a v.exa., mais uma vez, pelo seu pronunciamento sempre em defesa da comunidade joinvilense!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço, deputado Cesar Souza Júnior, pela sua contribuição.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, trago à tribuna, na tarde de hoje, alguns assuntos. Vamos iniciar dizendo que acompanhamos uma nota no jornal *O Estado*, no dia de ontem, que dizia que o governo do estado de Santa Catarina começou a tratar, internamente, no sentido de propor à sociedade catarinense uma agenda positiva.

Isso é importante nós refletirmos aqui, porque quando se tem a intenção de propor uma agenda positiva, é para que ela se alicerce, sustente-se diante de um momento extremamente negativo. E nós percebemos, desde o início deste novo governo, o desgaste constante, diário, que o governo vem tendo, diante da inoperância, da lentidão de como trata a coisa pública.

Se nós traçarmos um olhar à sociedade catarinense, vamos perceber que vivemos um dos piores momentos de ações por parte do governo, no que diz respeito a todos os setores; um momento de inoperância profundo, de uma insônia profunda, no que diz respeito às políticas públicas tão necessárias para a nossa população.

O artigo faz o ensaio, e vejam v.exas. a contradição, de propor à sociedade catarinense algumas ações de impacto social, semelhante ao PAC do governo federal que foi proposto no início deste novo mandato. Digo contradição por quê? Porque o governador Luiz Henrique, em todos os momentos da sua caminhada, tem-se posicionado contrário ao Plano de Aceleração do Crescimento do governo Lula. Os veículos de comunicação, em vários momentos, colocavam a figura do governador contrário à iniciativa do governo, do presidente Lula. É claro que ele tinha as suas razões para pontuar e para dizer isso. Agora, diante do desastre que deu como conseqüência a reforma administrativa do governador Luiz Henrique... Porque, sem dúvida nenhuma - e a sociedade catarinense que o diga -, a reforma não passou de uma reforma essencialmente política e, pior do que isso, eleitoreira. Nada mais do que isso.

É só fazer uma análise profunda, séria e criteriosa, que nós vamos perceber que ela não passa de uma reforma essencialmente política e eleitoreira. Nós contestamos em alguns momentos. Há quem diga que a retirada da privatização de algumas estatais foi um avanço. Aliás, retrocesso tem sido pontuar, na reforma administrativa, a venda das mesmas. Nem deveria ter vindo à Casa a questão da ampliação da descentralização, a criação de mais secretarias, no momento crítico que o governo passa. Porque está estampada em todos os veículos de comunicação a crise financeira que o estado passa! É só olhar para a paralisação das obras e os passos de tartaruga em outras. Está faltando dinheiro para pagar aqueles que estão executando as obras.

Portanto, é um momento delicado, crítico, e existe uma contradição muito grande de informações de um secretário, de outro e agora até mesmo do próprio governo. Não existe um encontro de informações; não recebemos o impacto financeiro tanto solicitado e pedido nesta Casa, que, aliás, é uma das prerrogativas, quando se encaminha à Casa a reforma administrativa, o impacto que irá causar aos Cofres Públicos. Nem nisso fomos atendidos, mas, no entanto, aumentaram-se as secretarias, criando-se mais ônus ainda, despesas aos Cofres do governo do estado.

E devo dizer que o dinheiro público, e aqui sempre tenho feito a defesa, é fruto de impostos e tributos do nosso cidadão. Nós fazemos a nossa parte, como cidadãos que somos, de fiscalizar, acompanhar e fazer com que, da melhor forma possível, o dinheiro público possa ser investido em políticas estratégicas públicas para que o cidadão e a cidadã tenham uma qualidade de vida melhor. Não para que alguns a tenham, porque a ampliação das secretarias não significa um governo mais próximo da nossa população, se lá não existe o atendimento efetivo das suas necessidades.

Criar essa estrutura não basta! Pode até ser um passo, mas não basta! E isso não é o mais importante; é preciso que de fato haja condições reais para que lá se consiga realizar as políticas necessárias.

Descentralizar é ouvir profundamente a nossa população. Falo isso com toda a convicção porque fui prefeito da minha cidade durante cinco anos, e implementei, durante o meu governo, o chamado orçamento participativo, como tantas outras prefeituras também o fizeram - e vejo aqui os ex-prefeitos Pedro Uczai, Décio Góes e Silvio Dreveck.

Nós, de maneira muito especial, implementamos esse grande instrumento democrático e participativo da nossa população, quando, de uma forma coletiva, debatemos e discutimos os problemas da nossa população. E junto com toda essa discussão, deu-se o encaminhamento, o destino das verbas públicas para atender profundamente às demandas e necessidades da nossa população. Quer dizer, é uma forma diferente de se governar um município ou outro ente da federação.

Portanto, trouxe isso à tribuna, na tarde de hoje, para dizer que é diante do impacto negativo que a própria reforma administrativa tem colocado à sociedade catarinense, que o governo do estado tenta propor uma agenda positiva para tentar ver se consegue sair dessa situação difícil que está vivendo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grando, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e companheiros deputados, acho que é importante começarmos a discutir política como ciência, no bom sentido.

Em 1998, quando este país estava atravessando o seu nevoeiro, com a realidade que tinha de transformação, foi proposta a Constituinte. E houve um político, que hoje é presidente da República, que disse uma frase que nos assustou na época, ou seja, que o povo não queria a Constituinte, o povo queria arroz e feijão, o discurso fácil.

Nós, comunistas, trabalhando com articulações, mostramos que não era só ter arroz e feijão, mas que havia a necessidade de saber como dividi-lo, de saber como fazer isso na sociedade civil como um todo. Porque é muito fácil adotar essa política, já que depois não participou da Constituinte, os seus deputados se negaram a assinar a Constituinte e não fizeram a história deste país. E aqueles que fizeram a história, assumiram as transformações para, hoje, termos todos os partidos possíveis, com todas as idéias, discutindo, e estarmos vivendo uma democracia. Quem construiu isso? Aqueles que se omitiram da Constituinte? Aqueles que não assinaram a Constituinte?

E vou mais longe do que isso: o comportamento desse partido foi o mesmo quando nós tínhamos a história que Camões muito bem colocava: "Navegar é preciso, viver não é preciso". Então, aqueles portugueses iam mar afora buscar novas terras, e as pessoas conservadoras, que tinham medo das novas descobertas, ficavam tentando convencê-los a não ir navegar. Ofereciam caldo verde e calor nas noites de inverno às suas famílias. E quando não conseguiam convencer aquelas pessoas que iam transformar, buscar novas terras, injuriavam-se dizendo: "Tomara que o mar ao lenho lhe traga"!

Aqui eu estou vendo o mesmo raciocínio político. Quem é contra a descentralização? Ninguém! Mas ficam torcendo para que a ela não dê certo.

E vou mais longe porque a história tem que ser lembrada. Os trabalhadores, na sua luta, têm que observar a sociedade civil. E digo isso porque daqui a alguns dias teremos o Dia do Trabalhador, em 1º de maio. O que nós temos no Brasil, hoje? Temos uma Central Única - que não é única porque há várias - que está atrelada ao governo; temos uma Força Sindical, que também está atrelada ao governo. O trabalhador tem que ter independência!

Volto a dizer que o maior genocídio que houve na Terra não foram as guerras religiosas e as inquisições, e sim as tentativas de atrelar o trabalhador ao patrão, de unir o trabalhador ao industrial. Isso é o nazismo, isso é o fascismo! Por que há muito tempo não temos greves no ABC? Porque o trabalhador fez uma negociação com patrão, fez uma câmara de compensação que não precisa mais fazer greve. Repassa o preço para o carro, para o produto, e todos ganham! Mas a sociedade civil paga como um todo. E, mais do que isso, há a questão da busca dos recursos naturais.

Companheiro deputado Edson Piriquito, v.exa. sabe qual era o nome do partido do Hitler, esse homem que levou os países para a II Guerra Mundial e dizimou mais de 50 milhões de pessoas? Era o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães!

Então, nós temos que cuidar desse viés daqueles que vêm aqui discutir... E quero discutir com profundidade se realmente querem a transformação social ou perderam o trem da história, porque já houve partido dos trabalhadores sim, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, que nos deu o quê? O nazismo e a morte de mais de 50 milhões de pessoas no mundo, pela sua maneira de agir e de atrelar a classe trabalhadora!

Quando Luiz Henrique propôs a descentralização, começou, já, com o primeiro exemplo: que ele não fez o culto à personalidade. Abriu mão que sua fotografia fosse colocada em qualquer repartição pública. Essa é uma pessoa humilde, o que importa é a idéia. Se ele criou 36 Regionais, foi, sim, para chegar mais perto da população, daqueles que mais necessitam, que são os nossos catarinenses. E isso vai servir de modelo!

Vou mais longe: em 1970, foi justamente a época em que comecei a dar aula. Então, lá se vão mais de 36 anos. Naquela época, falava-se pela primeira vez no *feedback,* que era a retroação, a pessoa procurar fazer o melhor para não errar. Depois do *feedback,* veio o *brainstorming,* trabalho em grupo, a pessoa se concentrar, várias pessoas pensando. Com isso, a pessoa conseguia ter uma melhor solução e proposta. Depois veio a reengenharia, que você conseguia fazer o que nós chamamos de competitividade, de produtividade. Depois da reengenharia, veio a logística, que é a pessoa saber se posicionar no mundo globalizado, qual é a melhor forma de se ter um produto para ser competitivo e para a sua empresa poder sobreviver. Depois da reengenharia, veio a palavra replicar, hoje muito utilizada.

Então, por que a Maternidade Darcy Vargas, que é do SUS, é estadual, é boa em Joinville e serve de exemplo, não é replicada em outras cidades? É isso que nós temos que discutir, pensar e fazer.

Hoje, mais do que esses termos todos que eu falei, fala-se em desenvolvimento sustentável. Mais do que nunca, nós precisamos ter a democracia ambiental, respeitando a nova economia que surge após a informática, que é a economia do crédito de carbono.

Portanto, são novos tempos. De onde se tirou que, quando se propõe um pacto positivo, significa que o governo vive de forma negativa? Haja paciência! Repito, haja paciência! Por que significa isso? Significa que temos que acelerar, pois o *time*, o tempo, é importante. Quando você propõe à sociedade a solução dos seus problemas de forma rápida e participativa, não significa que eu possa interpretar que o governo está negativo.

Até isso eu tive de ouvir hoje, sabendo que o governador Luiz Henrique está inaugurando várias obras importantíssimas por semana, como podemos acompanhar a ponte que une os dois estados, como podemos acompanhar no Morro da Fumaça, e tantas outras obras pelo estado que eu vejo na agenda do governador.

Portanto, sr. presidente e companheiros deputados, eu quero fazer a boa discussão, sim, a discussão ideológica, porque chega do dia-a-dia. Nós temos que ver a floresta como um todo e não deixar que algumas árvores nos atrapalhem nessa visão. Nós temos que analisar o que significa um governo de estado que tem a sua economia maior que a do Paraguai e o Uruguai juntos. Isso significa que temos que acelerar!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Agradeço pela oportunidade, nobre deputado Professor Grando. Eu me encanto com a sua fala, com o seu conhecimento, com a sua sabedoria.

Quero me somar, na sua fala, àquela parte que diz do discurso pelo discurso, àquela parte que diz do discurso fácil. Como é fácil nós virmos à tribuna e apresentarmos diversos projetos de "cunho social" (entre aspas). Vamos conceder isenção para "a", para "b", para "c", para "d", para tal classe, para tal situação, para tal profissional. Vamos isentá-los do pagamento de impostos. Este é o discurso muito usado pela Oposição.

Mas a forma é irresponsável, e parece, no momento em que é apresentada, que estão do lado do povo, porque se esquecem de dizer que isso vai fazer com que os cofres públicos sofram um abalo e, por conseguinte, se o governo conceder, ele terá que aumentar o imposto. E daí quem paga isso? Todos, como v.exa. falou. Quer dizer que faz um acordo do operário com o patrão e repassa para o cidadão. Todos pagam pela conta de um acordo mal feito e perde-se a essência do projeto, a essência dos acontecimentos, da forma que se tem que atuar: com responsabilidade.

Então, eu também temo muito, hoje, por essas apresentações, por essa forma de atuar politicamente, que é a política do discurso pelo discurso. Condenam governadores, líderes de toda a ordem, mas também se esquecem de olhar para a sua história. Quer dizer, fazem de forma irresponsável, tentando brincar com a mente das pessoas, principalmente com aqueles que são trabalhadores sérios que desenvolvem os nossos municípios, o nosso estado e o nosso país, e não têm tempo para conhecer a história.

Seria esta a minha participação e parabenizo v.exa. pelo brilhante discurso!

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Para encerrar, sr. presidente, realmente o corporativismo, que tem uma visão estreita, tem que ser discutido, debatido e combatido. E nós não podemos entrar no estreitismo, no gueto. O movimento dos trabalhadores, o movimento da mudança da sociedade como um todo tem que olhar para a sociedade civil, homens e mulheres, jovens, todas as religiões, todos os partidos, todos os credos e todas as raças.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Terminado o horário regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 20h, em comemoração ao sesquicentenário da obra de Allan Kardec *O Livro dos Espíritos*.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 005ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007 ÀS 20H
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA
SESQUICENTENÁRIO DA OBRA DE ALLAN KARDEC
O LIVRO DOS ESPÍRITOS

SUMÁRIO

SR. JOSÉ ANTÔNIO SÃO THIAGO - FAZ UMA EXPLANAÇÃO DO SIGNIFICADO DA DOUTRINA ESPÍRITA.

SR. TELMO SOUTOMAIOR - COMENTA A HISTÓRIA DE ALLAN KARDEC.

SR. GERSON LUIZ TAVARES - ABORDA A PROPOSTA DA DOUTRINA ESPÍRITA.

DEPUTADO JULIO GARCIA - REPORTA-SE À IMPORTÂNCIA DO O LIVRO DOS ESPÍRITOS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o deputado Professor Grando para conduzir até o plenário as excelentíssimas autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo sr. desembargador César Abreu, que neste ato representa o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Gerson Luiz Tavares, digníssimo presidente da Federação Espírita Catarinense;

Excelentíssimo dr. José Antônio São Thiago, que neste ato representa os pioneiros do Movimento Espírita Catarinense;

Excelentíssimo sr. Telmo Soutomaior, que neste ato representa os ex-presidentes da Federação Espírita Catarinense;

Excelentíssimo sr. Olenir Teixeira, digníssimo primeiro vice-presidente da Federação Espírita Catarinense;

Excelentíssimo dr. Alexandre Herculano Abreu, digníssimo segundo vice-presidente da Federação Espírita Catarinense.

A Presidência convida ainda para compor a mesa o eminente deputado Professor Grando.

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada a requerimento da Mesa da Assembléia Legislativa e teve a aprovação de todos os deputados que compõem esta Casa, tendo por objetivo comemorar o sesquicentenário da obra de Allan Kardec, *O Livro dos Espíritos.*

Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional interpretado por Rogério Guilherme e executado por Cláudia Todorov.

(Procede-se à execução do hino nacional.)

A Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Sra. Nádia Regina Burgugi, presidente do Círculo de Fé e Obras Sociais - Cife;

Sr. desembargador Norberto Ungaretti;

Sr. Jean João Ramos, presidente do Centro Espírita Manoel Francisco da Luz;

Sr. Ogê Francisco, presidente do Centro Espírita Amor e Humildade do Apóstolo;

Sr. José Lídio da Cunha, presidente do Centro Espírita Mensageiros da Luz, de São José;

Sr. Hélio Abreu Filho, presidente do Conselho Regional Espírita 1- Ilha;

Sr. Romário da Silva, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Sr. Álvaro Noronha, presidente da Casa Espírita Joana Lima;

Sr. Antônio Gonçalves Barragan, que neste ato representa o deputado estadual Renato Hinnig;

Sr. Emery Oscar Valentim, que neste ato representa a Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas;

Sr. Amilton Luz Gonçalves, que neste ato representa o Centro Espírita Seara do Amor, do bairro Estreito, Florianópolis;

Sra. Tereza Jorge Cherem, que representa neste ato a Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação - Serte;

Sr. Divaldo José de Souza, representando o Centro Espírita Juvêncio Araújo Figueiredo;

Sra. Carmen Consuelo Aranalde, representando a Sociedade Espírita Entreposto da Fé - SEED;

Sr. Néviton Farias, representando o Centro Espírita Allan Kardec, do município de Imbituba.

Neste momento, teremos a apresentação do vídeo sobre o movimento espírita.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido o dr. José Antônio São Thiago para fazer uso da palavra, em nome dos Pioneiros do Movimento Espírita Catarinense.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO SÃO THIAGO - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do nosso estado; prezados srs. deputados deste Parlamento; companheiros de trabalho, a começar pelo presidente atual da Federação Espírita Catarinense, nosso amigo irmão Gerson Tavares, e demais membros da mesa; meus senhores e minhas senhoras; meus irmãos e minhas irmãs, sob a égide de Deus, nosso criador, no cemitério de Paris Père-Lachaise há a seguinte inscrição: *Naitre mourir et encore renaitre et processer tel cet le loi*. Isto é, nascer, viver, renascer ainda e progredir sem cessar, tal é a lei. Lá está o túmulo de Hippolyte Léon Denizard Rivail, o nosso mundialmente conhecido e profundamente agradecido Allan Kardec.

Ilustre Mesa e meus irmãos, é sobre essa criatura que, inicialmente, nós teremos que dizer alguma coisa, como já foi dito, com abundância, lá na tela. O seu nascimento, o seu estudo em Yverdun, a sua mocidade esplendorosa, os seus anseios.

Exercendo a pedagogia, inicialmente, como professor de aritmética, de química, de filosofia, de astronomia, ele foi chamado à atenção por situações que aconteciam no mundo de fatos inusitados. Primeiramente, nos Estados Unidos, com as meninas que apareceram num casarão e que, através de batidas, de sons sem expressão, mas com consistência e insistência, chamaram a atenção para aquilo. Eram as irmãs Fox.

Ouvindo aquelas batidas, elas verificaram que havia uma insistência. Então, as irmãs Fox resolveram dar a entender que determinadas batidas queriam dizer certas coisas e, ao afinal chegaram à conclusão que em determinada época uma pessoa foi assaltada por ladrões e o seu corpo físico foi enterrado numa das paredes do prédio onde elas moravam. Sendo assim, descobriram que realmente havia uma ossada daquele que se chamou Charles B. Rosma, e dali em diante o mundo inteiro passou a ter curiosidade.

Isso chamou a atenção de Allan Kardec. Começaram na França as mesas girantes, os copinhos. Era uma festa assistir uma sessão de mesa girante. Então, como sói acontecer em todos os instantes da humanidade, sempre a misericórdia divina, a providência divina, estabeleceu que uma determinada pessoa, um reencarnante viesse nos trazer uma novidade em torno daquilo que deveria explicar de onde vim, o que sou e para onde irei. Isto é: por que nasci? Por que vivo e para onde irei? Será que a minha vida se resume a miseráveis 90 anos como eu, agora, neste instante? Tenho 90 anos! Só! Será que é a isso que se resume a vida? E naquela época também já se tratava muito de magnetismo.

Allan Kardec foi chamado por seus irmãos, por curiosos, por amigos, por contemporâneos que já se interessavam, também, pela novidade da manifestação dos espíritos. Allan Kardec, através de sessões e sessões chegou à conclusão de que onde há movimento inteligente, há alguma coisa de inteligente a provocá-lo.

Então ele começou a estudar e apareceram os médiuns, isto é, aqueles que têm uma organização humana capaz de receber os espíritos por influência simplesmente, por inspiração, por psicografia, pela palavra falada, por movimentos físicos. E ele começou a receber, do mundo inteiro, milhares de comunicações a respeito dos espíritos, como se manifestavam, porque se manifestavam e o que queriam dizer. Eram mensagens, todas, via de regra, superiores.

Vejam meus senhores e meus irmãos, o extraordinário serviço que este homem de prol, este pedagogo que se formou em Yverdun com Pestalozzi... Este homem extraordinário reuniu e codificou, numa primeira edição, seiscentas e tantas perguntas e seiscentas e tantas respostas.

Mas ele não ficou satisfeito, porque o material era de tal ordem que teve, em 18 de abril de 1857, de lançar a segunda edição definitiva, em francês, porque ele era poliglota, ele falava alemão, francês, italiano, holandês e falava uma série de línguas, era um poliglota, mas na sua língua materna ele publicou e levou a uma livraria célebre de Paris o seu livro, que foi lançado e quase que imediatamente a primeira edição se esgotou.

Pois bem, o que é *O Livro dos Espíritos*? O que significa? Por que estamos aqui, com júbilo extraordinário, festejando o sesquicentenário do aparecimento do *Livro dos Espíritos*? Porque, meus senhores, minhas senhoras e meus irmãos, *O Livro dos Espíritos* realmente trouxe solução completa sobre tudo aquilo que se queria saber a respeito do porvir, a respeito do que seria a nossa vida.

Então, quem quer que haja meditado sobre o espiritismo e suas conseqüências e não o tenha circunscrito à produção de alguns fenômenos, compreende que ele abre à humanidade uma nova via e lhe desenrola os horizontes do infinito, iniciando-o aos mistérios do mundo invisível, mostra-lhe o seu verdadeiro papel no perpetuamento ativo, tanto no estado espiritual quanto no estado corporal. O homem já não marcha como cego, sabe de onde vem, para onde vai e porque está na terra. O futuro se lhe mostra em sua realidade livre dos preconceitos da ignorância e da superstição. Não mais é uma esperança, é uma verdade palpável para ele tão certa quanto a sucessão dos dias e das noites; sabe que o seu ser não está limitado a alguns instantes de uma existência, cuja duração está submetida ao capricho do acaso, que a vida espiritual não é interrompida pela morte; que já viveu, viverá e reviverá ainda e que de tudo o que adquire em imperfeição pelo trabalho, nada fica perdido, encontra nas existências anteriores a razão do que é hoje e do que hoje faz pode concluir o que será um dia.

É que, meus senhores e minhas irmãs, o espiritismo tem colunas mestras onde se apóia. Em primeiro lugar, na causa primeira de todas as coisas: Deus, nosso Pai, e infinito Criador. Em segundo lugar, na existência viva do espírito, que é eterno. Em terceiro lugar, na comunicabilidade dos espíritos conosco, que ainda estamos aqui em romagem, em uma das inúmeras romagens que porventura tenhamos tido neste mundo e quiçá em outros planetas, porque quem olha o infinito, quem olha o celeste panorama, não pode imaginar, em instante algum, que a vida, feita por Deus, só pode ser circunscrita ao planetinha terrestre, dentro da imensidão das galáxias. A quarta coluna é a reencarnação. A quinta coluna é a existência do perispírito, isto é, aquele que reveste o nosso corpo espiritual, o nosso espírito e permanece conosco, para que nele seja marcada a nossa evolução ou a nossa

parada, porque ninguém retroage. As nossas virtudes, os nossos ilícitos, as nossas erronias e nosso processo eterno de evolução, do qual ninguém escapa, mesmo que não queira, há de evoluir, porque Deus nos criou simples e ignorantes para uma evolução eterna.

E, finalmente, a última coluna, a lei de causa e efeito, é uma lei científica. Não há efeito sem causa.

Com o pensamento que a atividade e a cooperação individual, na obra geral da civilização são limitadas à vida presente, que nada se foi e nada se será, o que interessa ao homem o progresso ulterior da humanidade? Pergunta-se: que lhe importa que no futuro os povos sejam melhor organizados, melhor governados, mais felizes, mais esclarecidos, melhores uns para os outros, desde que disso não tira nenhum proveito? Esse progresso para ele não é perdido! De que lhe serve trabalhar para os que vierem depois, se jamais os virá a conhecer, se serão novos seres, que pouco depois, também eles entrarão no nada? Sob o império da negação do futuro individual tudo se reduz, forçosamente, às mesquinhas proporções do mundo e da personalidade.

Mas, ao contrário, que amplitude dá ao pensamento do homem a certeza da perpetuidade do seu ser espiritual! Que força, que coragem não adquire contra as vicissitudes da vida material! Que de mais racional, de mais grandioso, de mais digno do Criador que esta tal lei, segundo a qual a vida espiritual e a vida corporal não são senão dois modos de existência que se alternarão para a realização do progresso, da evolução! Que mais justo e consolador que a idéia dos mesmos seres progredindo sem cessar, a princípio através das gerações de um mesmo mundo e a seguir de mundo em mundo, até a perfeição, sem solução de continuidade! Todas as ações têm, assim, um objetivo, porque trabalhando para todos, trabalha-se para si e reciprocamente."

Assim, ditas estas palavras que definem, talvez não com a clareza que se pudesse exigir, mas de uma maneira pequenina, porque o espiritismo é grandioso, é imenso, é uma concepção larga, imensa, que alcança todas as situações sociais e morais da humanidade.

Vou ler um pequenino trecho, para finalizar o meu pronunciamento, do *O Reformador,* num artigo extraordinário que tem este trecho muito significativo.

(Continua lendo.)

"Trata-se, em verdade, de um guia de aperfeiçoamento humano, o espiritismo. Sua construção é clara e bem definida. A partir da questão da existência de Deus examina o problema da Criação, situa o ser humano no contexto universal mostrando sua natureza espiritual e sua não sujeição à destruição da morte. Investiga o mundo espiritual e revela a lei da reencarnação, num contexto evolutivo, progressivo e teleológico. Estuda a interação entre as dimensões física e espiritual, examina a lei da causa e efeito, expressão magna da Ordem Cósmica, e aponta Jesus de Nazaré como o modelo da perfeição humana."

Há, nesse espaço, uma pergunta de Allan Kardec, no *O Livro dos Espíritos*, ao Espírito Verdade: Qual o espírito maior que já esteve conosco neste planeta? A resposta foi imediata, Jesus de Nazaré, o meigo Rabi da Galiléia, o nosso mestre de toda a cristandade e de todos os espiritualizados do mundo, porque todos os outros que apareceram como mentores de situações religiosas, todos eles têm, no fundo, o cristianismo vivificado.

(Continua lendo.)

"Como modo de perfeição humana, mostrando que o desenvolvimento da bondade muito mais que um simples dever, corresponde a uma verdadeira necessidade evolutiva."

Assim, sr. presidente da Assembléia Legislativa, todos nós, espíritas, somos profundamente agradecidos a este gesto de verdadeira lhanesa espiritual, através do voto dos srs. deputados, que concederam para o espiritismo da nossa cidade e de nosso estado, neste instante, a possibilidade de festejarmos, em conjunto, na Casa do Povo, o sesquicentenário do aparecimento do *Livro dos Espíritos*, este que é um livro de 1019 perguntas e 1019 respostas, vindas, exclusivamente, do mundo espiritual para nos felicitar, para nos conduzir à verdade através das romagens por este mundo e por inúmeros mundos do nosso infinito.

A todos agradeço e quero dizer que não sou um pioneiro do espiritismo em Santa Catarina, sou um pequenino servidor e um pequenino adepto, que com esforço, com trabalho, durante todos os meus momentos, a partir dos 15 anos me tornei espírita de família.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Neste momento, o sr. Telmo Soutomaior fará uso da palavra, e o fará em nome dos ex-presidentes da Federação Espírita Catarinense.

O SR. TELMO SOUTOMAIOR - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; excelentíssimo sr. desembargador Cesar Abreu, neste ato representando o presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Pedro Manoel Abreu; sr. irmão Gerson Luiz Tavares, presidente da Federação Espírita Catarinense; dr. José Antônio São Thiago, neste ato representando os pioneiros do Movimento Espírita Catarinense; sr. Olenir Teixeira, nosso irmão também, primeiro vice-presidente da Federação Espírita Catarinense; sr. Alexandre Herculano Abreu, segundo vice-presidente da Federação Espírita Catarinense; excelentíssimo sr. Professor Sérgio Grando, deputado estadual; senhoras e senhores.

Na sua humildade, o dr. São Thiago fala a respeito do seu trabalho humilde, mas queremos lembrar que além de estar entre os pioneiros do Movimento Espírita Catarinense, que realmente trabalharam para que o movimento espírita, para que o espiritismo tivesse a dimensão que tem hoje, o nosso irmão dr. José São Thiago, durante 12 anos, presidiu a Federação Espírita Catarinense em diversos mandatos ao longo do tempo.

E nós aqui, minhas irmãs e meus irmãos, quando estamos comemorando 150 anos do lançamento do *Livro dos Espíritos*, é importante que, apesar de termos assistido ao DVD sobre o movimento espírita, possamos recordar, em rápidas palavras, a respeito de Allan Kardec. A dimensão de um homem que veio do mundo espiritual e reencarnou na França, em Lyon, no dia 13 de outubro de 1804, com uma grande missão: a missão de estabelecer, de dar materialidade à doutrina espírita.

Ele nasceu com o nome de Hypolite Léon Dénizard Rivail, e foi buscar este nome mais tarde, o nome de Allan Kardec, pela revelação que um espírito amigo, o espírito Zéfiro, lhe fez de uma vida anterior que ele, Hypolite Léon Dénizard Rivail, tinha tido entre os druidas, na antiga Gália, que hoje é a França. E naquela época ele se chamava Allan Kardec.

Hypolite Léon Dénizard Rivail era pedagogo e estudou com Pestalozzi dos 11 aos 18 anos. Nesta fase da vida, antes de conhecer os fenômenos espíritas, ele escreveu 22 livros didáticos e participou de um concurso, que foi feito na época, sobre como melhorar a educação pública na França. Ele venceu esse concurso aos 24 anos de idade, e a partir de então as suas idéias foram implantadas nesse processo para melhorar o ensino público na França.

Aos 28 anos de idade, casou-se com a professora Amélie Gabrielle Boudet. Não tiveram filhos. Após sua desencarnação, ou seja, depois que Allan Kardec faleceu, sua esposa sobreviveu ainda por 14 anos.

É interessante observarmos que até aos 50 anos de idade, desde 1804 até 1854, ele fez um trabalho de pedagogo publicando essas obras, e tornou-se uma pessoa muito conhecida e muito respeitada na França, pela sua ponderação, pelo seu conhecimento e pela sua sapiência.

Naquela época, estavam ocorrendo aqueles fenômenos das mesas girantes, conforme citado pelo sr. José Antônio São Thiago. Em 1854, no auge desse processo das mesas girantes, ou seja, os objetos que se movimentavam e que respondiam a perguntas, um amigo convidou-o para participar e para assistir a esse processo das mesas girantes. Conhecedor profundo da natureza, da física, da química e do magnetismo, ele respondeu ao seu amigo que se lhe provasse que mesa tem cérebro, nervos, aí, sim, ele poderia participar. Senão, ele não iria perder tempo, porque a vida dele era muito atribulada.

Ao longo desse ano de 1854 e até o início de 1855, esse amigo, às vezes, insistia para que ele participasse dessas reuniões, dizendo, também, que essas mesas girantes movimentavam-se perante o público, e que eles tinham observado que essa movimentação era muito mais intensa na presença de determinadas pessoas. E quando essas pessoas não estavam presentes, o fenômeno ou era pouco intenso ou até mesmo não ocorria. Essas pessoas sérias que começaram a observar isso chamaram essas pessoas de médiuns, ou seja, pessoas por meio das quais esse fenômeno das mesas girantes ocorre.

E finalmente, em maio de 1855, o professor Rivail concordou em participar de uma reunião. E ao participar dessa reunião e observando como as coisas aconteciam, não observando nenhum truque, nenhum fio, nenhum magnetismo que pudesse estar escondido embaixo da mesa para poder movimentá-la, não percebendo nada e vendo a seriedade das pessoas, e percebendo que quando ele fazia perguntas à mesa, as respostas eram corretas, e ele tinha certeza de que ninguém naquela sala saberia a resposta, ele, então, voltou e começou a participar dessas reuniões.

E ao participar dessas reuniões, ele recebeu 50 cadernos das reuniões anteriores que tinham sido feitas, com anotações sobre perguntas e respostas que estavam registradas. O que nos impressiona, particularmente, é que de maio de 1855 até o dia 18 de abril de 1857 foram, podemos dizer, quase dois anos, seria, digamos, um ano e onze meses. Então, ele conseguiu sintetizar esses fenômenos, essas informações que vinham, ele conseguiu juntar isso, fazendo ele próprio perguntas, as mais diversas, para poder concluir o raciocínio e o entendimento em pontos fundamentais, perguntando, em diversos grupos, com pessoas diferentes, com médiuns diferentes, em locais diferentes, pessoas que não se conheciam. E ele foi fazendo a mesma pergunta desses pontos fundamentais e recebendo a mesma resposta. Ele, então, concluiu que ali havia efetivamente uma verdade.

O que nos impressiona é que nesse pouco tempo, em praticamente dois anos, ele conseguiu sintetizar e realizar essa obra monumental, que é *O Livro dos Espíritos*, um livro que, às vezes, as pessoas podem pensar: "Mas é um livro de 150 anos atrás, está desatualizado, muita coisa mudou no mundo". E a surpresa, para quem leu *O Livro dos Espíritos*, é que é um livro escrito para hoje, para a época atual; é um livro que permanece atual e que esclarece muitas coisas para nós, respondendo aquelas questões fundamentais: quem somos nós, de onde viemos e para aonde vamos após a morte do corpo físico e o que estamos fazendo aqui.

Então, essa explicação está lá no *O Livro dos Espíritos*, e o mérito de Kardec está nas perguntas que ele formulou. E quantas vezes escutamos as pessoas dizerem: "É importantíssimo saber perguntar". Então, Kardec fez as perguntas e as respostas são dos espíritos superiores. Por isso que o espiritismo é uma revelação; ele não foi criado por Allan Kardec; ele foi revelado pelos espíritos superiores, chamados, durante a codificação, de espírito de verdade.

Então, essa revelação é que nos fala a respeito daquilo que nós precisamos compreender. E o que nós precisamos compreender? Quem somos nós? Lá, no *O Livro dos Espíritos*, está a revelação. Nós somos espíritos que estamos, temporariamente, habitando um corpo físico. De onde nós viemos? Viemos do mundo espiritual. O mundo espiritual é o nosso lar. Para aonde nós vamos após a morte do corpo físico? Retornaremos ao nosso lar, retornaremos ao mundo espiritual. O que estamos fazendo aqui? Estamos num processo de evolução. Evolução para quê? Evolução porque Deus nos criou todos iguais, simples e ignorantes, como um livro com páginas em branco. Ele nos criou para sermos felizes. Por isso que estamos sempre procurando a felicidade: porque Deus nos criou para sermos felizes. Quando seremos felizes? Seremos felizes quando formos perfeitos, quando conseguirmos vencer as nossas imperfeições. Nesse processo, para sermos felizes, precisamos ser perfeitos. Como é que nós vamos ser perfeitos? Vamos ser perfeitos através do conhecimento da verdade. E é para conhecer a verdade que estamos encarnados no corpo físico. E como não dá tempo de conhecermos toda a verdade numa única encarnação - como também citou o nosso irmão, o sr. José Antônio São Thiago, que nos 90 anos não é possível que consigamos atingir essa perfeição -, então, naturalmente vem a reencarnação para conhecermos a verdade moral e a verdade do mundo físico. Daí nós temos as nossas profissões para desenvolvermos a nossa inteligência, e assim vamos caminhando num processo de crescimento.

Então, vemos que temos muito a agradecer a Allan Kardec por esse esforço que ele fez na elaboração do *O Livro dos Espíritos*, ele que foi um missionário bem sucedido. Ele veio com uma missão e a cumpriu.

Agradecemos a Allan Kardec, e é uma alegria muito grande estarmos aqui, na Casa do Povo, em Santa Catarina, vibrando, todos juntos, para o mestre Allan Kardec, para o movimento espírita e para que, efetivamente, todos nós possamos trabalhar um pouco para um mundo melhor, melhorando a nós mesmos para contribuirmos para um mundo melhor. Como se diz nos livros da fé: construamos a paz promovendo o bem.

Então, que Jesus nos abençoe e obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A seguir, teremos a apresentação das músicas Ombra Mai Fu, de Haendel, interpretada por Rogério Guilherme e executada por Cláudia Todorov, seguida da música Amazing Grace, de autoria de Jay Althoue e John Newton, e interpretada e executada por Cláudia Todorov.

(Procede-se à execução das músicas.)

(Palmas)

Convido o eminente deputado Professor Grando para fazer a entrega de placa, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Gerson Luiz Tavares, presidente da Federação Espírita Catarinense, pela dedicação às obras sociais e pela divulgação do estudo das obras de Allan Kardec.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento, fará o seu pronunciamento o sr. Gerson Luiz Tavares.

O SR. GERSON LUIZ TAVARES - Excelentíssimo sr. presidente Julio Garcia, ilustre presidente da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina; excelentíssimo sr. desembargador César Abreu, que neste ato representa o ilustre presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, o desembargador Pedro Manoel Abreu; confrades espíritas e demais autoridades presentes.

O Livro dos Espíritos, em síntese, faz uma proposta de desenvolvimento de nossa espiritualidade, o que se constitui num grande desafio, exatamente porque vivemos numa sociedade ainda caracterizada por intensos interesses materialistas. Enquanto que os nossos desejos, as metas estabelecidas, os meios escolhidos para o atingimento das metas ainda se encontram ludibriados pelo egoísmo. Permanecem ainda vítimas do engodo, do orgulho, da insensatez, estabelecendo-se o materialismo com as tragédias que se encontram no cotidiano.

A proposta espírita é de fazer com que o homem possa viver na terra consciente da sua natureza, da sua origem; consciente das razões pelas quais se encontra na experiência da vida corporal; consciente da sua destinação; consciente da sua origem espiritual, da destinação espiritual e dos motivos que as leis divinas estabelecem por imperativo, por impositivo no processo da sua evolução; que o indivíduo torne-se consciente de que está na terra sem pertencer à terra; de que vive para o desenvolvimento da sua inteligência e dos seus sentimentos, a fim de que pouco em pouco, alargando os horizontes da mente e ampliando as possibilidades do amor, possa ir transformando o mundo para alcançar a felicidade e a paz tão desejada.

Naturalmente que se a felicidade e a paz ainda são os anseios de todos os indivíduos, é porque ainda nos encontramos distantes da nossa verdadeira meta; é porque ainda não estamos conscientes, embora possamos ter notícia, das razões reais de estarmos na terra.

A proposta espírita é de fazer com que o indivíduo desenvolva a sua espiritualidade, não necessitando tornar-se um asceta. Não é preciso tornar-se um místico, não se faz necessário abandonar a sociedade para ficar distante dela, sob o pretexto de não se vitimar pelos vícios, pela imoralidade e pela desordem comportamental, mas que o indivíduo viva intensamente interagido com a sociedade; agente atuante e participativo no processo de desenvolvimento da civilização e de transformação da própria sociedade como indivíduo vivendo intensamente, integrado à sociedade, consciente da sua origem e da sua destinação espiritual. Ele há de elaborar uma filosofia de comportamento compatível com esse seu estado de consciência.

Então, naturalmente, a sua filosofia comportamental vai se ajustando de tal modo que ele se vai comportando conforme estabelecido na consciência pelas leis de Deus.

Esta é a proposta espírita, ou seja, a de vivermos no mundo, assumirmos diversos postos nos múltiplos setores da sociedade; desempenhar as variadas funções que competem ao mundo, mas nesse processo todo estar consciente, envolvido das leis de Deus, que passam a conduzir a criatura na direção de Jesus, que é o nosso guia e modelo que estabelece o nosso código moral de vida.

Desta forma, vivemos intensamente, produzimos nos setores de ações, nos quais nos encontramos, nos quais melhor nos afinizamos, pelas aptidões que ora apresentamos, mas sempre certos de que o nosso comportamento, onde quer que estejamos, estará influenciando de modo decisivo no comportamento geral da humanidade.

De tal forma que esta consciência de que quando tomba o homem, dizia um pensador: "Cai com ele a humanidade". Mas a proposta espírita, numa visão otimista, nos assegura: "Quando se levanta um homem, levanta-se com ele a humanidade". Esta proposta é caracterizada de otimismo, de esperança e de fé.

Neste roteiro de desenvolvimento da nossa espiritualidade, inevitavelmente precisamos incorporar a solidariedade, a fraternidade, a caridade, que são instrumentos de ações, na dinâmica do inter-relacionamento pessoal, fazendo com que o egoísmo ceda lugar ao altruísmo; o orgulho e a vaidade sejam banidos para que no seu lugar venha ocupar a humildade; que a presunção, a prepotência, a astúcia não encontre mais guarida na mente, nos corações e que o indivíduo, então, esteja consciente de que deve amar.

Então, amor, podemos dizer, é a síntese de *O Livro dos Espíritos*, como o amor é a síntese do Evangelho de Jesus.

Quando o indivíduo amar verdadeiramente terá encontrado todas as soluções, como afirmava Mahatma Ghandi: "Se um só homem amar com toda a sua força dominará o ódio de milhões".

O nosso desenvolvimento da espiritualidade tem por roteiro seguro o amor e esta é a grande proposta do *O Livro dos Espíritos*, construído, elaborado a partir das pesquisas de caráter científico de Allan Kardec, estruturado com os rigores da filosofia, encaminhado para as propostas de comportamento moral e religioso. *O Livro dos Espíritos* nos conduz ao raciocínio, à inteligência, à lógica e aos sentimentos para a vivência do amor pleno.

Sr. presidente, em nome do Movimento Espírita de Santa Catarina, queremos manifestar gratidão profunda pela acolhida desta Casa Legislativa de todos os catarinenses. Fomos albergados, com muito carinho, muito respeito e com muita dignidade.

Quero manifestar a minha gratidão àquela que agora é a minha amiga, Elizabete Brandalize, que desde os primeiros contatos para a organização do evento, apresentou-se jovial, interessada, competente, não nos deixando faltar nada.

Então, ficamos profundamente honrados e profundamente agradecidos. A todos os presentes, queremos também manifestar a nossa gratidão, exatamente porque esta é a homenagem a Allan Kardec, o nosso mestre, o guia espiritual de todos nós, os espíritas, que depois que lemos *O Livro dos Espíritos* nos encantamos e depois que estudamos *O Livro dos Espíritos* nos convencemos e quando decidimos por viver as diretrizes morais de *O Livro dos Espíritos*, então, transformaremos o mundo, de tal modo que o amor será a nossa bandeira de plenitude.

Muito obrigado! Muita paz!
(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido Hellen Francine para declamar o poema Recado de Amor, que foi ditado pelo espírito Maria Dolores e psicografado pelo médium Chico Xavier.
A SRA. HELLEN FRANCINE - Boa-noite a todos. Antes de iniciar, eu quero mostrar o livro onde consta este poema: *A Vida Conta*.
(Passa a ler.)
"Chamava-se Aurora a nobre companheira,
Uma das que encontrei na hora derradeira
Do corpo cujo laço ainda me prendia;
Mensageira da paz e da alegria,
É um misto de menina, flor e estrela...
Depois de longa convivência,
Em meu novo processo de existência,
Pude efetivamente conhecê-la.
Para logo notei que Aurora onde estivesse,
Antes os amigos de qualquer idade,
Lembrava um coração que, de todo, se desse
A tecer fios de felicidade
Para quem lhe escutasse as palavras de luz;
No entanto, aos poucos vi que ela trazia
Extenso traço de melancolia,
Obscuro pesar, escondido e profundo.
Sem que eu nada indagasse, certa feita,
Ela me disse: - 'Irmã Dolores,
Devo tornar ao mundo
Numa jornada estreita.
Irmã, onde estiveres, onde fores,
Roga ao Céu abençoe a luta que me leva
A socorrer um ente amado,
Para mim, tal qual filho desgarrado,
Nas veredas da treva...'
'Mas não podes, irmã, - perguntei, com cuidado, -
Ampará-lo daqui, no plano espiritual, sem ter necessidade de reencarnar no planeta Terra?'
- 'Não, não posso, - ela disse, é na volta que insisto,
Já que em cinco existências, lado a lado,
Esse filho que eu amo é um homem transtornado
Que fugiu por orgulho à presença do Cristo.'
Depois de semelhante entendimento,
Acompanhei-a, certa vez,
A fim de reconhecer-lhe o ente amado
A quem se afeiçoara noutras eras...
Nele encontrei um cidadão prendado,
Esbanjando poder, nome e talento.
Conquanto homem de bem, de maneiras sinceras,
Casado, pai de um filho
Que ainda não chegara a contar quatro anos,
Professor e emitente cientista,
Emitia conceitos desumanos,
Se alguém falava em fé, expondo-se-lhe à vista.
Logo após, muitas vezes,
Ateu maior, entre os grandes ateus,
Dele escutei opiniões como estas:
- 'Santos e religiões nessa história de Deus
São lendas de pessoas desonestas,
O espírito é ilusão da mente alucinada,
Quando a morte aparece, a vida é cinza e nada.'
Mas Aurora voltou, - afeição renascida, -
Tomando dele próprio a sua nova vida.
A mãezinha querida, excelente senhora,
Por sugestão do Plano Superior,
Deu-lhe o nome de Aurora...
Tenra criança ainda, ela exprimia amor,
Impressionando ao pai com o luminoso olhar...
No regaço materno, era uma flor no lar.
Crescendo um tanto mais, era-lhe a companhia,
O pai achara nela a fonte da alegria...
Cinco anos apenas e a criança
Endereçava a ele assuntos tais,
Que o genitor se via em profunda mudança,
Nos seus próprios anelos paternais.
Assim que os dois se punham mais sozinhos,
Fosse em casa, nas praias, nos caminhos,
A pequena fazia indagações:
- 'Papai, quem fez o mar assim tão grande?
Quem cultiva estas plantas que nós vemos?
Quem criou nossos pés para que a gente ande?
Quem segura no chão a casa em que vivemos?
Papai, quem dá comida aos pássaros na serra?
Quem fez o Sol? será que o Sol assim, tão brilhante e tão quente,
É uma vela de Deus, iluminado a Terra?'
O pai, ateu, ouvia a filha, enternecidamente,
E respondia, admirado:
- 'Filhinha, vais crescer ao nosso lado,
Tudo compreenderás no momento preciso..."
E parava a pensar, sob longo sorriso.
Após algum silêncio, a expressar alegria,
Vendo as aves saltando, ramo em ramo,
Sempre agarrada ao pai, a pequena dizia:
- 'Papai, de tudo que já sei,
Sabe o que já falei?
Já falei à Mãezinha que eu te amo....'
Mas, um dia surgiu... Há sempre um 'mas'
Quando a vida feliz perde o gosto da paz.
A menina adoeceu, inesperadamente
E, após longa pesquisa, o médico anuncia
A presença de estranha leucemia...
Os pais lutaram quais leões, à frente
De um perigo mortal, no entanto, hora por hora,
Notam a pequenina e terna Aurora
A definhar e a definhar...
Até que, em certa noite, unidos a chorar,
Sem qualquer esperança que os conforte,
Viram-na repousar no silêncio duro da morte.
Lembrando um anjo lindo estruturado em cera,
A filhinha pequena adormecera.
Dois meses sobre os traços da ocorrência,
A pedido de Aurora,
Fui visitar-lhe a residência.
Não mais achei ali a beleza de outrora...
Tentei buscar-lhe o pai que soube ausente
E encontrei-o num quadro comovente;
Estava triste e só num campo santo,
Tateando na lousa o nome da filhinha
E, demonstrando a mágoa que o retinha,
Falava em alta voz, ora encharcada de pranto:
- 'Filha do coração, embora eu viva triste,
A verdade me diz que a morte não existe.
Anjo de paz e amor, é impossível morrer,
Vives hoje no Além, tanto quanto em meu ser...
Perder-te a companhia é toda a minha dor,
Não olvides teu pai, cansado e sofredor!...
Nunca te esquecerei, filha dos sonhos meus,
A saudade imensa de ti trouxe-me a luz de um Deus...'
Então, pude anotar
Naquela inteligência em supremo pesar,
Mostrando o coração sem disfarce e sem véus,
Que toda vida curta, ao brilhar e morrer,
Para quem ama e fica ante o mundo a sofrer,
É um recado de amor no correio dos Céus!..."[sic]
Maria Dolores - psicografia de Chico Xavier - do livro *A vida Conta.*
Muito obrigada pela paciência de me ouvirem, ternura e poesia santa.
(Palmas)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. companheiros da mesa, senhoras e senhores, nos primeiros dias de março recebi a visita do Dr. Alexandre Herculano Abreu. A intenção da conversa, era tratarmos de acessibilidade, um tema importante e atual. Foi uma conversa enriquecedora e dela brotaram duas atitudes: uma foi a assinatura histórica de um termo de ajuste de conduta entre o Ministério Público e a Assembléia Legislativa, em que a mesma comprometia-se a tratar as suas obras físicas rigorosamente de acordo com as normas de acessibilidade, e a segunda atitude estamos a celebrar hoje, em sessão solene, homenageando os 150 anos do *O Livro dos Espíritos*, uma obra que se mantém viva em 150 anos. E só por isso, naturalmente, já é um clássico, seja na área da literatura, da ciência ou da filosofia.
O que dizer então de uma obra como *O Livro dos Espíritos,* que não apenas se mantém viva, mas se expande, aprofunda-se e permanece nova a cada ano, a cada década e a cada novo século.
A doutrina apresentada por essa obra impulsiona programas de ações de apoio, de amparo e de estudos que são desenvolvidos por entidades de caráter sério, fraterno, solidário como a conhecida Federação Espírita Catarinense.

A obra que hoje reverenciamos revela o potencial divino e a caminhada incessante do homem rumo ao progresso, presenteia a todos com caminho de justiça, de amor e caridade. Ao nos aproximar da verdade, a doutrina espírita, apresentada por Allan Kardec, entrega a nossa evolução em nossas próprias mãos. Sejamos nós todos dignos desta verdade.

Muito obrigado!

(Palmas)

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do hino de Santa Catarina executado por Cláudia Todorov e interpretado por Rogério Guilherme.

(Procede-se à execução do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidando-os para o coquetel no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão solene, esta Presidência convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão solene.

A T O S D A M E S A

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 091, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo S/N,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 85, VII, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, combinado com a Resolução nº 1.673, de 20/11/89, deste Poder,*

CONCEDER a **HELOISA HELENA DA SILVA LAFUENTE**, matrícula nº 2034, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**, correspondente a 10% (dez por cento), relativo à execução de atividade insalubre de grau mínimo, a partir de 07/03/07.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 092, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2091/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **MARIA DA GRACA MARQUES**, matrícula nº 0622, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 093, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0684/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **MAURICIO NASCIMENTO**, matrícula nº 2039, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 094, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1219/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **EDER DE QUADRA SALGADO**, matrícula nº 1265, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 70% (setenta por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Publicacao, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 095, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1010/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ALTEMIR BEZ**, matrícula nº 2083, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Processamento do Sistema de Pessoal, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 096, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0685/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CLAUDIR JOSE MARTINS**, matrícula nº 1501, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Divulgacao e Servicos Graficos, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 097, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0973/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **EDENILSO JOSE ACORSI**, matrícula nº 2112, ocupante do cargo de Tecnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 90% (noventa por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coodenador de Servicos Tecnicos, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 098, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0686/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **ADO STEINER**, matrícula nº 1278, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Orcamento Parlamentar, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 099, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0719/06,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 26 da Resolução nº 002 de 11 de janeiro de 2006,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**, matrícula nº 0694, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, correspondente a 100% (cem por cento) da diferença do valor de seu cargo efetivo e o do cargo de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior.

O referido benefício confere estabilização financeira após deixar o comissionamento. Assim, os efeitos deste Ato, enquanto persistir o exercício das atividades do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior, deverão ser meramente declaratórios.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 100, de 02/05/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0352/2007,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 40, § 1º, III e § 3º da Constituição Federal, c/c os artigos 3º e 6º da EC nº 41/03 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a servidora **JANDIRA MARIA CEPPO**, matrícula nº 1372, no cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos na forma da lei.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Rogério Mendonça - Secretário
Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

EXTRATO

EXTRATO Nº 029/2007

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2007, de 02/05/07.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Maestro Reginaldo Osvaldo da Silva
OBJETO: Prestação dos serviços de treinamento, consistentes na coordenação/regência das atividades orfeônicas exercidas pelos servidores/integrantes do Coral da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
VALOR GLOBAL: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).
VALOR MENSAL: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
PRAZO: 08 (oito) meses, compreendidos entre 01/05/2007 e 31/12/2007
FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II e § 1º, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93; Resolução da Mesa nº 1.203/2001.
Florianópolis, 02 de maio de 2007.
Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 028/07

INSTITUTO NOSSA SENHORA DE LOURDES

Siderópolis, 23 de abril de 2007

À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS / SC

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes das Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade, com sede na Av. 19 de Dezembro, 25 - Centro, nesta cidade, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei N. 11.141, de 08 de julho de 1999, vem pela sua representante legal, Irmã Maria Rosa Moreira de Souza, apresentar as seguintes documentações:

- Relatório das Atividades do ano 2006
- Plano de Trabalho para o ano de 2007
- Balanço Patrimonial/2006
- Atestado de funcionamento
- CNPJ atualizado
- Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos
- Alvará de funcionamento
- Alvará Sanitário
- Cópia do Estatuto
- Cópia da Ata da Diretoria.

Solicito ao Sr. Secretário se digne, seja fornecido ao Instituto Nossa Senhora de Lourdes uma CERTIDÃO da declaração de Utilidade Pública Estadual.

Agradeço pela atenção dispensada.

Irmã Maria Rosa Moreira de Souza
Diretora

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 029/07

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER
Encaminha Relatório Anual
Exercício 2006
Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 030/07

SOCIEDADE ESPÍRITA OBREIROS DA VIDA ETERNA
Ofício nº 036/07

Florianópolis, 23 de abril de 2007.

Ilustríssimo Senhor
Deputado ONOFRE AGOSTINI
DD. Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos
da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Florianópolis / SC

Senhor Presidente,

A SEOVE - Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, entidade filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 1972, mantém entre suas Obras Assistenciais o Lar de Jesus com 25 (vinte e cinco) idosas em regime asilar e o Jardim de Infância Irmã Scheilla com 85 (oitenta e cinco) crianças em regime de creche. Nossas Obras são mantidas com convênios firmados com os Governos Municipal, Estadual e Federal e com doações da Comunidade em geral.

Pelo exposto acima, vimos enviar a Vossa Senhoria o Relatório de Atividades da SEOVE - 2006, para manutenção do Titulo de Utilidade Pública Estadual.

Fraternalmente,

Luiz Carlos Brochado
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1362, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI,** matrícula nº 1947, no Gabinete do Deputado José Natal Pereira.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1363, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

DISPENSAR **MARIA ELISABETE MOREIRA**, matrícula nº 2063, da Função de Confiança - PL/FC-3, a partir de 01/05/07 (Deputado José Natal Pereira).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1364, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **PAULO GONÇALO RONCONI** para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Silvio Dreveck).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1365, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **LIDIA SABATKE**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Silvio Dreveck).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1366, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARLON SEBASTIÃO GRITEN**, matrícula nº 5387, do cargo Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-25, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (4ª Secretaria).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1367, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ODAIR LUIZ ANDREANI**, matrícula nº 5327, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1368, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **ODAIR LUIZ ANDREANI**, matrícula nº 5327, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Jailson LIma).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1369, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CARLA MARIA TELLES SIMAS**, matrícula nº 5401, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Elizeu Mattos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1370, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MARINA TELLES MATEUCCI**, matrícula nº 5402, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Elizeu Mattos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1371, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANIZIA DE ALMEIDA**, matrícula nº 5091, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/05/07 (Deputado Antônio Aguiar).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1372, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **LEONARDO SALVINI,** matrícula nº 2088, no Gabinete do Deputado Pedro Uczai.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1373, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Gilmar Pagotto	3183	3%	9%	02/04/07	0636/07
Rocler Rech	2097	3%	24%	31/03/07	0637/07
Maurício Nascimento	2039	3%	36%	16/04/07	0638/07
Carla Mª Evangelista V. Pedroso	3554	3%	9%	02/04/07	0644/07
Maria Mendes do Nascimento	2087	3%	24%	31/03/07	0645/07
Izauro Luiz Pereira	2091	3%	24%	31/03/07	0646/07
Angela Maria Garibotti	3652	3%	6%	31/03/07	0648/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1374, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

Nos termos do artigo 5º, § único da Lei Complementar nº 36 de 18/04/91, os servidores abaixo relacionados passam a perceber o *Adicional por Tempo de Serviço* sobre seus vencimentos, com vigência e no percentual conforme discriminado:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Sinara Regina Landt	4365	3%	3%	01/03/07	0527/07
Gisele terezinha C. Ferreira	4360	3%	3%	01/03/07	0549/07
Zenaide Fernandes dos Santos	4363	3%	3%	01/03/07	0550/07
Sadi Peixoto	3127	15%	15%	01/02/07	0544/07
Ivaristo Santo Parisotto	3293	6%	6%	01/03/07	0576/07
Raquel Helena de Borja Ramalho	2079	3%	24%	31/03/07	0611/07
Newton Ladislau Zomkowski	0904	3%	36%	10/04/07	0632/07
Carmen Lucia Correa Zattar	0901	3%	36%	08/04/07	0633/07
Marlete Schmitt Stahelin	3616	3%	6%	28/02/07	3616/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1375, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 0442/2007,

RESOLVE: *nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18/04/91,*

CONCEDER a **LUIZ MANOEL DE FREITAS AMARANTE**, matrícula nº 0849, *Licenças-Prêmio* referentes aos qüinqüênios compreendidos entre 09/08/1979 a 08/08/1984: 18/08/1987 a 17/08/1992: 18/08/1992 a 17/08/1997 e 18/08/1997 a 17/08/2002..

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1376, de 02/05/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 36 de 18 de abril de 1991, ***LICENÇA-PRÊMIO***, aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo **Qüinqüênio**		Processo nº
1133	Arlinda Sandri	03/02/02	02/02/07	0474/07
1126	Maria Margarida Bittencourt Ramos	17/02/02	16/02/07	0506/07
1020	Ptolomeu Bittencourt Junior	18/03/02	17/03/07	0507/07
2780	Maria Helena Fragoso	12/02/02	11/02/07	0513/07
0427	Fredolino Becker	04/03/01	03/03/06	0516/07
2144	Rosalba Fiuza Lima Scharf	17/07/01	16/07/06	0518/07
1115	Wanda Maria Nunes	03/04/02	02/04/07	0533/07

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 128/07

Concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor Marco Antonio Tebaldi.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Catarinense ao Senhor Marco Antonio Tebaldi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

Nascido em Erechim, Rio Grande do Sul, Marco Antônio Tebaldi, 49 anos, é homem de hábitos simples. Gosta de churrasco e futebol e é torcedor do Joinville Esporte Clube e do Grêmio de Porto Alegre. Estudou no Seminário Nossa Senhora de Fátima e no internato da Escola Agrícola Federal de Sertão. A aptidão para construir e transformar para melhor a vida das pessoas começou a tomar forma com a sua entrada no curso de Engenharia da UFSC, na capital catarinense.

Formado, Tebaldi passou a dar aulas na universidade, e buscou qualificação através de um estágio na USP, especializando-se em Engenharia Sanitária. Profissional competente trabalhou como consultor de grandes empresas, através da Zeta Engenharia, realizando projetos ambientais e sanitários para empresas e governos.

Marco e sua esposa, Dilamar, se conheceram ainda adolescentes em Erechim. O namoro iniciou em seguida, e mesmo com a distância - ele estudava em Florianópolis - se fortaleceu. Dilamar conseguiu transferência para a capital e eles em seguida se casaram. Da união, nasceram os três filhos do casal: Amábile, Marco Antônio e Venuta.

Joinville surgiu na vida de Marco Tebaldi em 1986, com um grande desafio: conter as invasões irregulares nas áreas de proteção ambiental dos manguezais da cidade. Trabalhando muito, o engenheiro primeiro colocado no concurso da Prefeitura, dedicou-se à tarefa e obteve sucesso: deu condições decentes de moradia para mais de dez mil famílias que ali viviam em barracos e palafitas no meio da lama e umidade. Como Secretário de Habitação dos governos Freitag e Luiz Henrique (de 1993 a 2000), Tebaldi urbanizou muitas áreas. E iniciou um processo de construção de casas populares, o que lhe valeu o carinhoso apelido de "João de Barro".

Marco Tebaldi foi o único representante de Santa Catarina na ECO-92, no Rio. E o único premiado com o Projeto Mangue, de contenção de invasões e urbanização de áreas degradadas. Como Vice-prefeito e Prefeito, realizou viagens para intercâmbio e formação de parcerias à Argentina, Chile, China, Estados Unidos, Eslováquia, Alemanha, Itália República Tcheca e outros países da Europa. Trabalhou intensamente para dar a Joinville o status de um município desenvolvido que obtenha o progresso, sem ter um custo social danoso ao meio-ambiente.

Em 4 de abril completou 60 meses de governo com excelentes resultados como os investimentos em educação que elevaram ainda mais a qualidade do ensino público municipal. Joinville ostenta um alto padrão educacional, tendo recebido reconhecimento nacional do Ministério da Educação. Neste período foram investidos mais de R$ 28 milhões na construção, reforma e ampliação de 258 salas de aula, laboratórios de informática, praças de leitura, quadras cobertas e reformas. Na área de Saúde os desafios são constantes. No setor de infra-estrutura do município o trabalho é permanente. Depois de retomar os serviços de água e esgoto para o município, a Companhia de Águas recuperou o sistema, praticamente eliminou o desperdício de água com vazamentos, recuperou as estações de tratamento e está investindo na implantação do sistema de esgoto sanitário, começando pelos bairros periféricos.

A pavimentação, que é outro desafio em toda a cidade, já alcançou 330 quilômetros cujos investimentos passam R$ 121 milhões.

Estão previstos grandes investimentos que vão transformar mais ainda a cidade. O projeto Viva Cidade com recursos do BID vai possibilitar a implantação de parques ambientais de lazer e contemplação.

Na política, Tebaldi também é um vencedor: Elegeu-se vereador em Joinville em 1992, com 2.971 votos, a segunda maior votação na cidade. Em 2000, candidato a Vice-prefeito de Luiz Henrique, contribuiu para os 115.280 votos da coligação que venceu a eleição no primeiro turno. Foi reeleito Prefeito no primeiro turno em 2004 com 132.687 votos, um recorde histórico.

Esse reconhecimento por suas qualidades e virtudes é motivo de muita satisfação para toda a nossa comunidade, que também sente orgulho e honra em tê-lo como uma das suas maiores e principais personalidades e co-responsável pela pujança e grandeza da nossa terra.

Pelo seu trabalho, dedicação à resolução de causas comunitárias, empenho na solução de grandes temas do município, pela busca do desenvolvimento é que propomos a outorga do título de Cidadão Catarinense, ao prefeito de Joinville Marco Antônio Tebaldi. Desejamos que seja acolhida e aprovada por esta Casa Legislativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 129/07

Autoriza a criação do programa de serviço Disque Denúncia de Corrupção Governamental no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica autorizada a criação do programa de serviço Disque Denúncia de Corrupção Governamental no Estado de Santa Catarina

Art. 2º O Estado poderá celebrar convênios com os municípios, visando à instituição de uma política conjunta de apuração das denúncias formuladas e ao encaminhamento destas aos órgãos competentes.

Art. 3º O Estado deverá adquirir linha telefônica 0800 específica para a denúncia e deverá promover ampla divulgação do número do telefone para contato direto da população com o órgão competente.

Art. 4º Fica assegurado o sigilo da identidade do denunciante.

Art. 5º O Poder Executivo deverá afixar cartazes do Disque Denúncia de Corrupção Governamental em todos os órgãos públicos, devendo neles constar que será preservado o sigilo do denunciante.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões,

Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

A proposição em questão visa autorizar a criação do programa de serviço Disque Denúncia de Corrupção Governamental no Estado de Santa Catarina.

Tal instrumento é importante, pois possibilita a participação da população no processo de fiscalização dos órgãos governamentais, contribuindo para uma maior transparência e lisura dos procedimentos realizados.

Ao cidadão, que por vezes fica impossibilitado de denunciar por desconhecer a quem recorrer com segurança, ficará assegurado um mecanismo ágil para o recebimento das informações e a garantia de sigilo das informações prestadas, indispensável para o êxito da iniciativa.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos pares para aprovação deste projeto.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 130/07

Com fulcro no Art. 230 da Constituição Federal e nos artigos 3º e 15º da lei 10.741, estabelece uma política de melhoria no atendimento aos idosos na área de saúde.

Art. 1º Fica o Governo Estadual de Santa Catarina obrigado a criar unidades geriátricas com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social.

Art. 2º As unidades de saúde do Estado de Santa Catarina devem dispor de pelos menos um médico geriatra.

Art. 3º Os Hospitais da rede pública de Santa Catarina devem conter leitos, ambulatórios e consultórios destinados exclusivamente aos idosos.

Parágrafo único. Só poderão atuar nas áreas descritas no caput deste artigo profissionais especializados na área geriátrica.

Art. 4º Os idosos terão prioridade na marcação de exames, transplantes e cirurgias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

O Projeto em questão, em conformidade com o preconizado no Art. 230 da Constituição Federal - o qual impinge ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, lhes garantido melhores condições de vida - objetiva estabelecer uma política de melhoria no atendimento aos idosos na área de saúde.

Institui o artigo 230, da Constituição Federal:

"A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida"

Em igual norte, a lei 10.741/03 (denominada Estatuto do Idoso) assegura ao idoso em seus artigos 3º e 15º, direitos atinentes ao bem estar social do idoso, dentre os quais a atenção integral à sua saúde:

"Art. 3º. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único o A garantia de prioridade compreende:

I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

II - preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V - priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatrias e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII - estabelecimento de mecanismos que favorecem a divulgação de informação de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII - garantia de acesso à rede de serviço de saúde e de assistência social locais."

"Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I - cadastramento da população idosa em base territorial;

II - atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;

III - unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

IV - atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V - reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei."

Em que pese o resguardo da Carta Magna e de Lei Federal, se vislumbra nas Unidades de Saúde do Estado de Santa Catarina, um atendimento ao idoso sem médicos especializados em seus problemas, tendo que enfrentar filas que sua estrutura corpórea não mais suporta, o que caracteriza um desrespeito aos seus direitos fundamentais.

Diante do exposto e, em consonância com as prerrogativas constitucionais e Lei Federal n. 10.741/03, solicito apoio dos demais membros desta Casa para aprovação da matéria em análise, acolhendo assim, o preconizado por Lei de que acolher o idoso é um dever não só da família e da sociedade, como também do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 131/07

Declara de utilidade pública o serviço de assistência social da Igreja Evangélica Viva, com sede no Município de Brusque.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o serviço de assistência social da Igreja Evangélica Viva, com sede no Município de Brusque.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado César Souza Júnior

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

Submetemos a douta consideração de Vossas Excelências Projeto de Lei que visa Declarar de Utilidade Pública o serviço de assistência social da Igreja Evangélica Viva, com sede no Município de Brusque.

Diante da relevância dos propósitos a que se destina a referida entidade, conforme termos instituídos em seu estatuto e para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente, solicito o acolhimento da presente proposição pelos respectivos pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 132/07

Autoriza o governo do Estado a instituir o Programa Catarina de Qualificação de Mão-de-Obra Feminina.

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado de Santa Catarina a instituir o Programa Catarina de Qualificação de Mão-de-Obra Feminina.

§ 1º O Programa será desenvolvido, implantado e executado pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, e poderá estabelecer parcerias com outras Secretarias e órgãos estaduais.

§ 2º Os municípios poderão participar do programa desenvolvendo ações complementares, no âmbito de sua competência.

Art. 2º O Programa "Catarina" atenderá, prioritariamente, a mulher que tenha sob sua responsabilidade a direção, administração ou manutenção familiar, e que se encontre desempregada, ou em condições precárias de trabalho (mercado informal).

Art. 3º A Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda fica autorizada a celebrar convênios com universidades, empresas públicas ou privadas e organizações não-governamentais, visando a implantação e a execução do Programa "Catarina".

Art. 4º Para a eficácia do Programa "Catarina", a Secretaria do Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda terá como atribuição a execução das seguintes ações, entre outras correlatas:

I - criação, manutenção e atualização de banco de dados contendo cadastros:

a) de mulher interessada em participar do Programa;

b) de empresas públicas ou privadas, órgãos e entidades públicas, universidades e organizações não-governamentais que sejam parceiros do Programa "Catarina"; e

c) de oferta de emprego destinada às mulheres beneficiadas pelo programa.

II - promoção da qualificação da mão-de-obra feminina, encaminhando as mulheres cadastradas para:

a) cursos que promovam a melhoria do nível educacional e cultural;

b) curso profissionalizante, observando-se os parâmetros e a aptidão profissional da demanda; e

c) prioritariamente, empregos oferecidos pelos parceiros do Programa.

III - divulgação constante sobre a oferta de empregos e cursos de qualificação, por meio de parceria com a imprensa em geral e com o Sistema Nacional de Emprego (Sine);

IV - geração de emprego, incentivo e fomento à formação de cooperativas de trabalho; e

V - envio de relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo programa à Comissão Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim-SC).

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, contados de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de sessões,

Ana Paula Lima

Deputada Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que a presença das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando a partir de 1970. Sabe-se que isso se deve aos movimentos organizados das mulheres, mas também, pela necessidade de aumentar o ganho familiar associado às modificações no processo produtivo e na organização do trabalho que levou à criação de novos postos.

Desde então, o número de famílias pobres chefiadas por mulheres já alcança 25% do universo brasileiro. A maioria, porém, em funções que não exigem qualificação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a divisão sexual do trabalho no Brasil evidencia-se por mulheres nos setores onde não exige qualificação de mão-de-obra. As tarefas passaram a ser consideradas "femininas".

Ainda segundo informações estatísticas, as taxas de desemprego e subemprego entre as mulheres são superiores às dos homens. Ou seja, apesar do número crescente de mulheres no mercado de trabalho, essa presença tem se limitado a engrossar a categoria de trabalhos "desfavorecidos".

Dados apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio, realizada pelo IBGE, indicam que em 2001 Santa Catarina tinha 1.156.884 mulheres empregadas, das quais 13,1% com até três anos de estudos, 34,1% de quatro a sete anos de estudos, 19,7% de oito a 10 anos de estudos e 33,1% com 11 anos ou mais de estudos. Os dados do IBGE mostram facilmente que o baixo nível de escolaridade é excludente no mercado de trabalho.

Diante desses dados, proponho o presente projeto de lei. Acredito que o Estado, por meio de sua ação descentralizada e com o ferramental técnico e acúmulo de conhecimento dos recursos humanos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, poderá implantar o Programa "Catarina" com reais chances de mudar essa realidade.

O "Catarina" tem como foco as mulheres arrimo de família que estejam desempregadas ou em situação precária de trabalho, que serão cadastradas à medida que demostrem interesse em participar do Programa.

Da mesma forma, serão cadastradas empresas públicas ou privadas, órgãos ou entidades, universidades, ONGs e outros que aceitem funcionar como parceiros na iniciativa.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 133/07

Declara de utilidade pública estadual a Assistência Social Unidos pelo Povo, com sede no Município de Guaramirim.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Assistência Social Unidos pelo Povo, com sede no Município de Guaramirim.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

O projeto que ora submeto à apreciação desta Casa tem por escopo declarar de utilidade pública estadual a Assistência Social Unidos pelo Povo, com sede no Município de Guaramirim, fundada em 31 de março de 2005 e registrada no Registro de Títulos Documentos e Pessoa Jurídicas de Florianópolis, no dia 11 de maio de 2005, data em que passou a existir legalmente, conforme art. 45 do Novo código Civil.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, com objetivos sociais e beneficentes, que tem por finalidade conceder auxílio aos necessitados, promovendo amparo na área médica, odontológica, funerária, educacional, farmacêutica, evangelização da infância e da juventude, colaboração em obras de alfabetização e outras de atuações na área educacional. Tais amparos são dados a crianças, jovens e adultos, assistindo a todos sem distinção de raça, sexo, classe, naturalidade ou religião.

Para colaborar com essas dignas ações de interesse público, conto com o apoio dos nobres Pares para a que a supramencionada entidade seja Declarada de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 134/07

Estabelece normas de segurança para a carga e descarga de valores em estabelecimentos financeiros e dá outras providências.

Art. 1º A carga e a descarga de valores em estabelecimentos financeiros serão feitas obrigatoriamente em local protegido e apropriado no interior do estabelecimento.

Art. 2º Fica expressamente proibida a carga e a descarga de valores em via pública.

Art. 3º Os estabelecimentos financeiros terão o prazo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta Lei para adequar-se ao que ela dispõe.

Art. 4º Os estabelecimentos financeiros e as empresas de transporte de valores que infringirem esta Lei ficarão sujeitos a multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), que será dobrada sucessivamente a cada reincidência.

§ 1º As multas a que refere o *caput* deste artigo serão aplicadas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, e a fiscalização e autuação serão efetuadas pelas polícias civil e militar.

§ 2º Os estabelecimento financeiros e as empresas de transportes de valores autuadas poderão recorrer administrativamente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão no prazo de quinze dias contados da data de autuação.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada no prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que dispõe sobre normas de segurança para a carga e descarga de valores em estabelecimentos financeiros, proporcionando maior segurança à população de nosso Estado, uma vez que as operações de carga e descarga de valores vêm sendo realizadas em vias públicas, colocando as pessoas que por elas transitam em condições permanentes de risco de morte.

São inquietantes os níveis de insegurança que dominam as grandes cidades e que também já se estenderam aos pequenos municípios. A incidência crescente de assaltos à mão armada às agências bancárias em todo o Estado, que, em sua maioria, localizam-se em áreas de grande fluxo de pessoas, aumenta o risco de assalto, no momento de uma operação de carga e descarga de valores, o que compromete a segurança de clientes, transeuntes e dos próprios trabalhadores das agências e dos seguranças das transportadoras.

Outra situação de risco provém da possibilidade da ocorrência de incidente, que leve a uma tragédia, no momento do manuseio das armas de grosso calibre portadas pelos seguranças nas ruas e nas calçadas próximas às agências. Em síntese, estamos preocupados com a segurança da população e com a preservação da vida .

Este projeto elimina praticamente as possibilidades de que a ocorrência de um evento dessa natureza comprometa a segurança da população.

Outro ponto positivo será o fim dos transtornos causados pela movimentação desses veículos em frente às agências, uma vez que eles estacionam ostensivamente em fila dupla, impedindo o fluxo regular de veículos e, por conseqüência, causando grandes transtornos ao trânsito já congestionado das grandes cidades.

Para que este projeto tenha a eficácia que dele espera toda a população, impõem-se multas; antes porém, estabelecem-se os prazos necessários para que as instituições financeiras se adaptem a essa norma legal.

Nesse sentido, é de suma importância e para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se mister o apoio dos nobres Pares para a sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO DO PODER EXECUTIVO

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO DO PODER EXECUTIVO Nº PSA/0001.7/2007

O Deputado Décio Góes, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com amparo no artigo 330 e seguintes do Pergaminho Regimental e no artigo 40, VI da Constituição Estadual, vem propor a sustação do Decreto Estadual nº 076, de 16 de fevereiro de 2007, por extrapolar os limites do poder regulamentar decorrente da Lei nº 3.812, de 03 de março de 1966.

Conforme preceitua o artigo 40, VI da Constituição Estadual, em literal reprodução da regra do artigo 49, V da Constituição Federal, a sustação de ato normativo emanado do Poder Executivo tem cabimento diante de duas situações fáticas: **a exorbitância do poder regulamentar e/ou dos limites de delegação legislativa**.

Marco Aurélio Pereira Valadão, em artigo doutrinário, assim manifesta-se sobre a possibilidade de sustação de atos do Executivo:

> A sustação de atos normativos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional tem natureza de controle de constitucionalidade do tipo controle político. Veja-se que, para o Congresso Nacional sustar ato normativo do Poder Executivo, **há que se configurar a exorbitância do poder regulamentar** ou dos limites da delegação legislativa, a critério do Poder Legislativo.
>
> *(In.: Sustação de atos do Poder Executivo pelo Congresso Nacional com base no artigo 49, inciso V, da Constituição de 1988. Revista de Informação Legislativa. N. 153, jan./mar. 2002. P. 288) (grifamos)*

Mais adiante, aquele mesmo autor, referindo-se especificamente à sustação de atos que extrapolem o limite regulamentar, assim manifesta-se:

> O excesso de poder, nesse caso, deve ser entendido como o exercício do poder regulamentar além dos limites da lei, o que resulta em ilegalidade do ato e, em conseqüência, sua inconstitucionalidade, mas não por ferir diretamente a Constituição, e sim por extrapolar os limites da lei regulada. (idem).

No caso do Decreto 076/07, o Chefe do Poder Executivo aprovou as Resoluções CODESC nº 1061/07 e nº 1062/07, de 16 de fevereiro de 2007, que criam diversos tipos de loteria e extrapolam o poder regulamentar dos dispositivos contidos na Lei 3.812/66.

Neste sentido, é importante ressaltar os termos do julgamento da ADIN 2.996-7 - SC no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Ao declarar a inconstitucionalidade da Lei 11.348/00, que deu nova redação e sistemática à Lei 3.812/66, regulando também os bingos, o acórdão daquela Corte foi claro.

> 2. Não está em causa a L. est. 3.812/99, a qual teria criado a Loteria do Estado de Santa Catarina, ao tempo em que facultada, pela legislação federal, a instituição e a exploração de loterias pelos Estados membros.

Mais adiante, no texto do voto do Relator Ministro Sepúlveda Pertence, o STF delineou os limites de validade das normas contidas na Lei 3.812/66.

> O que pode subsistir - e não está em causa, por não ser objeto desta ação direta - é a legislação estadual atinente à loteria estadual, nos termos restritos em que foram mantidas por força dos arts. 32 e 33 do DL 204/67.

Portanto, a norma legal válida para regular o assunto no âmbito estadual é a Lei 3.812/66, com a redação existente na época da edição do Decreto-Lei 204/67 - que dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências.

> Decreto-Lei 204/67
>
> Art. 32. Mantida a situação atual, na forma do disposto no presente Decreto-lei, não mais será permitida a criação de loterias estaduais.
>
> § 1º As loterias estaduais atualmente existentes não poderão aumentar as suas emissões ficando limitadas às quantidades de bilhetes e séries em vigor na data da publicação dêste Decreto-lei.
>
> § 2º A soma das despesas administrativas de execução de todos os serviços de cada loteria estadual não poderá ultrapassar de 5% da receita bruta dos planos executados.
>
> Art. 33. No que não colidir com os termos do presente Decreto-lei, as loterias estaduais continuarão regidas pelo.

Ou seja, somente os serviços de loterias existentes na época podem continuar operando. A criação de loteria em desobediência a estas normas é passível de punição penal.

> Decreto-Lei 6259/44
>
> Art. 40. Constitui jogo de azar passível de repressão penal, a loteria de qualquer espécie não autorizada ou ratificada expressamente pelo Governo Federal.

E o que diz a Lei 3.812/66? Quais são as loterias que foram criadas nesta norma legal? O art. 8º é sucinto ao dizer que "constituem recursos financeiros da LOTESC os oriundos da venda de bilhete, na forma do Decreto-Lei federal nº 6.239 de 10 de fevereiro de 1994".

E o Decreto-Lei 6.239/94 é taxativo quanto ao tipo de loteria que pode existir: bilhetes impressos de loteria, como a loteria federal.

Portanto, a única loteria possível no Estado de Santa Catarina é a loteria de bilhetes impressos.

Ocorre que o Chefe do Poder Executivo, ao editar o Decreto 076/07, tentou legalizar outros tipos de loterias que estão proibidas em território nacional, como os caça-níqueis.

As resoluções aprovadas pelo referido Decreto são ilegais e imorais, tendo em vista o contexto político nacional. Elas definem, classificam, regulam e tentam legalizar a Loteria de Números tipo Loteria Instantânea Eletrônica.

Este tipo de loteria, baseada no jogo eletrônico, não está prevista na Lei 3.812/66, pelo que, não pode ser objeto de regulamentação por parte do Chefe do Poder Executivo.

Por conseguinte, deve ser classificada como jogo de azar e sofrer as punições previstas na legislação penal.

O abuso de direito é tão grave que o Ministério Público Federal está analisando a possibilidade de pedir intervenção federal no Estado para cumprimento da legislação e da decisão do STF, conforme foi noticiado nas fls.46 do jornal ANotícia de 24/04/07.

Esta tentativa do Governo do Estado de burlar a legislação e as decisões judiciais é prejudicial para a coletividade catarinense, dando a entender que o Executivo vai correr o risco de uma intervenção federal para proteger estes jogos de azar.

As recentes operações da Polícia Federal são um grande alerta para a necessidade de coibir os jogos de azar no Brasil, posto que diversos delitos estão associados a este tipo de atividade.

Diante de todo o exposto, conclui-se que o Decreto 076/07 é ilegal e não respeita a própria Lei 3.812/66, que cria a Superintendência Lotérica do Estado de Santa Catarina - LOTESC e dá outras providências.

Por tais razões, esperamos contar com o apoio dos eminentes pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em 25 abril de 2007.
Deputado Décio Góes
Bancada do Partido dos Trabalhadores

Lido no Expediente
Sessão de 02/05/07

*** X X X ***